

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Mestrado
Área de Concentração: Estado e Sociedade**

**EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA:
O Caso da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto,
Guajará-Mirim - Rondônia**

Autora: Luciana Rocha Leal da Paz

Orientadora: Deis Elucy Siqueira

Brasília, agosto de 1997



*“Eu venho desse reino generoso,
onde os homens que nascem dos seus verdes
continuam cativos esquecidos
e contudo profundamente irmãos
das coisas poderosas, permanentes
como as águas, os ventos e a esperança.*

*Vem ver comigo o rio e suas leis.
Vem aprender a ciência dos rebojos,
vem escutar os cânticos noturnos
no mágico silêncio do igapó
coberto por estrelas de esmeralda.”*

THIAGO DE MELLO

Dedico esta orientação a Roberto Rocha Leal (*in memoriam*), amigo querido e companheiro de caminhada na década de setenta da UnB.

Deis Elucy Siqueira

Ao meu querido tio Roberto (*in memoriam*), Mestre pelo Departamento de Sociologia da UnB, que indiretamente me guiou pelos caminhos acadêmicos, ampliando meus horizontes, fazendo-me sair da Geografia para conhecer mais um pouco essa ciência que ele tanto amou...

Aos meus pais, Luis Augusto e Lisínia, pelo amor, dedicação, apoio e exemplo que sempre me deram; aos meus irmãos Marcelo e Lenícia pelo carinho e paciência durante todo este período.

Aos seringueiros, esse povo sofrido e corajoso que está sendo capaz de enfrentar e mudar o seu destino, esse povo forte que não esmoreceu mesmo diante de todo o passado de violência e desrespeito.

AGRADECIMENTOS

O alívio e a satisfação de ver mais uma etapa vencida, mais um trabalho realizado, vem junto com a vontade de agradecer a todos aqueles que nos ajudaram, direta ou indiretamente, nesta longa jornada. Para não ser injusta, eu começo agradecendo àqueles que me acompanharam durante este tempo, que me ajudaram quer seja com informações pertinentes ao tema, quer seja com um sorriso ou um gesto de carinho.

Agradeço inicialmente a Deus por ter-me dado esta oportunidade de crescer mais um pouco, e em especial à professora Deis Elucy Siqueira, que tornou este crescimento possível e que deu verdadeiro sentido a palavra orientação. Sem a sua luz segura e firme, teria sido muito difícil achar o caminho a seguir.

À professora Vania Lucia Di Lascio, que me acompanhou desde a graduação, como minha professora e mentora, e que se tornou uma grande amiga. A sua dedicação, paciência e carinho foram de fundamental importância para a profissional que sou hoje. Obrigada, acima de tudo, por ter acreditado em mim!

Ao professor Marco Alfredo Di Lascio, que com sua visão de futuro (“sustentável”) permitiu-me visualizar um novo mundo, abrir novas portas. Devo a ele muito mais do que posso mencionar com simples palavras. Seus ensinamentos ultrapassaram os limites da Universidade, atingindo minha vida como um todo, me ensinando a ser forte e a não desanimar. Ele realmente me ensinou a pescar!

À professora Laura Maria Goulart Duarte, que acompanhou esta Dissertação desde o seu começo, fornecendo valiosas sugestões e contribuições, ao professor Danilo Nolasco C. Marinho, por ter aceitado compor minha Banca de Mestrado, e a todos os professores do Departamento de Sociologia da UnB. Agradeço igualmente aos funcionários do Departamento, especialmente a Nádia, que não está mais na Sociologia, mas

que nos acompanhou por quase todo o período, facilitando bastante as questões de cunho mais burocrático.

Aos colegas da pós-graduação, em especial a Adriana e Inaê, pelas sugestões valiosas em todas as fases da elaboração deste trabalho, pela amizade sincera, pelos momentos alegres, e pelos maravilhosos sorvetes “anti-stress” do meio da tarde...

A Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, na pessoa do presidente, o Sr. Jorge da Silva Costa, que permitiu o acesso a área e aos documentos da instituição, facilitando imensamente meu trabalho. Aos seringueiros em geral, e especificamente aos que entrevistei, por permitirem minha entrada em suas vidas, fazendo perguntas por vezes inoportunas e indiscretas, mas que sempre eram respondidas com atenção.

Ao IBAMA e ao CNPT, Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, na pessoa do Sr. Adalberto Iannuzzi Alves, que atendeu prontamente a todas as minhas inúmeras solicitações, fornecendo informações fundamentais para esse estudo.

À Noely Vicente Ribeiro, César Valdenir Teixeira e Marcelo Alessandro Nunes, graduandos em Engenharia Cartográfica pela UNESP de Presidente Prudente e estagiários do Centro de Sensoriamento Remoto do CNPT-IBAMA, pela atenção e pelo inestimável material cartográfico.

Ao Sr. Isaac Bennesby, pelo apoio logístico em todas as idas ao campo, bem como pelas informações prestadas e pela visita a Rondex e a Rondonbor.

Ao CNPq, pela ajuda financeira, sem dúvida imprescindível para viabilizar este trabalho.

*“Valeu a Pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que se espelhou o céu”.*

FERNANDO PESSOA

RESUMO

Este trabalho mostra como se dá a relação entre extrativismo e desenvolvimento sustentável, pela análise da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, situada no município de Guajará-Mirim, Rondônia. Dessa forma, busca-se aqui verificar se as Reservas se constituem em uma opção que assegure boas condições de trabalho e de vida para a população amazônica, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação do meio ambiente. Procura-se mostrar a dinâmica das diferentes atividades produtivas realizadas dentro de uma proposta de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que se refere às relações entre extrativismo e agricultura. A agricultura contribui de forma significativa para a manutenção da sustentabilidade das Reservas Extrativistas na medida em que diversifica a produção, permitindo a recuperação das árvores seringueiras e fornecendo os bens básicos para a sobrevivência mínima dos seringueiros. Verificou-se que houve uma visível melhoria na qualidade de vida, através do acesso à educação, saúde, bens de consumo, meios de transporte, a uma infra-estrutura que permite uma vida cada vez mais digna. Ao mesmo tempo, houve o estabelecimento de práticas para a preservação dos recursos naturais ao longo do tempo, como a rotação de culturas.

ABSTRACT

This work shows how the relationship between extractivism and sustainable development occurs through the analysis of the Ouro Preto River Extractive Reserve, located next Guajará-Mirim, Rondônia. Accordingly, the purpose of it is to find out if the Reserves are an option that guarantee good work and life conditions for the Amazonian population, at the same time that facilitate the environmental preservation. Also, the study presents the dynamics of the different productive activities accomplished inside a Sustainable Development proposal, specially in relation to the extractivism - agriculture association. The agriculture contributes significantly to the maintainance of the Extractive Reserves' sustainability because it diversifies the production and, by doing so, allows the recovering of the rubber trees and gives the basic goods for the minimal survival of the rubber-tappers. There was a noticeable improvement on the standards of living in terms of education, health, consumption goods, transportation, and substructure that allows a life even more self-respecting. At the same time, there was the stablishment of practices for the preservation of the natural resources through time, like crop rotation.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I: Considerações Teóricas 08

1 - Extrativismo e Reservas Extrativistas 10

2 - Movimentos Sociais, Política Social e Estado 17

3 - Políticas Públicas para Rondônia 24

4 - Desenvolvimento Sustentável 27

5 - Agricultura Sustentável 36

CAPÍTULO II: A Área em Estudo: Rondônia, Guajará-Mirim e Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto 45

1 - Evolução Econômica de Rondônia 48

2 - Histórico de Guajará-Mirim 60

3 - Guajará-Mirim 62

4 - A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto 64

CAPÍTULO III: Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto: Desenvolvimento Sustentável?	69
1 - Análise dos Dados do Cadastro da Associação	73
1.1 - Extrativismo	75
1.2 - Agricultura	76
1.3 - Criação de Animais Domésticos	83
2 - Análise dos Dados da Pesquisa de Campo	85
2.1 - Qualificação da Amostra	85
3 - Indicadores do Desenvolvimento da Reserva	103
3.1 - Diversidade	103
3.2 - Agricultura	107
3.3 - Produtos Extrativistas	111
4 - Indicadores do Desenvolvimento Sustentável (Reflexões à Guisa de Conclusões)	112
5 - E Quanto ao Futuro? (Reflexões Conclusivas)	132
BIBLIOGRAFIA	136
ANEXOS	144
Anexo I - Lista dos Seringueiros por Comunidade	
Anexo II - Lista de Produção da Reserva por Comunidade	
Anexo III - Figuras	
Anexo IV - Mapas	

RELAÇÃO DE TABELAS

TABELA 1	População Residente Rural e Urbana - Rondônia - 1950/1991	49
TABELA 2	Maiores Latifundiários de Rondônia	52
TABELA 3	Situações de Alguns Projetos de Reforma Agrária - INCRA - 1986	57
TABELA 4	População Residente por Situação de Domicílio, por Área e Densidade Demográfica Segundo os Municípios - Rondônia - 1991	64
TABELA 5	Total dos Entrevistados por Comunidade	86
TABELA 6	Divisão dos Seringueiros Titulares por Faixa Etária (%)	88
TABELA 7	Estado de Origem dos Entrevistados	90
TABELA 8	Tempo dos Entrevistados na Reserva	90
TABELA 9	Motivo da Vinda para a Reserva	90
TABELA 10	Ocupações Anteriores	91
TABELA 11	Atividades Atuais	91
TABELA 12	Motivos da Valorização da Propriedade	96
TABELA 13	Renda Mensal (R\$)	96
TABELA 14	Produção/Consumo	97
TABELA 15	Preparo para o Cultivo	97
TABELA 16	Tempo de Uso da Terra	98
TABELA 17	Destino para a Área que não Produz	98
TABELA 18	Formas de Energia Utilizadas	99
TABELA 19	Recursos Naturais	101
TABELA 20	Meios de Comunicação	101
TABELA 21	Utilização dos Equipamentos de Guajará-Mirim	103
TABELA 22	Diversidade Produtiva por Comunidade	106

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Produção de Seringa e Castanha por Comunidade	76
GRÁFICO 2	Culturas Temporárias	77
GRÁFICO 3	Culturas Permanentes	80
GRÁFICO 4	Café	80
GRÁFICO 5	Criação de Animais Domésticos	84
GRÁFICO 6	Comunidade dos Entrevistados	86
GRÁFICO 7	Idade dos Entrevistados	87
GRÁFICO 8	Idade dos Seringueiros Cadastrados	88

RELAÇÃO DE MAPAS

MAPA 1	Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto - Colocações	68
MAPA 2	Aptidão Agrícola	IV
MAPA 3	Pedologia	IV
MAPA 4	Geologia	IV
MAPA 5	Geomorfologia	IV
MAPA 6	Antropismo	IV
MAPA 7	Vegetação	IV

RELAÇÃO DAS FIGURAS

FIGURA 1	Projetos de Colonização em Rondônia	54
FIGURA 2	Imagem de Satélite da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto	67
FIGURA 3	Família de Seringueiros da Reserva	III
FIGURA 4	Acesso por via terrestre ao Ramal do Pompeu	III
FIGURA 5	Caminhão da ASROP indo para a Reserva	III
FIGURA 6	Seringueiro ao chegar da floresta com quase 70 quilos de castanha nas costas	III
FIGURA 7	Plantação de Mandioca e Milho na Reserva, com a floresta ao fundo	III
FIGURA 8	Escola da comunidade Floresta, durante uma aula de alfabetização de adultos	III
FIGURA 9	Borracha estocada na Associação: CVP e Placa Bruta	III
FIGURA 10	Rondex - Seção onde se quebravam as castanhas	III
FIGURA 11	Rondonbor vista por dentro	III
FIGURA 12	Dona Francisca com a poronga	III

INTRODUÇÃO

Inicialmente, faz-se mister analisar brevemente a Amazônia brasileira para que se possa contextualizar a questão extrativista em Rondônia, mais especificamente o extrativismo praticado na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, situada no município de Guajará-Mirim e objeto deste estudo. O extrativismo é uma atividade bastante tradicional na Amazônia e sua importância principal é devida à sua baixa influência no ecossistema, se comparada com outras opções de uso da terra, como a agricultura ou a mineração.

Em se tratando da vocação da Amazônia, Dubois (1990) coloca que é fundamentalmente florestal, tanto por ser local das “maiores remanescentes de madeiras em pé de toda a faixa tropical do nosso planeta” (Dubois, 1990, p.164), quanto pelos solos amazônicos serem “de baixa a baixíssima fertilidade natural e, portanto, inadequados aos tipos de atividades agropecuárias praticadas em outras regiões” (Dubois, 1990, p.164). A vocação florestal da Amazônia se traduz pela necessidade de conservação da riqueza genética animal e vegetal e pelos benefícios sócio-econômicos que o manejo sustentado dos produtos extrativistas traz. Para o autor as Reservas Extrativistas na Amazônia são vantajosas para o País, “não somente pelos serviços sociais e culturais que geram, como também, pelo fato de que constituem, no momento, uma grande alternativa conservacionista de baixo custo” (Dubois, 1990, p.169).

A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto é uma das quatro maiores Reservas da Amazônia criadas no governo Sarney, e encontra-se no Estado mais degradado da Amazônia. O extrativismo sob a forma de Reservas pode se constituir em uma possibilidade de manutenção da floresta e do meio ambiente amazônico como um todo, bem como poderá vir a permitir, igualmente, uma vida mais digna para a população, possibilitando soluções

tanto para os problemas ambientais quanto para os sociais que atualmente fazem parte do dia-a-dia amazônico.

A Amazônia brasileira vem passando, dentre outros problemas, por uma série de transformações ambientais causadas pela forma de ocupação do seu território. Por ser uma região estratégica, vem sendo alvo de vários instrumentos governamentais que têm como uma de suas finalidades ocupar o chamado vazio demográfico, visando permitir o desenvolvimento regional. Alia-se a este fato a pressão sobre a terra e sobre os recursos naturais em outras regiões do país, que veio transformando a Amazônia em um dos centros das ações dirigidas pelo Estado desde a década de 60. A modernização agrícola ocorrida no centro-sul do país gerou uma forte exclusão social, e com isso, ao invés de resolver os problemas sociais aonde eles foram gerados, a ação estatal caminhou no sentido contrário, ou seja, de estimular a migração daqueles que não possuíam nem terras e nem trabalho. Essa intensificação das ações estatais na região, e a urgência em ver resolvidos os problemas no centro-sul dificultaram uma ocupação ordenada da terra. Segundo Lisboa (1990), a Amazônia está passando atualmente pelo mesmo processo que levou ao desgaste ambiental nas outras regiões do país.

O extrativismo em Rondônia tem uma maior significância devido à existência das Reservas Extrativistas, criadas a partir de 1990 e localizadas no município de Guajará-Mirim. Procura-se aqui relacionar este novo modelo de extrativismo com o desenvolvimento sustentável, buscando analisar até que ponto as reservas são sustentáveis e se elas podem ser uma opção de vida qualitativamente melhor para a população do estado e da Amazônia como um todo. Buscar-se-á, ainda, analisar de que forma a agricultura se integra à atividade extrativista, e como ela contribui para a sustentabilidade das Reservas.

Sustentabilidade refere-se basicamente à capacidade de utilização dos recursos naturais de forma que as futuras gerações também os possam usufruir, possibilitando o desenvolvimento regional e uma convivência mais harmônica do homem com a natureza. A busca deste tipo de

desenvolvimento é fundamental para qualquer localidade, especialmente as da Amazônia que, por serem muito isoladas pela floresta que as envolvem, necessitam de uma forma de sobrevivência que possua benefícios não só a curto mas principalmente a longo prazo. Guajará-Mirim apresenta-se, então, como um caso de estudo significativo, na medida em que deu um passo importante nesta direção.

Guajará-Mirim situa-se na parte oeste de Rondônia, sendo esta uma das regiões menos degradadas do estado. Sua importância advém, em primeiro lugar, do fato de ser uma área que faz fronteira com a Bolívia, sendo relevante estrategicamente por questões políticas e econômicas. Além disso, destaca-se por ser palco de importantes acontecimentos históricos, vindo desde a época da construção do Forte Príncipe da Beira, da Ferrovia Madeira-Mamoré, dos "Soldados da Borracha", das primeiras tentativas de colonização agrícola, até a instituição da Área de Livre Comércio e da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. O município possui também projetos de colonização e várias áreas indígenas, além de ter uma forte tradição extrativa, demonstrando o caráter diversificado da situação em que se vive.

A inexpressividade dos resultados da pecuária e agricultura, e o decréscimo pronunciado das atividades extrativistas, levaram a região a um estado de baixa produção e de abandono. Uma das soluções estatais encontradas foi no sentido da melhoria das atividades comerciais através da criação, em julho de 1991, da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM), que visa a promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo oeste de Rondônia, bem como incrementar as relações com os países vizinhos segundo a política de integração latino-americana (Brasil, 1990).

A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto foi criada a partir do movimento dos seringueiros de Guajará-Mirim, e surgiu com o objetivo de revitalizar tanto a região em si, quanto as práticas extrativas, de forma a assegurar condições de trabalho e de vida aos seringueiros restantes. A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto foi então criada pelo Decreto nº

99.166 de 13 de março de 1990, possuindo uma área de 204.583 ha (Wawzyniak, 1994), área esta que foi ampliada desde a apresentação da sua proposta de criação em 1989 pelo IEF - Instituto Estadual de Florestas, quando possuía 54.000 ha. Em julho de 1995, foi criada também a Reserva Extrativista dos Pacaás Novos, situada no mesmo município, vindo a demonstrar o aumento da demanda de Reservas.

Apesar do movimento dos seringueiros não ter sido historicamente muito expressivo em Rondônia, em 1985 ocorreram vários encontros visando formar a comissão que iria ao I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília. Em 1989 houve o I Encontro dos Seringueiros de Guajará-Mirim, que tinha por meta discutir os problemas locais da categoria dos seringueiros. Foram ressaltados então os principais problemas, como descreve Wawzyniak (1994, pp. 153/154): "pagamento de renda, falta de garantia sobre as colocações, falta de assistência de saúde e educação, desmatamento, baixo preço da borracha e alto preço das mercadorias". Com relação às reivindicações, Wawzyniak destaca (1994, p. 154): "fim do pagamento da renda, garantia de permanência na colocações, melhor preço para a borracha, criação de uma cooperativa e assistência de saúde e educação". O I Encontro dos Seringueiros de Guajará-Mirim foi de extrema importância para a criação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, bem como permitiu o fortalecimento da organização política dos seringueiros no município.

A Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim (ASGM)¹, criada em 1991, tenta buscar a melhor alternativa para manter os seringueiros na Reserva de forma que tenham boas condições de vida sem degradação do meio ambiente, esforçando-se assim para o estabelecimento de um desenvolvimento sustentável na região. É ela quem controla a entrada e saída de pessoas nas Reservas, juntamente com o CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), órgão pertencente ao IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente). A posse

¹ A ASGM englobava tanto a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, quanto a Reserva Extrativista dos Pacaás Novos. Em 1996 a ASGM foi extinta, nascendo a Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, a ASROP.

das colocações² é também controlada pela Associação, mesmo sem o Contrato de Concessão do Uso³ ter sido assinado. O 'dono' da colocação é aquele que consta no cadastramento feito pelo IEF em 1989, e portanto é aquele que já reside na colocação. Esta quase garantia de posse estimulou a adoção pelos seringueiros de um novo comportamento frente aos recursos naturais, de modo a recuperar a capacidade de produção das árvores seringueiras.

Este novo comportamento é dificultado por fatores históricos relacionados à produção. Na década de 70, o ritmo produtivo tinha que ser alto devido ao pagamento de uma cota anual exigida pelo seringalista. O fim deste regime seringalista/seringueiro representou um redirecionamento desta cota para a aquisição dos bens de consumo de que antes os seringueiros eram privados. O conceito de Reserva trouxe consigo a necessidade de mudança no ritmo produtivo de forma a permitir a regeneração das árvores seringueiras. Com isso, a antiga cota que era destinada ao pagamento da renda anual e que passou a ser usada integralmente no acesso aos bens de consumo, teve que ser abdicada em favor da sobrevivência da atividade extrativista. A agricultura passou a ser uma poderosa aliada para que se pudesse alcançar a sustentabilidade da área, uma vez que esta permite a sobrevivência básica dos seringueiros, diminuindo a necessidade da compra de mercadorias. A decisão de recuperar a área mostra, portanto, que para os seringueiros existe uma ligação entre permanência na colocação e adoção de práticas para a regeneração da espécie, de forma a garantir o uso da terra por mais tempo.

² Forma tradicional de exploração baseada na unidade familiar de produção e nas estradas de seringa (Allegretti, 1994), ou "local no interior da floresta onde confluem diversas estradas de corte, e onde, também, se situam as barracas dos seringueiros" (Rancy, 1981, p. 252). Estrada é o "percurso aberto entre a floresta, onde estão espalhadas diversas seringueiras e no qual o extrator realiza o seu trabalho diário" (Rancy, 1981, p. 252).

³ Por serem de propriedade da União, as Reservas Extrativistas necessitam de um mecanismo de controle para que não ocorra o mesmo que aconteceu com os Projetos de Colonização: ocupação, desmatamento e venda do lote. Desta forma, foi estabelecido este contrato, que permite a concessão da terra por um período não inferior a 60 anos, mas somente à Associação dos Moradores de cada Reserva.

As referências empíricas para esta dissertação constaram de duas pesquisas de campo iniciais em Guajará-Mirim, Rondônia, em maio de 1995 e em fevereiro de 1996, com as quais se tomou contato com a questão das Reservas Extrativistas e sua importância para a Amazônia como um todo. A aplicação dos questionários se deu em duas etapas, nas pesquisas de campo de julho de 1996 e de março de 1997.

Como o trabalho é fruto de mais de três anos de pesquisas realizadas juntamente com o Grupo de Planejamento Energético da Universidade de Brasília, a primeira parte da aplicação dos questionários foi realizada por um então membro do Grupo, Elisabete Moreira Dias, através da viagem de campo com mais dois outros membros, entre eles o coordenador, professor Marco A. Di Lascio. Nesta ocasião, devido à disponibilidade de recursos humanos e financeiros, pôde-se chegar até as comunidades de mais difícil acesso, como Ouro Negro, Petrópolis e Sepitiba, bem como foi possível entrevistar seringueiros das comunidades cujo acesso é um pouco mais facilitado, como Espírito Santo, Nossa Senhora dos Seringueiros e Floresta. Os questionários foram aplicados junto a um total de 20 seringueiros.

A segunda parte das entrevistas foi realizada por minha pessoa, sendo que não foi possível visitar os locais de acesso mais difícil uma vez que estava sozinha e contava com recurso financeiro limitado, este fornecido pelo Departamento de Sociologia. Além disso, houve muitos imprevistos no que diz respeito ao transporte fluvial. Dessa forma, as comunidades por mim visitadas foram a Espírito Santo, Floresta e Nossa Senhora dos Seringueiros. Foram aplicados um total de 11 questionários e 15 pessoas foram entrevistadas, entre membros do governo, do empresariado, um professor da Reserva e três líderes da Associação e seringueiros.

A partir das considerações feitas anteriormente, a presente dissertação objetiva analisar como o extrativismo vegetal de produtos não-lenhosos e a agricultura, da forma que foi proposta e está sendo realizada nas Reservas Extrativistas de Rondônia a partir de 1990, concorrem para a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Espera-se, portanto, contribuir para a discussão a respeito da sustentabilidade das Reservas, buscando

analisar se estas se constituem ou não em uma opção viável para a manutenção da população amazônica bem como para a preservação das florestas, permitindo assim uma convivência mais harmônica homem/natureza. De uma forma mais geral, a pesquisa objetiva analisar como as Reservas Extrativistas podem contribuir para a resolução do dilema preservação/exploração dos recursos naturais que a Amazônia vive atualmente, bem como para a construção de novas relações do homem com a terra e com o trabalho.

No **Capítulo I**, apresenta-se a problemática aqui estudada do ponto de vista teórico, abrangendo a discussão sobre extrativismo, Reservas Extrativistas, movimentos sociais, políticas sociais e Estado, bem como desenvolvimento sustentável e agricultura sustentável.

No **Capítulo II**, descreve-se o processo histórico de ocupação de Rondônia e de Guajará-Mirim, mostrando todo o problema que a colonização gerou para o Estado e para o extrativismo da região. Da mesma forma, é apresentada a área de estudo, a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.

No **Capítulo III**, são mostrados os dados e observações colhidos durante a pesquisa de campo e analisados à luz da discussão teórica feita no capítulo anterior. O capítulo expõe a integração que há entre as diversas atividades praticadas na Reserva, mais notadamente o extrativismo e a agricultura, e dando destaque para o caráter diversificado da produção.

CAPÍTULO I

Considerações Teóricas

As referências principais do presente projeto estão ligadas ao extrativismo e às Reservas Extrativistas; aos movimentos sociais, às políticas sociais e ao Estado; às políticas públicas para Rondônia; ao desenvolvimento sustentável e à agricultura sustentável. A problemática localiza-se fundamentalmente no campo da Sociologia rural ou do meio ambiente.

Buttel (1987) aponta Dunlap & Catton como autores pioneiros a tratar claramente da sociologia do meio ambiente como disciplina, no começo da década de 70, onde o termo sociologia ambiental se referia à maneira pelo qual os fatores do ambiente físico moldavam e eram moldados pela organização e comportamento social. Buttel já adota o termo “nova ecologia humana”, já que este, ao invés de se referir a um equilíbrio com o meio ambiente natural de onde deriva o sustento, se concentra no fato de que os padrões básicos da organização social são moldados pelo fator imperativo das sociedades humanas de obter suas necessidades básicas pela biosfera. As sociedades modernas exibem um padrão oposto ao usado pelo termo sociologia ambiental, já que sua dinâmica social agrava a degradação do ambiente. Uma “sociologia ambiental genuína” (Buttel, 1987, p.468) é aquela que é relevante aos problemas do mundo moderno, e que deve largar o seu antropocentrismo e rejeitar a noção de que os homens, devido a sua capacidade para a cultura e inovação tecnológica, são isentos das leis ecológicas que governam toda a existência de espécies menores.

Uma das mais importantes áreas de pesquisa da sociologia ambiental é a das atitudes, valores e comportamentos ambientais, que possuem três componentes básicos. A pesquisa sobre as bases sociais do problema ambiental enfoca as variáveis sócio-econômicas que refletem os vários

interesses para se alcançar a proteção ambiental. A pesquisa psico-social enfoca os tópicos relacionados com a estrutura cognitiva das orientações ambientais e com a congruência na postura/comportamento. O último componente desta área de pesquisa se dedica à pesquisa específica dos comportamentos e atitudes ambientais, sendo que sua literatura maior é dedicada ao estudo dos comportamentos relacionados à energia e como estes são afetados por atitudes, incentivos, programas públicos e fatores relacionados. Este último componente relaciona-se diretamente com o caso em estudo - Rondônia, já que a própria orientação produtiva foi mudada por força estatal, vindo desde o estímulo à produção de borracha na Segunda Guerra Mundial, com 'Soldados da borracha', até os programas voltados para a agricultura a partir da década de 70.

O movimento ambientalista data de antes do início do processo de constituição da sociologia ambiental enquanto campo de conhecimento e foi extremamente considerado em meados da década de 80. Buttel (1987) coloca que três tipos de grupos especializados do movimento ambientalista têm recebido grande enfoque. O primeiro é o movimento antinuclear, que ganhou força após o acidente ocorrido em Three Mile Island em 1979. O segundo tipo diz respeito ao lixo tóxico e outros dejetos químicos e o terceiro busca saber se os temas sobre a tecnologia podem redirecionar o movimento ambientalista, ou podem dar base para um movimento maior que poderia ligar mais efetivamente ambiente com equidade. Com isso, o movimento ambientalista aumentou o interesse sobre os riscos que a tecnologia pode trazer, especialmente depois do acidente de Three Mile Island e de outros subseqüentes, levando à análise dos impactos e à pressão para o aparecimento de políticas que os regulamentassem.

As políticas ambientais constituem-se em uma das áreas da sociologia ambiental que cresceu bastante na década de 80, sendo que a década de 70 pode ser vista como fundamental para a reorientação da sociologia política (Buttel, 1987). Ao se remeter à Rondônia, pode-se perceber que a década de 70 foi realmente significativa em termos de políticas públicas.

O processo histórico de ocupação da terra em Rondônia, fruto das políticas públicas do Governo Federal, foi um fator determinante para a atual configuração sócio-política do estado. Em 1970, foi implantado o primeiro Projeto de Colonização, o Projeto Induzido de Colonização (PIC) Ouro Preto. O intenso movimento migratório que foi desencadeado por este Projeto gerou uma série de tensões sociais, obrigando as autoridades competentes a tomarem providências para contornar e resolver esse problema, surgindo daí outros Projetos de Colonização, não previstos no plano original. A ferrovia Madeira-Mamoré e a BR-364 possibilitaram a expansão da fronteira agrícola, representada pela colonização.

O Polonoroeste foi desenvolvido com o intuito de promover a ocupação da área de influência da BR-364, entre Cuiabá e Porto Velho, através da absorção das populações marginalizadas de outros estados, aumentando assim a renda da região e diminuindo as diferenças intra e inter-regionais. O governo de Rondônia, no entanto, perdeu o controle sobre suas terras, desencadeando assim o processo desordenado de ocupação do estado e originando vários conflitos entre as diversas camadas sociais. Portanto, é importante analisar as políticas públicas implementadas em Rondônia, visando a se compreender a situação em que o Estado se encontra e como podem ser indicadas soluções para resolver as dificuldades existentes.

Uma destas soluções tem sido as Reservas Extrativistas, criadas por uma ação governamental que é fruto, sobretudo, das pressões exercidas pelo movimento social dos seringueiros, assunto que trataremos a seguir.

1 - Extrativismo e Reservas Extrativistas

O extrativismo é colocado por Pinton e Empeaire (1992) como um fator histórico de povoamento. Os referidos autores colocam ainda que no Brasil, o extrativismo designa o conjunto das atividades de extração dos produtos naturais, de origem vegetal ou mineral, diferenciando-se das

outras atividades de coleta por sua finalidade mercantil. A Amazônia é colocada simbolizando a ligação entre a crise ecológica e a crise do desenvolvimento, bem como representando um desafio à imaginação no sentido de encontrar novas visões que demonstrem as possibilidades de sinergia entre ecologia e desenvolvimento. O dilema amazônico se dá pela polarização existente entre os ecologistas radicais, para os quais a floresta deve ser intocada, e os adeptos do desenvolvimento econômico a qualquer custo, que defendem a exploração da floresta para resolver os problemas econômicos regionais. É justamente a este desafio que a proposta de mediação das Reservas Extrativistas procura resolver.

Nesta pesquisa, o termo extrativismo será utilizado para designar as atividades de coleta visando a uma comercialização de produtos não-lenhosos da floresta, que atinge uma parcela significativa da população rural amazônica. É importante ressaltar que os produtos florestais não-lenhosos são por excelência produtos sustentáveis pois não degradam tanto o meio ambiente como as outras formas de extrativismo (mineral, madeireiro, entre outros), ao mesmo tempo que permite sua utilização por tempo ilimitado, desde que seja racionalmente explorado.

Com relação às Reservas Extrativistas, a Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, considera que a criação de Reservas Extrativistas é uma das alternativas para o uso sustentado dos recursos naturais renováveis da Amazônia pois "procura conciliar interesses de conservação com o desenvolvimento social" (Brasil, 1991, p.99).

O conceito de Reservas Extrativistas é definido por Allegretti (1994, p.19), como sendo "espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do país (Ibama)"¹. O contrato de concessão inclui o Plano de Utilização² realizado

¹ Esta definição também encontra-se em Brasil, 1991, p.99.

pelos moradores e submetido à aprovação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) através do CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais)³, e será rescindido quando for detectado qualquer dano ao meio ambiente (Brasil, 1995).

Browder (1990) define Reservas Extrativistas como áreas de floresta natural nas quais o governo garante o direito exclusivo de selecionar a população residente, e cujo meio de vida básico é a extração de produtos florestais secundários (borracha, castanha, frutas e palmáceas). Em 1987, foi incorporada ao Programa Nacional de Reforma Agrária sob o nome de Projeto de Assentamento Extrativista. Até 1989, foram criadas 10 áreas, sob a tutela do Incra, com um total de 889.548 ha. para 2.924 famílias (Allegretti, 1994). O Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990 regulamentou as agora chamadas Reservas Extrativistas, que passaram a fazer parte do Programa Nacional de Meio Ambiente, sob a responsabilidade do Ibama. Por este Decreto, as Reservas Extrativistas são espaços especialmente protegidos para uso sustentável dos recursos naturais, beneficiando as populações extrativistas e permitindo a regularização de áreas contínuas, como são os antigos seringais. Tal Decreto também permite a agilização do processo burocrático pois permite a criação de Reservas Extrativistas sem que para isso seja necessário a desapropriação prévia das áreas. No ato da criação devem constar os limites geográficos, a população a que se destina e as medidas que o Poder Público deve tomar.

As Reservas Extrativistas não são utilizadas somente para a extração de borracha e da castanha, apesar destas constituírem a sua base. Elas definem a forma de regularizar o acesso a um determinado espaço, estabelecendo como condição a sustentabilidade (Allegretti, 1994). As atividades são portanto, baseadas no extrativismo de produtos florestais, mas abrangem também a agricultura, a criação de animais domésticos e a

² O Plano de Utilização “é o principal regulamento da Reserva Extrativista”, sendo que nele estão descritas “as regras de uso dos recursos naturais bem como os direitos e os deveres de todos aqueles que nela e dela vivem” (Brasil, 1995, p.17). Foi institucionalizado pela Portaria IBAMA nº 27-N, D.O.U. de 19 de abril de 1995.

³ Centro este criado pela Portaria IBAMA nº 46-N, de 6 de maio de 1994.

industrialização do que é produzido, desde que atendam ao critério da sustentabilidade.

Menezes (1994), estabelece diferenças fundamentais entre uma Reserva Extrativista e um Seringal. As relações de dependência trabalhador/patrão ou trabalhador/intermediário desaparecem nas Reservas Extrativistas, pois a área é de concessão do seringueiro e de sua família. O seringal é uma estrutura criada pelo desejo de obter lucros cada vez maiores, e tem a força e violência como características de suas relações de trabalho. Nos seringais, os trabalhadores eram mantidos em constante dependência, através da contração de dívidas nos barracões, os comércios locais. As relações de trabalho dos seringueiros apresentavam traços escravocratas, e quando se começou a arrendar as colocações, na década de 70, a renda anual exigida de 50 quilos de borracha era extremamente alta, obrigando os seringueiros a trabalharem em um ritmo ainda maior. Com as Reservas, os trabalhadores ficaram livres das exigências dos seringalistas, passando então a controlar a produção tanto da borracha quanto das outras atividades complementares, como a agricultura e a criação de animais domésticos.

Em 1985, com a realização do Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, pôde dar-se a organização de um movimento próprio e a definição clara de seus objetivos, que era o de viver na floresta de forma sustentada, incluindo inovações para a melhoria da produção e do modo de vida. Essas necessidades foram reunidas no conceito de Reserva Extrativista.

Para que fosse elaborada uma alternativa que se ajustasse aos seringueiros, algumas questões tiveram que ser consideradas, já que não havia na legislação brasileira instrumentos que expressassem com exatidão as suas necessidades. A primeira consideração era a respeito dos recursos naturais e do uso espacial exigido para o Extrativismo. A diversidade de espécies da floresta amazônica faz com que sejam necessários vários hectares para se obter uma produção considerável, especialmente no caso da borracha, que requer amplas áreas. A forma tradicional de exploração é

a baseada na unidade familiar de produção e nas estradas de seringa que formam um conjunto de seringueiras, chamadas de colocação. Os limites não podem ser rígidos pois é freqüente a utilização de seringais da colocação vizinha. São necessários em média, 300 a 500 ha. de floresta para uma produção mínima anual de 500 kg de borracha. Para resolver esta questão foi delimitado um perímetro que reunia um conjunto de colocações, sem divisões internas, mas sempre reconhecendo cada unidade familiar (Allegretti, 1994).

Outra questão levantada no Encontro foi a respeito da gestão das áreas protegidas, visando a evitar que tais áreas caíssem no circuito do desmatamento, venda do lote e desmatamento novamente, como ocorreu com várias áreas de colonização. As Reservas Extrativistas são, portanto, de propriedade da União e têm o seu uso feito através de concessão por período não inferior a 60 anos, modalidade esta escolhida pelos próprios seringueiros de forma a evitar a fragmentação e desmatamento das *colocações*. Foram criadas associações de moradores em cada Reserva, para serem estas as concessionárias do direito concedido pelo Estado, além de terem a função de gerir as áreas e controlar a utilização dos recursos.

Os benefícios sociais das Reservas Extrativistas são muitos. Entre eles destacam-se o reconhecimento dos direitos dos seringueiros pelas áreas ocupadas historicamente, a criação de áreas protegidas com possibilidade de utilização como bancos genéticos para pesquisa, a limitação dos desmatamentos e na especulação da terra, a permissão de serem implantados programas para melhorar as condições de vida na floresta, o estabelecimento e fixação da população na floresta, entre outros (Allegretti, 1994).

Contudo, apesar destes benefícios, Browder (1990) aponta três razões básicas porque a proposta das Reservas Extrativistas não conseguiria frear o processo de desmatamento ou não protegeria de forma significativa a biodiversidade. Em primeiro lugar, o autor considera que estas Reservas, por definição, são espaços sociais que não necessariamente coincidem com áreas de importância biológica. Além disso, Reservas Biológicas devem ser

locais com ausência de população humana, e as Extrativistas necessitam de uma presença humana bem organizada.

Em segundo lugar, Browder coloca que, contrária à imagem popular de que os seringueiros vivem em total harmonia com a floresta em que habitam, muitos seringueiros da Amazônia são pobres e possuem muitas dívidas com donos de terra e/ou atravessadores (intermediários), sendo portanto perfeitamente capazes de esgotar os recursos renováveis dos quais eles dependem. O autor coloca ainda que o meio de vida de seringueiros autônomos do Acre depende do cultivo e da criação de gado nas clareiras que são abertas nas florestas.

Em último e mais importante lugar, está o fato de que os fundos recentes destinados às Reservas Extrativistas não podem diminuir a destruição das florestas tropicais em uma escala considerável. Segundo Browder (1990), a maior parte do desmatamento da Amazônia Brasileira se origina das 465.000 fazendas e ranchos, que em 1980 ocupavam 849.000 km² (24%) da região norte. Em contrapartida, existem aproximadamente 68.000 colocações ocupando uma área estimada em 97.000 km² (2,7%) da área da região. O autor coloca que se as Reservas Extrativistas pretendem representar um impacto significativo na prevenção do uso destrutivo da terra, devem então ser um modelo a ser adotado pela maioria dos usuários da terra, e não somente os seringueiros. Para ele, o desafio não é designar áreas de Reservas Extrativistas, e sim como integrar a extração sustentável e outras práticas naturais de manejo das florestas nas estratégias de produção das propriedades rurais, pequenas e grandes fazendas, que são as responsáveis pela maior parte da devastação das florestas amazônicas.

Louise Silberling (1991) discorda do ponto de vista de Browder. Com relação ao primeiro ponto abordado por este autor, Silberling coloca que os seringueiros que defendem a idéia das Reservas Extrativistas não possuem como objetivos explícitos restringir o desmatamento, proteger a biodiversidade ou salvar a Amazônia inteira. Uma parte das deliberações dos seringueiros visa a controlar o desmatamento, principalmente porque este os privará do seu sustento básico, a borracha e a coleta da castanha.

Além disso, apesar das Reservas não ocuparem regiões de grande diversidade biológica, os seringueiros ocupam estas áreas especificamente porque elas contêm espécies valiosas, como as árvores seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e as da castanha do pará (*Bertholletia excelsa*). A autora concorda que as Reservas podem ter uma diversidade menor de espécies do que outras partes da Amazônia, mas elas possuem uma diversidade muito grande se comparadas com as áreas não-tropicais.

A respeito do segundo ponto abordado por Browder, Silberling (1991) discorda totalmente da descrição apresentada por este autor. Apesar do empobrecimento dos seringueiros, fruto de anos de servidão, a sua nova organização está trabalhando na direção da melhoria das condições de saúde e de educação, bem como de proteger a floresta. Um dos seus objetivos é fugir do endividamento dos proprietários de terra e dos atravessadores, através da garantia de posse fornecida pelas Reservas e da criação de cooperativas para a venda direta nas vilas e cidades. Os seringueiros, além disso, reconhecem a fragilidade ecológica e estão trabalhando a partir desta constatação.

Com relação ao último ponto, Silberling (1991) coloca que o Conselho Nacional dos Seringueiros assinou um projeto com o Governo brasileiro para criar, nos próximos cinco anos, 50 milhões de acres de Reservas Extrativistas, que é uma quantidade significativa de terra. A autora afirma que seria melhor encorajar os esforços pioneiros da população local para achar suas próprias estratégias de sobrevivência em áreas ecologicamente sensíveis, ao invés de condenar as Reservas Extrativistas, como fez Browder.

Além disso, a Comissão Interministerial que preparou a Rio-92 considera que não se pode analisar a extração da borracha de seringais nativos pelo ângulo puramente econômico, já que esta atividade possui funções sociais, gerando emprego e renda, e ambientais, sendo não predatória e colocando os seringueiros para fiscalizar a floresta. Um dos possíveis dinamizadores da economia regional apontado pelo documento é a

agregação de valor aos produtos ‘menores’ da floresta como resinas, óleos, frutos, amêndoas, plantas medicinais, entre outros (Brasil, 1991).

A presente dissertação visa a contribuir com esse debate no sentido de fornecer elementos para uma análise mais apurada de como ocorre a interação das várias atividades dentro de uma Reserva Extrativista, mais especificamente a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. A Reserva, além ser o reflexo do Movimento dos Seringueiros, é também bastante significativa enquanto objeto de estudo pois está localizada em um Estado onde as políticas públicas provocaram mudanças produtivas, ambientais, econômicas e sociais expressivas, e de certa medida, contrárias aos interesses extrativistas.

2 - Movimentos Sociais, Política Social e Estado

Como pôde ser visto anteriormente, o Movimento Social dos Seringueiros surgiu e ganhou força com o Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, em 1985. Os movimentos sociais, para Touraine (1989), possuem três sentidos principais. O primeiro é a “defesa nacional de interesses coletivos” (p.181), supondo-se que estes interesses possam ser definidos em si mesmos e que possam ser defendidos em âmbito econômico ou político. O segundo sentido postula que “os movimentos sociais seriam reações à comoção de um dos principais aspectos do sistema social, quando as instituições políticas não têm capacidade para realizar os ajustes necessários” (Touraine, 1989, p.181). O terceiro sentido, este sendo o adotado por Touraine, coloca movimento social como “um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética” (Touraine, 1989, p.182). Um dos principais problemas relativos aos movimentos sociais na América Latina apontado pelo autor é a sua subordinação à ação do Estado. Touraine coloca ainda a existência de novos movimentos sociais, sendo estes constituídos de uma mistura de

demandas culturais, sociais e políticas, já que “a força e a fragilidade dos atores sociais e políticos na América Latina são o fato de que eles penetram no espaço político e de que, ao mesmo tempo, defendem as suas raízes culturais e são portadores de movimentos sociais” (Touraine, 1989, p.284).

Ao que tudo indica, o Movimento dos Seringueiros surgiu justamente dentro deste contexto de demandas culturais, sociais e políticas, já que as ações estatais em Rondônia mostraram-se contrárias aos seus interesses e necessidades. Ele pode ser inserido no rol dos movimentos sociais do campo, já que estes têm sua diversificação geográfica e social determinada pela variedade de contradições e pelos diferentes modos de vida encontrados pela população rural. Em sua base estão as múltiplas formas de inserção deste trabalhador na estrutura agrária e na produção agropecuária (Grzybowski, 1987). Na origem do movimento estão as formas contraditórias assumidas pelo capital, aliados à vontade dos trabalhadores de, a partir de interesses comuns e em oposição aos interesses de outros atores sociais, enfrentarem conjuntamente essas contradições apresentadas pelo capital, como foi o caso do movimento aqui analisado.

A expansão capitalista no campo ocorrida no centro-sul do país, determinou relações sociais desiguais e heterogêneas, especialmente nas regiões de fronteira agrícola. Grzybowski (1987) afirma que as categorias do movimento que lutam pela terra são determinadas pelas formas que o processo de expropriação vai tomando. As relações que tomam corpo no bojo da estrutura agrária brasileira não são somente relações fundiárias, mas também incluem a oposição trabalhador/expansão capitalista e trabalhador/apropriação dos frutos do trabalho.

Outro ponto fundamental ressaltado por Grzybowski e verificado no caso específico dos Seringueiros de Guajará-Mirim é a respeito da importância dos movimentos para a socialização política dos trabalhadores, ou seja, sua emergência enquanto classe e enquanto cidadãos. Os movimentos beneficiam os trabalhadores no sentido de que permitem, “em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade

social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais” (1987, pp 59/60). Os sindicatos e associações aparecem, para o autor, na base dos movimentos, organizando as formas de luta, os encontros e as diretorias, como ocorre com o Movimento dos Seringueiros, que teve como frutos a criação das Reservas Extrativistas e das Associações. No caso estudado é a Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim, que organiza praticamente toda a vida da Reserva.

Complementar à idéia de Grzybowski, está a de Touraine (1995), que afirma que o Estado e o seu poder não devem ser categorizados ou identificados com determinados grupos. Ao contrário, o Estado deve ser claramente separado da sociedade civil e da sociedade política, pois a “democracia é gerir a diversidade” (1995, p.30). Nos países cuja situação é de pobreza, dependência e fratura social, é necessário que haja uma mobilização muito forte, geralmente assumida pelo Estado, para dispor de um certo tipo de projeto nacional, quer seja ele econômico, social, cultural, etc. O Brasil adequou-se à esta situação, especialmente com os Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 70. Touraine (1995) coloca que em alguns casos tal iniciativa pode dar certo, mas que em muitos casos foi necessário que tivesse sido promovida previamente a autonomia da sociedade civil para depois se constituir um sistema político mediador. O insucesso destes planos, especialmente em Rondônia, contribuiu para o que o autor chama de perda de confiança na filosofia do progresso, exatamente pelas crises econômicas e pela miséria gerada.

Telles (1987) afirma que na década de 70 houve uma ruptura nas formas de pensar a sociedade e a política, no sentido de que foi necessária a criação ou o engrandecimento da sociedade civil para defender a sociedade frente ao Estado. Esta ênfase na sociedade permitiu “a construção de novos critérios para o reconhecimento dos trabalhadores, para além dos sindicatos e partidos onde tradicionalmente se procurou identificar e avaliar sua presença na sociedade”(1987, pp.61/62). Os seringueiros de Guajará-Mirim

e seus dramas cotidianos passaram a ter, então, a partir da construção do Movimento Social, uma nova visibilidade, transformando-os em sujeitos de práticas que motivaram uma revitalização de sua categoria contra a ordem vigente, significando a “reabertura de um espaço coletivo reiteradamente negado pelo Estado, e por onde foi possível pensar a sociedade e a política não mais como objetivação das estruturas ou da ação do Estado, mas como cenário criado e recriado pelas práticas de sujeitos em conflito” (Telles, 1987, p.65).

Doimo (1995) coloca, a respeito do pensamento de Touraine sobre os novos movimentos sociais, que a partir do final dos anos 70, estes deixaram de se concentrar somente na esfera econômica, representando tanto a tendência de se subordinarem a forças políticas, quanto de dificultarem “a formação de um verdadeiro movimento social capaz de oferecer uma ‘promessa de futuro’ na luta face a face com a classe dirigente” (1995, p.41).

Ainda segundo Touraine (1995), atualmente “assistimos à crise das filosofias da história, não cremos mais na história como legitimação” (1995, p.32). Como não se tem mais o critério da história, ele aponta dois critérios possíveis: o da eficácia econômica e o da defesa da identidade. O primeiro é a “escolha da violência” (1995, p.33), na qual a base é o desenvolvimento econômico a qualquer custo, normalmente culminando com o acúmulo crescente de riquezas, gerando empobrecimento, miséria e injustiças. O segundo é a busca da identidade, para se combater essa visão economicista e unitária, o que leva à fragmentação cultural e política. A saída deste dilema está no que Touraine (1995) coloca como a teoria da subjetividade, sendo o Sujeito o que luta contra essa fragmentação, combinando os dois lados através da “capacidade que têm os indivíduos, os grupos, as categorias e as coletividades de construir sua própria experiência” (1995, p.33), de elaborar seus próprios projetos com liberdade e responsabilidade, sendo esta a nova concepção dos movimentos sociais para o autor.

O Movimento dos Seringueiros, por sua vez, caminhou nesta direção na medida em que tomou as rédeas do seu próprio destino, confrontando tanto a ordem econômico-produtiva imposta pelos Planos Governamentais, quanto o próprio esfacelamento gradual da categoria dos seringueiros. Pode-se dizer que este movimento está incluído no conceito de Touraine de novos movimentos sociais, já que estes sempre se constituem em uma “reivindicação de liberdade, ... de construir seu próprio projeto de vida, contra o autoritarismo político, contra a miséria econômica, ...” (1995, p.34), sendo “a expressão organizada de defesa do sujeito” (1995, p.34) e buscando reconciliar eficácia técnica e identidade cultural. O resultado foi sentido através das conquistas, especialmente da criação das Reservas Extrativistas, almejando o restabelecimento cultural e econômico da categoria dos seringueiros.

Por sua vez, Scherer-Warren (1987) coloca que os novos movimentos sociais contrapõem-se aos movimentos sociais tradicionais no sentido de que estes “surgem enquanto expressão típica da sociedade industrial (e de sua consciência), dividida em classes sociais, das quais uma delas - o proletariado - encontrava quase a totalidade de seu cotidiano submetido ao mundo da produção e exploração de sua força de trabalho”, trazendo consigo também a idéia de “uma sociedade sem classes” (1987, p.36). Para a autora, a identidade dos novos movimentos é constituída de dois fatos, o estrutural, que lida com os projetos, objetivos e reivindicações dos movimentos sociais, e o cultural, que “dá a forma da organização e da práxis dos movimentos” (1987, p.40), sendo este o formador do verdadeiro caráter dos novos movimentos. Portanto, os novos movimentos são caracterizados pelas lutas que buscam o rompimento com os esquemas populistas adotados anteriormente, buscando também novas formas de participação que conectem mais a direção com a base do movimento, como é o caso do Movimento dos Seringueiros. Scherer-Warren (1987) ressalta também que os novos movimentos estão contribuindo significativamente para a consolidação de uma cultura política⁴ para o país, construída em

⁴Cultura política é aqui entendida no sentido dado por Viola e Mainwaring (1987), ou seja, como sendo “os valores políticos que provêm a base tanto do discurso das ideologias políticas como da prática política” (p. 107). Valores

torno de três aspectos principais: reação ao autoritarismo e à repressão política e questionamento da forma de distribuição do poder, reação às formas de poder centralizadoras com a defesa da autonomia local, e reação ao excludente modelo econômico vigente no país.

O processo de escolha do Estado quando da criação dos projetos de colonização em Rondônia parece ser uma referência à primeira escolha de Touraine, que privilegia o desenvolvimento econômico mesmo gerando concentração de renda e miséria. O excesso de trabalhadores rurais gerados com a modernização no centro-sul foi redirecionado para as regiões de fronteira agrícola, não resolvendo e sim transferindo o problema, gerando com isso mais concentração de renda. O Estado sempre influenciou na organização do território brasileiro, e como coloca Schmidt e Farret (1986, p.15) "tem historicamente tentado ocupar plenamente o território nacional por intermédio do redimensionamento dos fluxos migratórios, da colonização dirigida ou subsidiada, através da implantação de novos eixos de comunicação, e da construção de novos núcleos urbanos", como ocorreu em Rondônia.

Faz-se necessário, portanto, algumas considerações a respeito do Estado, que apesar de não ser o objeto em estudo, influi constantemente na questão estudada. O Estado Moderno, segundo Offe (1994), pressupõe que os cidadãos estejam ligados à sua autoridade de três maneiras. Em primeiro lugar, são eles os criadores da autoridade e da vontade política. Ao mesmo tempo, eles são os sujeitos a serem ameaçados pela coerção do Estado, e dependem dos serviços que o mesmo fornece. O Estado moderno permite legalmente a liberdade, limitando formalmente o seu poder e formando uma estrutura protetora que equilibra seus meios controladores acumulados durante os anos.

O caso de Rondônia amolda-se a todas três maneiras apontadas por Offe, na medida em que seus cidadãos foram sujeitos da ação coercitiva do Estado através das políticas públicas, passaram a ser dependentes dos seus

serviços e foram criadores da autoridade através do movimento social dos seringueiros.

Demo (1994) contribui para esta questão com a definição de política social, em cuja visão o Estado é o planejador que visa reduzir as desigualdades sociais, onde essa ocorre em qualquer tempo histórico, já que as formações históricas são conflituosas de forma que tenham que se superar enquanto fase. A política social possuiria três horizontes que se interpenetram, conservando cada um suas próprias características. A primeira delas é a política assistencial, na qual o Estado deve garantir assistência a grupos que não se auto-sustentam e a grupos que sofreram alguma emergência, cabendo a ele garantir condições normais de sobrevivência. As políticas sócio-econômicas delegam ao Estado o planejamento do crescimento econômico, devendo com isso buscar atingir o social através do econômico, gerando emprego e renda. Infelizmente, em Rondônia o social não pode ser atingido de forma satisfatória, tudo levando a crer que um dos motivos foi a própria falta de assistência do Estado.

As políticas participativas remetem-se à formação de um sujeito social consciente, que seja capaz de definir seu destino e de entender a pobreza como socialmente injusta (Demo, 1994). O Estado deve servir como apoio e instrumentação, garantindo serviços públicos adequados ao exercício da cidadania, e não se utilizar desta ferramenta para impedir que a população se volte contra ele. A política participativa tem uma forte ligação com os novos movimentos sociais, já que estes também são formadores de consciência e do próprio sujeito social. O Estado aparece neste processo como o formalizador das conquistas do movimento, no caso do estudo em questão, as Reservas Extrativistas.

Aliado a esta idéia está a de Alves (1987), na qual o Estado é somente um dos modos de organização política e como tal, não deve ser identificado como a única forma de organização política possível. O Estado não deve pretender explicar todas as organizações de poder pois deve considerar as condições específicas de cada época e de cada modo de realização material da vida social, do modo capitalista de produção. O

Estado existe sob a forma de regime político, e como tal, é resultado das lutas sociais e da divisão de classe, variando de acordo com a situação histórica e com a intensidade dessa luta. Para dar continuidade à acumulação, muitas vezes as elites têm de recorrer ao jogo das forças políticas, nem sempre acontecendo de forma pacífica. E essa mesma burguesia demonstra todo o poder que exerce sobre a sociedade ao fazer concessões em ocasiões específicas, quer seja ao proletariado, ao trabalhador rural ou à classe média (Alves, 1987).

Desta forma, o caso do Movimento dos Seringueiros de Guarajá-Mirim parece estar figurando como uma alternativa para este jogo de forças, sendo ele mesmo uma outra forma de organização política. Com sua ação organizada e incansável, o movimento conseguiu junto ao Estado uma ação que os privilegiasse, sendo que os moldes dessa ação foram, em grande parte, estabelecidos pela categoria dos seringueiros, podendo vir a confirmar a idéia de Alves, acima exposta.

3 - Políticas Públicas para Rondônia

Antes da Revolução de 1930, o Estado brasileiro buscou reduzir os problemas regionais através de políticas de incentivos à agricultura e à infra-estrutura. A partir daí, o Estado identificou-se com a acumulação industrial, fomentando o setor urbano. De 1930 a 1964 deu-se a criação de um proletariado urbano, sendo lançado o 'pacto populista' entre as burguesias industrial e rural. O resultado é que o desenvolvimento da região sudeste foi 'sustentado', em boa medida, pelo resto do país, intensificando-se as diferenças regionais.

No período de 1930-70, houve, portanto, uma participação crescente do Estado na economia, sendo que são as crises econômicas que estabelecem as condições dessa participação. Ianni (1979) coloca que neste período, a industrialização não resultou da combinação das forças de mercado com a atividade empresarial, acabando por resultar da ação direta

do Estado. A cada problema institucional que surgia, mais e mais era necessária a ação do Estado para racionalizar o sistema produtivo segundo as metas do setor privado. A estratégia predominante foi a do capitalismo dependente, não havendo crises profundas o suficiente para romper com a dependência.

A partir dos anos 70, os Planos Governamentais que tiveram influência direta no processo ocorrido em Rondônia foram o I Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1972 a 1974; o II PND, de 1976 a 1979; e o III PND, de 1980 a 1985. O I PND teve como base objetivos de ordem econômica, que implicariam na modernização do setor produtivo, na implantação de grandes projetos, na melhoria das condições de competição internacional entre outros. O crescimento almejado seria baseado nos setores agrícola e industrial, de forma a evitar as disparidades. A intenção de desenvolver o Brasil de forma rápida e a qualquer custo deixou uma situação social caótica, com a marginalização de grande parte da população, demonstrando que o crescimento econômico não se deu em conjunto com uma melhor distribuição de renda (Vermulm, 1985). A grande empresa assumiu importância capital pois com ela viria a produção em larga escala, alto volume de capital e implementação tecnológica. Apesar de ter alcançado seus objetivos econômicos, a contrapartida foi o arrocho salarial e a dívida externa. Segundo Rodrigues (1994), o I PND buscava desenvolver a agricultura empresarial no Sul; transformar a agricultura de subsistência em economia de mercado no Nordeste; abrir novas fronteiras agrícolas no Planalto Central, Amazônia e Vale do São Francisco; e modernizar os setores de comercialização e transportes da produção agrícola.

O II PND tinha como cenário internacional a crise energética e a crise monetária internacional, crises estas que se estenderam em âmbito interno, com a contínua pauperização da população, maior concentração de renda e queda do crescimento do PIB (Vermulm, 1985). Sua estratégia visava a consolidar a agroindústria, aumentar a produtividade e aumentar sua base técnica. Incluía uma estratégia de integração Nacional entre

Centro-oeste, Nordeste e Amazônia, através do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), Programa de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (Polocentro), e o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Rodrigues, 1994).

O cenário mundial do III PND ainda era de crise econômica, e a inflação, dívida externa, alta do petróleo e o desemprego foram fatores limitantes do planejamento. A agricultura foi a solução encontrada para resolver boa parte dos problemas, já que teoricamente este plano visava diminuir a pobreza, redistribuir melhor a renda e melhorar os níveis de emprego. Aqui, as metas sociais não são mais conseqüências das econômicas, elas passam a significar a legitimação do poder do Estado, pois esta não mais ocorreria baseada no desempenho econômico (Rodrigues, 1994). Os principais setores eram o social, como já foi visto, a agricultura e o setor energético, embora também incluísse setores não-prioritários, como a indústria, mineração, comércio e turismo (Vermulm, 1985).

O Polamazônia, criado em 1974, visava desenvolver 15 áreas específicas, porém em 1981 foi necessária a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Polonoroeste, financiado com recursos do Banco Mundial. Apesar de possuir objetivos que tentavam abranger um desenvolvimento mais completo, as ações não foram suficientes no sentido de minimizar os impactos de uma ocupação intensiva, dando-se um aumento dos desmatamentos e da pressão sobre as terras disponíveis, especialmente as indígenas.

Como o Polamazônia abrangia uma área muito extensa, sentiu-se a necessidade da criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Polonoroeste, que por sua vez englobava o então Território Federal de Rondônia e as regiões oeste e noroeste de Mato Grosso. Tal programa tinha como objetivo principal absorver as pessoas oriundas de regiões que possuíam uma estrutura fundiária não condizente com sua capacidade econômica e financeira, através da ocupação racional e ordenada da área num processo de colonização. Era, portanto, um programa

regional voltado principalmente para os setores agrícola e de transporte, englobando os assentamentos de desenvolvimento rural.

As linhas de ação do Polamazônia abrangiam, além do apoio ao pequeno produtor rural, a preservação do meio ambiente e a proteção das comunidades indígenas. Apesar disso, deram-se com intensidade desmatamentos e queimadas, bem como conflitos originados através do avanço dos migrantes em áreas indígenas não demarcadas. A questão ambiental e a problemática indígena, embora fossem as novidades do Programa, não receberam um tratamento especial no sentido de prevenir ou até mesmo minimizar os efeitos de um processo intensivo de ocupação.

Em 1979, o Governo Federal utilizou-se de recursos externos para implantar o Polonoroeste. Tais recursos vieram do Banco Mundial, tradicional financiador de programas de desenvolvimento. O Banco Mundial, por sua vez, enviou uma Missão Multidisciplinar para analisar se um financiamento externo para o Programa era necessário. Apesar deste estudo ter demonstrado uma série de problemas e riscos a serem enfrentados, foi considerado que sua implantação implicaria em uma possibilidade de reverter o quadro sócio-econômico insatisfatório, reforçando o prognóstico favorável para a região. Com os recursos, foram estabelecidos os projetos de colonização, assunto que será tratado no capítulo seguinte.

4 - Desenvolvimento Sustentável

O extrativismo tratado neste projeto refere-se especificamente à retirada de forma sustentável dos produtos da floresta, a fim de que possa haver desenvolvimento sem desmatamento e destruição. A agricultura também faz parte das atividades das Reservas Extrativistas. Ela deve ocorrer, contudo, de forma sustentável, visando o não esgotamento do solo e de seus recursos. Cabe aqui, portanto, uma discussão a respeito do desenvolvimento sustentável e de suas formas de atuação.

Pires (1996, p.11) coloca que o desenvolvimento sustentável ainda é um conceito em emergência, e “representa mais uma insatisfação com o estágio atual de crescimento produtivo do que a formulação de respostas concretas aos problemas ambientais”. A partir da constatação de que fatores sócio-econômicos e culturais influenciam o meio ambiente, vemos historicamente a preferência clara pela exploração econômica, em detrimento das questões sociais e ambientais. Tal fato é comprovado pelas políticas públicas adotadas para a Amazônia a partir da década de 60, e mais intensamente na década de 70, cujos reflexos se fizeram sentir no estado de Rondônia com intensidade.

Vemos também que mesmo na época da Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento dos “soldados da borracha”, que interesses econômicos se sobrepuseram aos sociais, ambientais e até mesmo humanos, estimulando a migração de nordestinos à Amazônia, para uma atividade do qual não tinham experiência, para um ambiente radicalmente diferente, e sem a infra-estrutura necessária, abandonando-os à própria sorte assim que os interesses foram redirecionados.

A questão do desenvolvimento sustentável começou a surgir com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, 1972, quando primeiramente se concebeu o Meio Ambiente como afetando a qualidade de vida das populações. Ela veio para lançar uma luz sobre essa questão ao introduzir a discussão a cerca das limitações dos recursos naturais e suas influências no desenvolvimento futuro. Foram, então, extraídos três princípios que justificavam a situação crítica do momento: a necessidade do conhecimento, o sentimento de soberania das nações e a força dos mercados (Negret, 1994).

Viola & Leis (1995) afirmam que, nesta Conferência, o governo brasileiro foi o principal organizador da resistência a se conferir uma importância maior ao problema ambiental, principalmente devido à sua política interna baseada na atração de indústrias poluentes e na migração

das populações desfavorecidas para a Amazônia “para evitar a reforma agrária em suas regiões de origem”⁵ (1995, p.83).

O Relatório Meadows também criticou o modelo de crescimento até então adotado, defendendo a teoria de um crescimento zero visando parar este processo de desenvolvimento que desconsidera a capacidade de suporte do ambiente, buscando com isso a estabilização do nível produtivo em vigor. Apesar das críticas a este relatório, como a de que a solução apresentada apenas retardaria um processo de desenvolvimento destrutivo (Pires, 1996), e à Conferência de Estocolmo, estes serviram de ponto de partida para se buscar novas abordagens e novas maneiras de desenvolvimento, sendo uma espécie de embrião do conceito de desenvolvimento sustentável.

Em 1973, Maurice Strong, diretor do PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, criou o termo ecodesenvolvimento significando uma resposta à busca de soluções para as relações entre economia, sociedade, ambiente e desenvolvimento, sendo que estes dois últimos não se opõem, mas são dois pontos do mesmo conceito.

Para Sachs (1981), o ecodesenvolvimento implica que as populações envolvidas se organizem e se eduquem para melhor compreender as possibilidades específicas de seu ecossistema se utilizando da ajuda de técnicas apropriadas, colocando a educação como um dos fatores fundamentais. Para o terceiro mundo, Sachs afirma que o ecodesenvolvimento necessita de um programa de pesquisa sobre as técnicas ecológicas capazes de satisfazer as necessidades da população em termos de alimentação, habitação, energia, produtos industriais e serviços sociais, sempre em relação aos recursos abundantes no ecossistema. Além disso, seria necessário uma ação concreta, com projetos de ecodesenvolvimento urbanos e rurais onde haja melhoria na organização social, na educação e na autogestão.

Para Sachs (1986a) há uma *ideologia do crescimento*, que tem como argumento maior a teoria econômica do “quanto mais melhor”, e ao invés

⁵ Esse assunto será tratado no capítulo seguinte.

de se concentrar “nas finalidades do desenvolvimento, concentra-se nas instrumentações do aumento da oferta de bens e serviços” (1986a, p.38), transformando-se em maldesenvolvimento por não tomar conhecimento, e por não dar a devida importância à satisfação das necessidades sociais da população e aos custos sociais e ecológicos do crescimento. O autor faz uma crítica ao dizer que é no terceiro mundo que “o maldesenvolvimento se desabrocha” e que a ideologia do crescimento, para estes países, é tida como a “única maneira de queimar etapas no caminho da modernização e do emparelhamento com os países industrializados” (1986a, p.97).

Romeiro (1992) afirma que o conceito de ecodesenvolvimento veio basicamente fornecer argumentos para romper o impasse existente entre economia e ecologia. Por um lado havia a posição de que os problemas ecológicos e ambientais não se constituíam em um perigo para o futuro da humanidade, sendo uma consequência do progresso. Por outro lado, havia os que adotavam a teoria do crescimento zero como único meio de frear a degradação do meio ambiente e dos recursos naturais não-renováveis. Romeiro coloca ainda que o ecodesenvolvimento procura mostrar que é possível compatibilizar economia e ecologia através da imposição de limites “à necessária busca de eficácia econômica em nome do bem estar social das coletividades” (Romeiro, 1992, p.207) e da prudência ecológica, alcançando assim sua desejabilidade social.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi empregado inicialmente em 1980, no documento organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Pires (1996, p.21) coloca que o desenvolvimento sustentável, segundo a Conferência de Ottawa, realizada em 1986 pela UICN, PNUMA e pela WWF (Fundo Mundial para a Natureza), busca a solução de cinco questões: “a) integração da conservação e do desenvolvimento; b) satisfação das necessidades básicas humanas; c) alcance da equidade e justiça social; d) provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural; e) manutenção da integração ecológica”.

Em 1983, foi criada a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Comissão Brundtland devido à sua líder, a primeira-ministra da Noruega, tendo por objetivo propor soluções aos problemas ecológicos. Do relatório dessa comissão surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Para a comissão, o maior objetivo do desenvolvimento é satisfazer as necessidades e aspirações do homem, estendendo a todos a satisfação do desejo de uma vida melhor. Miranda Neto (1979, p.27) coloca que desenvolvimento é o "processo de mudança social global, com enfoque não apenas econômico, como também cultural, onde aspectos políticos e sociais aparecem com destaque". Pearce, Barbier & Markandya (1990) afirmam que o desenvolvimento é um vetor de objetivos sociais desejáveis, ou seja, uma lista de atributos que a sociedade busca alcançar ou maximizar. O vetor inclui aumentos reais na renda per capita; melhoria nos campos da saúde, nutricional e educacional; acesso aos recursos; uma distribuição de renda mais justa; e aumentos nas liberdades básicas.

Sustentabilidade é definida pela WWF como "uma característica de um processo ou estado que pode manter-se indefinidamente" (WWF, 1991, p.10), sendo que sua chave é o equilíbrio entre a população humana e a capacidade limitada dos recursos da Terra. Sachs (1986b) estabeleceu as dimensões do conceito de sustentabilidade: a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Estes são aspectos gerais que podem ser aplicados a qualquer setor. A sustentabilidade social prega uma maior equidade na distribuição da renda entre os grupos; a econômica é representada como a regularização dos investimentos externos e internos; a ecológica engloba a potencialização dos recursos naturais com danos mínimos ao ambiente; a espacial enfatiza a melhor distribuição dos assentamentos; e a cultural visa adotar mudanças que respeitem a sua continuidade e uma maior participação nas mudanças tecnológicas.

Pires (1996, p.22), coloca que essas cinco dimensões podem ser agrupadas em somente 3: "econômica, sócio-política e biofísica". A interação destas dimensões com o processo de desenvolvimento se constitui

em uma necessidade, destacando, assim, a importância do planejamento para a questão. O ‘otimismo’ do Relatório Brundtland, conforme se referiu Pires, pressupõe a compatibilização de interesses a princípio incompatíveis, como crescimento econômico e preservação ecológica, vindo a contribuir para dar um novo sentido para o planejamento.

Pires destaca dois sentidos para este conceito de desenvolvimento sustentável. O conservador, usado tendo por base a teoria econômica, é sinônimo de crescimento sustentável, congregando “noções de estabilidade, complementariedade, reciclagem de energia, e de equilíbrio dinâmico” intrínsecos ao conceito de sustentabilidade, com a “expansão, uniformidade, homogeneidade, desigualdade” relativos ao crescimento no sentido histórico capitalista (Pires, 1996, p.24). Neste sentido, não seria uma nova perspectiva, apenas uma adaptação, ou resignificação de conceitos. Na concepção mais radical, desenvolvimento sustentável seria a validação da categoria limite para o planejamento, através da igualdade, equidade social, e da preservação cultural e ecológica, todos estes conceitos ligados a esta acepção mais radical (Pires, 1996).

Farshad e Zinck (1993) levantam outros aspectos relativos à sustentabilidade. Primeiramente, é preciso atender tanto as necessidades sociais quanto as econômicas. Para isso, tanto a agricultura quanto as atividades extrativas devem ser extremamente dinâmicas, equilibrando a utilização de novas tecnologias e o alcance de uma produtividade que satisfaça as necessidades, com baixos níveis de degradação. A adoção de práticas preventivas é também um fator que deve ser considerado, pois o que se verifica com mais frequência é a minimização dos impactos já ocorridos, que são extremamente onerosos. A prevenção é uma prática mais sustentável e muito mais barata, além do fato de que em muitos casos a reparação é inviável. Quando o processo de desertificação⁶ já está instalado, quase nada pode ser feito, tornando-se a terra inútil para

⁶ Segundo Nascimento (1990, p.92), “desertificação é um processo de degradação da capacidade produtiva da terra” e “está geralmente associada com uma sequência de processos que envolve: o empobrecimento e redução da cobertura vegetal; exposição da superfície do solo à erosão eólica e hídrica acelerada; redução da matéria orgânica e conteúdo de nutrientes do solo; e deterioração da estrutura, capacidade de retenção de umidade e fertilidade natural do solo” (Nascimento, 1990, p.93).

qualquer tipo de atividade. A sustentabilidade também está ligada à fatores mais gerais, que indiretamente exercem algum tipo de pressão. A estabilidade da economia e a melhoria da infra-estrutura são necessárias para o desenvolvimento correto de qualquer prática sustentável.

Para a Comissão das Comunidades Europeias, Desenvolvimento Sustentável é, portanto, a política que visa a continuidade no tempo do desenvolvimento econômico e social, estes ocorrendo sempre em conformidade com as condições do meio ambiente, e de uma maneira que não comprometa os recursos naturais indispensáveis à vida humana.

O Relatório Brundtland definiu desenvolvimento sustentável como “aquele desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias” (CMMAD, 1988, p.46), ressaltando dois conceitos básicos: o de necessidade, especialmente a dos pobres do mundo, e o das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe sobre a capacidade do meio ambiente de satisfazer as gerações presentes e futuras (CMMAD, 1988).

Flores & Nascimento afirmam que o conceito de desenvolvimento sustentável não visa à preservação da natureza de forma intocável, mas que “condiciona, todavia, a padrões de desenvolvimento e de convívio humano que minimizem a degradação ou a destruição de sua própria base de produção” (Flores & Nascimento, 1992, p.16). Seu objetivo principal seria

“a melhoria da qualidade de vida, mediante o gerenciamento racional das intervenções sobre o meio ambiente, com ou sem transformação da estrutura e das funções dos ecossistemas, distribuindo de forma equitativa e eticamente justificável os custos e benefícios entre as populações envolvidas” (Flores & Nascimento, 1992, p.17).

Dessa forma, o objetivo principal do desenvolvimento sustentável é melhorar a qualidade de vida das pessoas e simultaneamente não comprometer a sobrevivência das próximas gerações. Com relação ao extrativismo e à agricultura, o conceito de sustentabilidade se aplica no sentido de conciliar a produção com práticas que degradem de forma

reduzida o ambiente. Devem ser adotadas práticas que sejam condizentes com a utilização quantitativa e qualitativa do recurso natural por tempo indeterminado.

O desenvolvimento sustentável requer o encorajamento do consumo em padrões ecologicamente viáveis, bem como requer também o crescimento econômico em lugares onde haja esta necessidade. Contudo, este consumo deve coexistir com iguais oportunidades para todos, não devendo prejudicar os sistemas naturais que abrigam a vida na terra - atmosfera, água, solo e seres vivos.

“É um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico, e a mudança institucional estão todos em harmonia e realçam tanto o potencial atual quanto o futuro para alcançar as aspirações e necessidades humanas” (CMMAD, 1987, p.46).

Em 1992, a Organização das Nações Unidas lançou a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a CNUMAD, que procurava conciliar “o desenvolvimento econômico com a preservação, conservação e manejo dos recursos naturais, dentro do marco conceitual do Desenvolvimento Sustentável, tal como havia sido proposto em ‘Nosso Futuro em Comum’ ”, caracterizando este tipo de desenvolvimento como um “investimento para o futuro” (Negret, 1994, p.69). A partir daí, o conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a abranger não só a visão regional, mas também a política nacional e internacional, ligando os efeitos ambientais a nível global (apolítico).

O uso sustentável dos recursos está intimamente ligado com a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável no manejo dos recursos naturais, exigindo um equilíbrio entre o uso dos recursos para o bem-estar humano e a capacidade de suporte ambiental. A WWF (1991, p.10), o definiu como sendo o “uso de um organismo, ecossistema ou outro recurso renovável em um ritmo de acordo com sua capacidade de renovação”. Em 1993, a WWF propôs um grupo de critérios para o uso sustentável dos recursos. Entre eles estão:

- o uso dos recursos não devem exceder sua taxa de regeneração;
- se a perda de um só recurso pode desestabilizar a sustentabilidade ecológica do sistema, seu uso deve ser compatível com a sustentabilidade global do ecossistema;
- se as necessidades humanas levaram ao uso excessivo de alguns recursos, estes devem ser compensados com um substituto natural renovável, ou outro que gere benefícios;
- os animais e plantas ameaçados de extinção ou de exploração não sustentável devem ter sua utilização proibida, de forma a permitir a sua regeneração;
- o uso de recursos não renováveis não deveria exceder a capacidade de criação de substitutos renováveis;
- quando não se souber ao certo as implicações ecológicas do uso de um determinado recurso, deve-se aplicar o Princípio da Precaução, respeitando os limites da irreversibilidade impostos pelos atuais conhecimentos.

Young (1989) coloca a definição de uso sustentável da terra, representado pela equação:

$$\text{SUSTENTABILIDADE} = \text{Produtividade} + \text{Conservação dos Recursos}$$

Esta equação inclui a idéia de que a sustentabilidade combina produção com conservação dos recursos, permitindo assim a manutenção da produtividade. Para que um sistema de uso da terra seja sustentável é necessário não só a conservação do solo, mas também de toda a variedade de recursos de que a produção depende.

O conceito de desenvolvimento sustentável, portanto, reflete fundamentalmente a busca de uma solução que compatibilize os aspectos econômicos e sociais com os ambientais. Trata sobretudo da adequação das necessidades e ambições humanas à sustentabilidade do meio em que vive. A aplicação deste conceito para as Reservas deve-se dar de forma que

sejam respeitadas suas particularidades, tanto em relação ao histórico regional (com a implantação dos projetos de colonização na década de 70), quanto pela atividade extrativista por si, com todas as dificuldades que apresenta em termos de produção e trabalho (necessidade de uma área muito extensa, produção familiar com utilização de toda mão-de-obra possível, impossibilidade de produção no período de chuvas, etc).

Assim, para que haja o desenvolvimento sustentável nas Reservas é necessário que a renda seja suficiente para a sobrevivência dos seringueiros e de suas famílias; que estes possuam acesso à educação e saúde; que exista transporte capaz de garantir a circulação de mercadorias, respeitando as condições geográficas locais; que a distribuição espacial das colocações seja de tal forma que possibilite a exploração racional da floresta; que existam práticas que visem a preservação do meio ambiente; que haja um certo volume de gastos para reparar danos ambientais; que a oferta de energia seja compatível com a demanda; que a comercialização de mercadorias na Reserva seja realizada de forma racional e acessível à todos; que existam outras atividades que concorram para a continuidade da tradição extrativista; e que sejam adotadas novas tecnologias que permitam tanto o crescimento da produção, quanto facilitem a preservação ambiental.

É a partir destas considerações que se analisará a Reserva do Ouro Preto, buscando-se constatar se está havendo desenvolvimento sustentável ou não, e em caso positivo, verificar quais os fatores que influenciaram e influenciam este desenvolvimento.

5 - Agricultura Sustentável

Após a discussão a respeito do que seja desenvolvimento sustentável, faz-se necessário algumas considerações a respeito do que seja agricultura sustentável, em virtude desta ser uma categoria importante para a análise que aqui será feita.

O desenvolvimento da agricultura moderna no Brasil intensificou-se a partir da década de 40, e especialmente no período após a década de 60, provocando profundas mudanças na produtividade agrícola e gerando “pobreza, êxodo rural, proletarização e crescimento descontrolado das metrópoles” (Guivant, 1995, p.101). Os impactos ambientais gerados foram a “deterioração dos solos produtivos, contaminação de vertentes hídricas, devastação das florestas e a desertificação dos solos” (Guivant, 1995, p.101). Guivant coloca que, frente a essa situação, a agricultura deve redirecionar seus objetivos “no sentido de considerar os agroecossistemas como possíveis de combinação entre produtividade e sustentabilidade (Guivant, 1995, p.102).

O conceito de sustentabilidade se aplica para a agricultura no sentido de conciliar a produção com práticas que degradem de forma bastante reduzida o ambiente. Com relação ao desenvolvimento, não se pode adotar a visão romântica da natureza intocável já que os altos índices de crescimento populacional nos coloca frente a frente com o problema de fornecer alimentos para todos. Para que se consiga alimentar pelo menos uma parte do contingente populacional do mundo, é necessário o desenvolvimento de técnicas que melhorem a capacidade produtiva e a utilização cada vez maior das áreas disponíveis. Portanto, manter o ambiente intocado é uma atitude que possivelmente não virá a ocorrer devido a todas essas pressões sócio-econômicas. Deve-se então adotar o quanto antes práticas que sejam condizentes com a utilização quantitativa e qualitativa do recurso natural por tempo indeterminado.

O conceito de agricultura sustentável não é fácil de ser obtido, justamente pelo seu caráter abrangente e heterogêneo. Congregar interesses diversificados com sustentabilidade é uma tarefa difícil sendo que a principal complicação consiste exatamente em estabelecer os limites dessa sustentabilidade.

Os longos anos de exploração da terra de maneira indiscriminada geraram dificuldades (esgotamento dos solos, assoreamento dos rios, desmatamento, etc), no qual fica penosa a diminuição da margem de ganhos

monetários, mesmo que seja para se obter um benefício duradouro, embora a longo prazo. Os problemas financeiros acabam por fazer com que os agricultores busquem aumentar a produção sem se importar com os custos ambientais a médio e longo prazo. É justamente a falta de sustentabilidade que acaba por diminuir a produção, exaurindo por fim os recursos naturais. Para reverter este processo é necessário anos de investimentos como meio de recuperação das condições ambientais de forma que o ambiente esteja preparado para produzir tanto em um curto quanto em um longo prazo. A adoção de uma agricultura mais sustentável garantirá uma maior durabilidade dos solos e, conseqüentemente, do ambiente.

As propostas relativas ao estabelecimento de uma agricultura sustentável não são novas de acordo com Guivant (1995), sendo consolidadas com o Relatório Brundtland. Em 1989, a publicação do relatório do *Committee on the Role of Alternative Farming Methods in Modern Production on the Agriculture* do *National Research Council* dos Estados Unidos - NRC, estimulou a adoção de uma agricultura sustentável “levantando a necessidade de seu questionamento para uma urgente transformação do modelo agrícola dominante” (Guivant, 1995, p.103). O relatório do NRC coloca o conceito de agricultura alternativa, esta sendo uma agricultura que reduz o uso de insumos químicos através da implantação de novas técnicas agrícolas visando a sustentabilidade.

Guivant expõe que a agricultura sustentável, então, tem por objetivos,

“promover a saúde dos agricultores e consumidores; manter a estabilidade do meio ambiente, mediante incorporação dos processos naturais, como os ciclos de nutrientes, a fixação de nitrogênio, o controle de pragas pelos seus predadores naturais; assegurar os lucros dos agricultores a longo prazo e produzir para responder às necessidades atuais da sociedade, considerando-se também as gerações futuras” (Guivant, 1995, p.104).

Para Flores & Nascimento (1992, p.17), a agricultura sustentável possui como idéia central “o uso de tecnologias adequadas às condições do

ambiente regional e local e à prevenção dos impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais”. O caminho para se alcançar a produtividade e a competitividade de forma sustentável passa, segundo os autores, pela “diversidade de produção no espaço e no tempo, reciclagem de nutrientes, seleção e consórcio de variedades, uso de pesticidas naturais químicos menos tóxicos, controle biológico [...]” (Flores & Nascimento, 1992, p.20).

Romeiro (1992, p.208) aponta três desdobramentos do conceito de ecodesenvolvimento econômico para a produção e para as atividades humanas como um todo. O primeiro postula uma mudança na lógica dos sistemas produtivos através da demonstração da viabilidade da criação de sistemas de circuito fechado, complexos produtivos onde os resíduos de uma atividade são matérias primas para outra, sendo dessa forma menos degradantes para o meio ambiente ao mesmo tempo em que são eficazes em termos econômicos. Em segundo, está a compreensão dos fatores sócio-econômicos que determinaram o estabelecimento de um certo padrão de modernização não condizente com os ecológicos e socialmente desejáveis, como a produção de monoculturas, que implica na escolha de um produto de acordo com as perspectivas de mercado. Por último, Romeiro (1992) indica as possibilidades existentes em relação às modificações do padrão tecnológico atual em função das necessidades ecológicas.

Esses desdobramentos são importantes para se pensar uma agricultura “ecologicamente equilibrada” (Romeiro, 1992, p.209). Esta, segundo o autor, tem por base o complexo solo/clima/planta, o chamado ecossistema agrícola, onde “diversidade é sinônimo de estabilidade. Quanto mais simplificado for um ecossistema, maior será a quantidade de energia proveniente de fontes exógenas necessária para mantê-lo com um mínimo de estabilidade” (Romeiro, 1992, p.213). Tal fato acontece com o ecossistema agrícola, que é nada mais do que uma simplificação do ecossistema original, precisando sempre da intervenção humana, mas que pode ser compensada com o estabelecimento de sistemas produtivos complexos, como a rotação de culturas. Segundo Romeiro (1992), esta é uma técnica antiga que se

mostra bastante eficaz na recomposição de parte da diversidade de cobertura vegetal, mantendo, assim, a estrutura do solo em bom estado e controlando as pragas.

Para este mesmo autor, a rotação de culturas tem como objetivo “criar boas condições de absorção de água e nutrientes minerais pelas plantas e manter a fertilidade do solo a longo prazo” (Romeiro, 1992, p.214). Assim, na monocultura

“os fatores desestabilizadores ganham força, obrigando o agricultor a recorrer a técnicas intensivas em energia para obter e manter as condições necessárias ao desenvolvimento dos vegetais, ao custo da degradação a longo prazo do ecossistema agrícola” (Romeiro, 1992, p.213).

Contudo, este estudioso indica que a mudança do padrão de modernização é possível pelo progresso tecnológico atual, sendo que esta pode permitir “a natureza trabalhar em benefício dos homens através da concepção de sistemas integrados onde se joga inteligentemente com as complementaridades e simbioses de plantas e animais” (Romeiro, 1992, p.224).

Dubois contribui para esta questão apontando a rotação de culturas como sendo tradicional, onde “as comunidades nativas e rurais praticam um sistema agroflorestal secular, que consiste numa seqüência ‘lavoura branca/capoeira’ na qual a capoeira é de tipo tradicional, ou seja espontânea” (Dubois, 1990, p.171). Guivant (1995), por sua vez, aponta que técnicas como a rotação de culturas, a fertilização orgânica e sistemas agroflorestais, devem ser adotadas de forma integrada, sendo que

“a idéia diretriz é que a agricultura sustentável constitua-se num sistema integrado de diversas técnicas, mas sem que haja necessidade de todas elas serem sempre englobadas para caracterizar esse sistema. É suficiente a aplicação de duas ou três técnicas, em consorciamento” (Guivant, 1995, p.105-106).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) afirma que a base da agricultura sustentável é a administração florestal integrada com a população local, sendo que o relatório aponta a integração de silvicultura com a agricultura como um dos caminhos que se pode seguir neste sentido.

Em se referindo a Amazônia, Flores & Nascimento (1992) concordam que sistemas agrosilvopastoris são uma forma de exploração racional para a região e que, ao mesmo tempo “a agricultura sustentável e competitiva nos Cerrados, no Sul e nos cultivos irrigados do Nordeste, realizados pelas novas tecnologias, contribuem para conter a expansão da agricultura em direção à Amazônia” (Flores & Nascimento, 1992, p.24).

Os referidos autores apontam tópicos que a pesquisa agropecuária deve envolver para promover a sustentabilidade. Entre eles, destacam-se o uso de áreas já desmatadas e sem uso da Amazônia; sistemas agroflorestais sustentáveis; exploração sustentável de florestas naturais; adaptação de ecossistemas naturais para os agricultores, resgatando assim o conhecimento das populações tradicionais (aqui entendidas como as indígenas e as caboclas); diversidade agropecuária e florestal; uso de recursos renováveis como fonte nutricional e energética; cultivos múltiplos, intercalares e rotação de culturas; sistemas integrados de culturas; sistemas integrados de culturas e criações; entre outros (Flores & Nascimento, 1992).

Além destes, outros temas são mencionados para o caso da Amazônia, tais como: o desenvolvimento de agricultura de várzea; novas alternativas agrícolas; pesquisa sobre os ecossistemas existentes; domesticação de recursos extrativistas; melhoria do rendimento do extrativismo vegetal (Flores & Nascimento, 1992).

Dubois (1990, p.170) conceitua agrossilvicultura como sendo

“um conjunto de sistemas e práticas de uso da terra, que envolvem uma integração, social e ecologicamente aceitável, de árvores (e/ou arbustos) com culturas agrícolas e/ou animais, em forma seqüencial ou simultânea, de tal forma que se alcance uma maior produtividade global em regime de produção sustentável.”

Tiezzi (1988) afirma que a agricultura é o sistema utilizado para se trazer energia à Terra e para se utilizar todo o potencial da energia do Sol, pois “agricultura é capturar energia do Sol para sintetizar matérias-primas e alimentos de alto conteúdo calorífico” (Tiezzi, 1988, p.147). Dentro desta perspectiva, o autor coloca que o sistema agrícola tradicional é “um ecossistema muito simplificado, em que processos bioquímicos reduzem ao mínimo a energia dispersa nas passagens da cadeia alimentar e fixam grandes quantidades de energia, acumulando-as nas plantas comestíveis para o homem e os animais por ele criados” (Tiezzi, 1988, p.148).

O sistema agrícola industrializado, por sua vez, utiliza energia dos combustíveis fósseis, como o petróleo e seus derivados, sendo esta não-renovável. Para o autor, um aumento significativo do rendimento de um sistema como este pode ser alcançado “recuperando novas fontes alimentícias não-convencionais [incluindo frutos da floresta], reaproveitando os subprodutos para uso energético ou como fertilizantes, integrando melhor a agricultura ao ambiente natural e humano em que está inserida [...]” (Tiezzi, 1988, p.149).

De acordo com Accarini (1987), a agricultura pode ser classificada em tipos diversos devido a fatores tais como técnicas de produção utilizadas, integração ao mercado interno ou externo, rentabilidade, finalidade da produção, entre outros. Contudo, não haveria uma separação rígida entre esses tipos, sendo que a classificação é útil no sentido da adoção de estratégias de ação ou para servir como parâmetros de comparação. A partir dessas considerações, o autor coloca, inicialmente a diferença entre agricultura tradicional e moderna. A agricultura tradicional é composta de pequenas unidades produtivas, de mão-de-obra familiar, cujo conhecimento técnico é o resultado de experiência acumulada pelos anos de trabalho e transmitida através das gerações. As ferramentas são simples e rudimentares e as fontes de energia são, em sua maioria, fruto do esforço físico do trabalhador e de sua família. A agricultura moderna é colocada pelo autor como sendo a antítese da tradicional.

Accarini (1987) também indica diferenças entre a agricultura de subsistência e a comercial. A agricultura de subsistência se relaciona pouco com os outros setores e “produz praticamente tudo quanto necessita, sejam moradias, bens domésticos, instrumentos de trabalho e, principalmente, alimentos. Por essa razão é também chamada de agricultura alimentar, de autoconsumo ou de auto-abastecimento” (Accarini, 1987, p.43). Não há nenhuma produção específica para atender ao mercado, e a regra é a prática de diversas atividades complementares da renda. Já a agricultura comercial tem por objetivo “obter excedentes para venda” (Accarini, 1987, p.44), sendo também chamada de capitalista ou de mercado. Utiliza a mão-de-obra assalariada para suprir a demanda, bem como usa técnicas de produção mais aprimoradas, integrando-se totalmente ao mercado.

Por sua vez, Pires (1996) estabelece a diferença entre o padrão convencional da agricultura e o padrão alternativo. O padrão convencional é o que utiliza insumos químicos, agrotóxicos e biológicos, bem como emprega maquinários. O padrão alternativo utiliza pouco ou nenhum insumo artificial, e emprega práticas orgânicas, rotação de culturas, consorciamento de cultivos, entre outros. O autor sugere que talvez a agricultura alternativa seja mais sustentável, contudo ela não pode, a curto prazo, substituir a agricultura convencional em relação ao volume de produção. As soluções para se chegar a uma agricultura sustentável, então, passa pela integração de ambas. Além disso, cada ecossistema necessita de soluções diferenciadas de acordo com as especificidades de seu ambiente. Mas pode-se apontar alguns caminhos como a adoção de práticas de diversificação de culturas, ao invés da especialização; criação de complexos agrosilvopastoris e consorciamento de culturas.

Guivant (1995) coloca que são dois os tipos de sustentabilidade agrícola: a orgânica e a de insumos reduzidos. A agricultura orgânica visa a produtividade a longo prazo, mantendo um compromisso de proteger o meio ambiente e a saúde, sendo que “trata-se de uma produção dirigida ao mercado de consumidores alternativos, mantendo, portanto, uma perspectiva comercial” (Guivant, 1995, p.106). Já a agricultura de insumos

reduzidos prioriza os fatores econômicos na medida em que visa a diminuição dos custos de produção através da “redução parcial dos insumos químicos” e da “menor utilização das fontes de energia não renováveis” (Guivant, 1995, p.109). Para este tipo de agricultura, parte-se do princípio de que “nem todo agricultor pode eliminar o uso de insumos químicos e continuar competitivo no mercado” (Guivant, 1995, p.109). Portanto, o controle na aplicação de insumos químicos tem por objetivo diminuir os impactos ambientais e os riscos de contaminação dos alimentos, reduzindo, ao mesmo tempo, os custos para o agricultor.

Como será exposto posteriormente, a agricultura praticada na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto é , sem dúvida, uma agricultura tradicional, segundo os critérios destes autores. Resta a questão em torno da medida em que seria sustentável, o que será tratado nos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO II

A Área em Estudo: Rondônia, Guajará-Mirim e Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

Rondônia é um dos estados da Amazônia Legal que possui maior representatividade como objeto de estudo, tanto pelo processo histórico de ocupação diferenciado, quanto pelos reflexos da política adotada pelo Governo Federal para povoar e desenvolver a região. Rondônia, sofreu todas as conseqüências de uma política para o desenvolvimento, efetivada sem diretrizes claramente estabelecidas, sendo o exemplo mais significativo da destruição ambiental que está ocorrendo na região amazônica.

O processo de ocupação de Rondônia teve como mola mestra o estabelecimento de projetos de colonização agrícola, que levaram a inúmeros problemas de ordem social e ambiental existentes atualmente. Este processo gerou uma explosão demográfica sem precedentes no estado, uma maior valorização da terra, uma baixa capacidade de absorção dos migrantes já que nem todos puderam ser absorvidos nas atividades de exploração da terra, um aumento no deslocamento de migrantes para as cidades e o conseqüente inchamento das mesmas. Além disso, houve uma atração ainda maior de interesses políticos e econômicos para a região, surgindo assim empresas rurais, grandes fazendas, grupos mineradores e empresas madeireiras, que concorrem com os colonos e índios para a posse das terras e riquezas naturais de Rondônia, tornando as atividades extrativas cada vez mais difíceis de serem praticadas pelos seringueiros.

Inicialmente, o extrativismo era realizado no estado através dos seringalistas, que eram os donos do seringal, e dos seringueiros, os trabalhadores propriamente ditos. Os vários seringalistas não possuíam qualquer titulação e foi somente em 1953 que uma Licença de Ocupação foi expedida pela Divisão de Produção, Terras e Colonização do então

Território do Guaporé. Os outros seringalistas apenas possuíam Contratos de Promessa de Compra e Venda do INCRA (Wawzyniak, 1994). Independente da situação jurídica do seringal, o seringalista exercia relações de dominação com os seringueiros, que não detinham nem a posse da terra e nem o produto do seu trabalho. Toda a sua produção era entregue ao seringalista para pagar as mercadorias adquiridas no barracão, local de compra e venda de mercadorias, estabelecendo-se um elo de dependência do seringueiro com o seringalista, que possuía dependência semelhante com seu aviador, o qual fornecia as mercadorias à crédito para o 'patrão'.

O barracão é “a imagem material do domínio e posse definitiva” (Cunha, 1941, p.60). Rancy (1981, p.125) afirma que “o barracão da Amazônia vai representar a base econômica e social do ambiente úmido da Floresta”. Para a autora, o seringal é um “distrito rural formado no interior da selva, cuja comunidade ou grupo humano estava composto pelo seringalista-comerciante e pelos seus fregueses seringueiros, espalhados em suas colocações no interior da floresta” (Rancy, 1981, p.125). Como coloca Reis (1953, p.93) “os seringalistas prendiam-se às casas aviadoras, os seringueiros aos seringalistas. Havia, é evidente, uma relação de dependência e de troca de serviços e de obrigações entre todos, para que tudo pudesse correr produzindo os frutos desejados”. Para Euclides da Cunha (1941, p.58), o seringal era “a mais imperfeita organização de trabalho que engendrou o egoísmo humano. O sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre o qual nunca é demasiado insistir, é o homem que trabalha para escravizar-se”.

Na década de 70, os seringalistas começaram a arrendar as colocações aos seringueiros, exigindo uma renda anual de 50 quilos de borracha por cada estrada de seringa existente. Os barracões pararam de fornecer mercadorias e o abastecimento passou a ser feito por ambulantes que comercializavam através do rio. Durante o inverno muitos eram obrigados a se endividar, recebendo um adiantamento do seringalista em dinheiro a ser pago no ano seguinte (Wawzyniak, 1994). Todos estes

encargos levaram a uma super-exploração da borracha, avariando tanto os seringueiros quanto os recursos naturais.

Com relação às práticas extrativas, portanto, o processo vivido por Rondônia com os projetos de colonização desempenhou um papel importante pois modificou a orientação para o uso da terra, oferecendo opções para os seringueiros fugirem da semi-escravidão em que viviam. A distribuição de lotes que se deu com o estabelecimento dos projetos de colonização permitiu ao seringueiro trabalhar de forma mais independente, bem como forneceu-lhe mais possibilidades de ditar as normas de produção, mesmo que isso significasse substituir o extrativismo pela agricultura, já que os lotes visavam à produção agrícola.

A tradição produtiva inicial do estado era, portanto, extrativista e as atividades mais importantes eram a coleta da castanha-do-pará e da borracha. Lisboa (1990, pp. 102/103) coloca que "a atividade extrativista não predatória na Amazônia foi sempre tradicional. A coleta da castanha-do-pará, da seringa, a caça e a pesca sempre foram uma das fontes de renda do homem regional". A extração de madeira é também uma atividade extrativista vegetal de grande importância para Rondônia. Contudo, o extrativismo aqui considerado será o de produtos não-lenhosos, já que o de madeira possui um caráter predatório incompatível com a adoção de práticas sustentáveis na realidade regional em virtude dos longos anos de exploração dos recursos naturais vividos no estado. Além disso, o extrativismo de produtos lenhosos não se justifica nesta pesquisa pelo fato de ser bastante restrito o desmatamento na Reserva. Pode-se apenas desmatar 5% da área habitada para a construção da moradia e para o estabelecimento da agricultura de subsistência.

A agricultura, especialmente sob a forma de Projetos de colonização, também veio a intensificar e até mesmo justificar os desmatamentos, pois tornou-se uma necessidade da forma de produção adotada. Contudo, a agricultura também será aqui considerada como um fator que pode possibilitar a sustentabilidade do extrativismo, na medida em que for praticada de uma forma que respeite a fragilidade do ecossistema.

1 - Evolução Econômica de Rondônia

Até o final do século XVIII, a ocupação de Rondônia era realizada através da atuação de missões jesuíticas. Uma ocupação mais efetiva foi sentida já no século XIX, quando migrantes nordestinos chegaram à região para trabalhar com a borracha. Além disso, a construção da Madeira-Mamoré veio contribuir para o crescimento dos núcleos urbanos de Porto Velho e Guajará-Mirim. O extrativismo vegetal, a produção de borracha e a coleta de Castanha-do-Pará foram as atividades econômicas do Território até 1960.

O Decreto-lei nº 5.225, de 1º de fevereiro de 1943, foi de extrema importância para o crescimento da produção da borracha pois regularizava a situação militar das pessoas que eram enviadas à Amazônia para trabalhar com a sua extração. O mundo estava em guerra e o suprimento de borracha era fundamental para os países aliados. Os "Soldados da Borracha", em sua maioria trabalhadores nordestinos, proporcionaram a geração de riqueza para seringalistas, comerciantes, intermediários diversos, importadores e exportadores ligados à borracha (Calvente, 1980). Além disso, eles também contribuíram para a construção de várias obras urbanas através da aproximação indireta da renda pelo Estado.

Após o ciclo da borracha, teve-se início a exploração de cassiterita, melhorando as atividades comerciais de Porto Velho. O término da construção da rodovia Cuiabá/Porto Velho (BR-364) foi marcado pelo início de um fluxo migratório muito grande, composto principalmente de pequenos agricultores, trabalhadores de parceria e trabalhadores volantes do meio rural; geralmente nascidos no Nordeste ou descendentes de estrangeiros que migraram para o Brasil para trabalhar nas fazendas de café no início do século XX. Os migrantes eram oriundos principalmente do Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e São Paulo, para onde já haviam migrado antes (IBGE, 1991). O primeiro grande fluxo de migrantes para o Estado foi registrado na década de 1960/70, quando,

em virtude do garimpo da cassiterita, a população alcançou a marca de 69.792 habitantes. Na década seguinte, 1970/80, a população de Rondônia passou de 111.064 para 491.069 habitantes, indicando a transformação causada pelos projetos de colonização organizados pelo INCRA. A evolução populacional de Rondônia pode ser vista na Tabela 1.

TABELA 1

**População Residente Rural e Urbana
Rondônia - 1950/1991**

Ano	População Rural	População Urbana	Total
1950	23.119	13.816	36.935
1960	36.606	30.186	69.792
1970	51.500	59.564	111.064
1980	262.530	228.539	491.069
1991	473.365	659.327	1.132.692

FONTE: IBGE, 1989 e 1991

O processo de ocupação do Estado de Rondônia foi, portanto, originado a partir do estabelecimento de projetos de colonização agrícola. Em 1945, a criação da Colônia Agrícola do IATA deu início a uma série de ações do Governo Federal no sentido de resolver o problema da baixa densidade demográfica do então Território do Guaporé. Em 1949 foi criado o Núcleo Agrícola do Candeias, em 1954 o Núcleo Agrícola Nipo-Brasileiro, entre outros (Lisboa, 1990). A iniciativa governamental não surtiu o efeito desejado pois além dos solos serem pobres, não foi dada a assistência técnica necessária bem como insumos, financiamentos e transportes, fatores indispensáveis para o desenvolvimento de um núcleo agrícola. A consequência deste processo foi o abandono das colônias, podendo até hoje serem vistos vários sítios abandonados próximos a Guajará-Mirim.

Em 1963, o Estatuto da Terra entrou em vigor e estimulou, dentre outros fatores, o crescimento do número de trabalhadores rurais volantes, que são assalariados, mas, por não estarem envolvidos em uma relação de

trabalho fixa, evitava o pagamento dos encargos sociais por parte do empregador rural. Este fator somado à erradicação dos cafezais em 1965 e às intempéries climáticas, favoreceu e até mesmo instigou a migração para áreas de fronteira agrícola.

A colonização por empresas privadas foi iniciada em 1964 com as empresas Calama e a Itaporanga S/A, que ocuparam uma área maior do que a que lhes pertencia, gerando invasões em terras "disponíveis", ou seja, as indígenas e os seringais. Perdigão e Bassegio (1992) citam o caso da também empresa colonizadora Guaporé Agroindustrial S/A, a GAINSA, que distribuía 300.000 ha e só possuía 11.000 ha. Outros exemplos são: a Ramon Chaves que queria a regularização de 724.000 ha, e a Santos Cia que com 11.650 ha, queria regularizar 600.000 ha (Perdigão e Bassegio, 1992). Além disso, uma série de obstáculos também impediu o sucesso deste tipo de colonização, como a regularização fundiária, endemias regionais e o aumento excessivo do número de migrantes.

Inicialmente, portanto, houve o estímulo à migração por parte do Estado, que previa a distribuição, organização e assentamento dos colonos nas terras; administração do projeto através do fornecimento de educação, saúde, habitação rural, infra-estrutura física; formação de empresas cooperativas e apoio na comercialização e na obtenção de crédito. Se a princípio houve esse estímulo oficial, o mesmo foi sendo cortado quando um fluxo espontâneo de migrantes começou a surgir, passando o Governo e o INCRA a adotarem medidas visando reduzir a migração. Foram criados outros projetos para absorver este fluxo, sem contudo fornecer os benefícios propostos inicialmente. Até 1979 pelo menos 20.000 famílias estavam legalmente assentadas, estando pelo menos 30.000 famílias sem o acesso a terra (Calvente, 1980).

Em 1970, a criação do Programa de Integração Nacional deu início a colonização dirigida na Amazônia, e tinha por principal função diminuir as tensões sociais no Nordeste através do assentamento dos colonos nas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. O insucesso do Programa se deu por vários motivos, entre eles: a exigência de capacitação técnica, a

migração excessiva gerando ocupação de áreas impróprias, os conflitos emergentes e a incapacidade do INCRA de atender aos colonos. Em 1976, o governo mudou sua política, passando a ocupar a Amazônia através de grandes e médias empresas capitalistas, destinando 66.000 ha para projetos agropecuários, 72.000 ha para projetos florestais e 500.000 ha para projetos de colonização; o que tornou Rondônia bastante atrativa, ainda mais depois da Transamazônica.

O início das atividades do INCRA se deu com o Decreto-lei nº 1.164 de 1º de abril de 1971, que declarava indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura de cada lado do eixo de rodovias na Amazônia legal. A prioridade foi a BR-364, e o INCRA atuou através dos PICs (Projetos Integrados de Colonização), PADs (Projetos de Assentamento Dirigido) e PARs (Projetos de Assentamento Rápido). Os PICs foram melhor programados, e pelo menos teoricamente selecionavam os colonos, faziam a demarcação dos lotes, abriam as estradas e davam assistência e orientação. Nos PADs, os colonos deveriam possuir situação econômica melhor, e o governo só abriria algumas estradas como investimento máximo. Os PARs surgiram para atender aos pequenos produtores. Eram lotes de 50 ha, onde existiam somente as picadas e não mais as estradas de acesso, sendo que a infraestrutura estava condicionada à fase de produção. Junto com os PADs, foram licitadas três grandes glebas de 500 a 2.000 ha cada lote, são elas (Perdigão e Bassegio, 1992):

_ Corumbiara, situada em Pimenta Bueno, com 1.674.693 ha;

_ Gleba Garças, situada ao longo da BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco, com 84.500 ha;

_ Gleba Burareiro, próxima ao PAD de mesmo nome e destinada ao plantio do cacau, com 227.609 ha.

Apesar de terem por função o cultivo agrícola, os detentores dessas terras preferiram guardá-las como Reserva de valor esperando os investimentos em infra-estrutura necessários para valorizá-las.

A Gleba Corumbiara envolvia os municípios de Pimenta Bueno, Vilhena, Espigão d'Oeste, Colorado do Oeste, Cerejeiras e Rolim de Moura, sendo que 216 foram licitados em 1972 e 390 em 1975 (Perdigão e Bassegio, 1992). Na Gleba Burareiro, 299 lotes foram adquiridos entre 1977 e 1979, e nas Glebas Baixo Candeias e Igarapé Três Casas em Porto Velho, mais de 100 lotes também foram adquiridos através de licitação. Este processo gerou a concentração de terra nas mãos de poucos, pois muitos se utilizavam de terceiros para comprar terras. Como resultado, temos que apenas nove proprietários estão ocupando aproximadamente 6% das terras de Rondônia (ver Tabela 2), que são 24,3 milhões de há. Destes 6%, apenas 0,11% são aproveitados. Pelo menos 8 milhões de hectares estão nas mãos dos 2.000 maiores proprietários do estado, sendo que 25% das terras possuem proprietários que não residem em Rondônia. Ou seja, há uma grande concentração de terras no Estado.

TABELA 2

Maiores Latifundiários em Rondônia

Proprietário	Nº de ha.	Nº de ha. Aproveitados	Município
Manoel Gudmar do O. Rita	325.000	30	P. Velho
Giacomo Casara	285.000	04	C. Marques
Moisés Bennesby	170.000	----	G. Mirim
Raimundo R. Ribeiro	170.000	----	P. Velho
Carlos S. Muradas	135.137	13.500	P. Velho
Comércio, Exp. e Importação	112.000	7.000	C. Marques
Raimundo M. Cunha	100.000	----	C. Marques
Antônio L. Oliveira	82.500	7.000	P. Velho
Saul Bennesby e Cia	55.000	----	C. Marques
TOTAL	1.434.637	27.534	

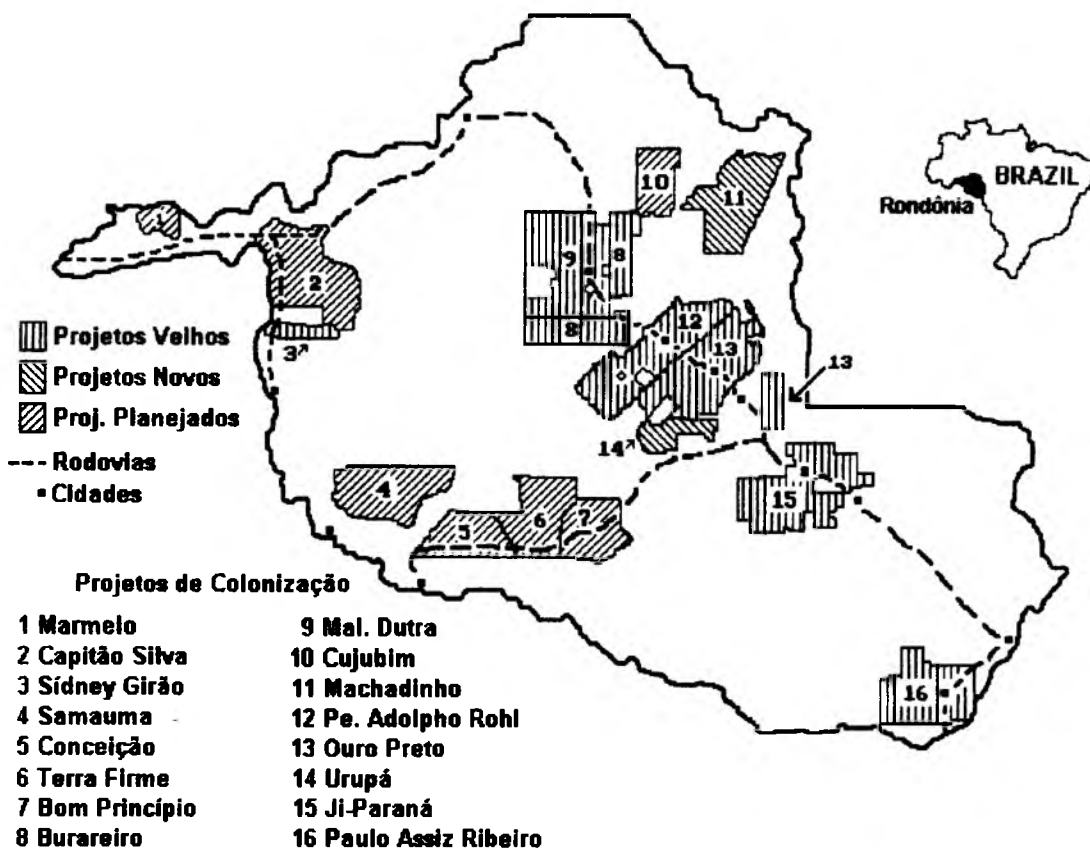
FONTE: Perdigão e Bassegio, 1992.

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, Polamazônia, foi criado em 1974 e abrangia uma área muito extensa, tendo sido necessário em 1981 a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Polonoroeste, que por sua vez englobava o então Território Federal de Rondônia e as regiões oeste e

norooeste de Mato Grosso. O Polonoroeste tinha por finalidade apoiar o pequeno produtor rural, preservar o meio ambiente e proteger as comunidades indígenas. A questão ambiental e o problema indígena, apesar de terem sido as novidades do Programa, não receberam um tratamento que permitisse a minimização ou a prevenção dos efeitos da ocupação intensiva. Por isso, foram excessivos os desmatamentos e queimadas, bem como os conflitos pelo avanço dos migrantes nas terras indígenas não demarcadas.

O Polonoroeste em Rondônia visava colonizar as áreas de Cujubim, Samaúma, Terra Firme, Capitão Sílvio e Marmelo; e a partir de 1985 foram incluídas as áreas de Urupá e Machadinho (Pinheiro e Leão, 1989), como mostra a Figura 1. A área total de cada lote foi reduzida de 100 para 50 hectares, pois o Banco Mundial considerava que dessa maneira um maior número de famílias poderiam ser instaladas, desencorajando também o uso do lote para pastagens. A ocupação dos lotes implica necessariamente em desmatamento e queima, já que estas práticas são consideradas como beneficiamentos e são indícios de uma ocupação efetiva. O aumento da área desmatada é diretamente proporcional ao aumento do número de migrantes.

Os sistemas humanos de uso para substituir a floresta estão profundamente ligados ao desmatamento. Apesar da medida de redução dos lotes, a pastagem se constitui na principal forma de uso da terra em Rondônia. O colono começa com uma cultura anual, mas termina plantando pasto, pois além de não exigir muita mão-de-obra, é um fator de legitimação do lote. Agravando esta situação está o fato de que o lote vendido revela uma ocupação semelhante à de um lote virgem recém-ocupado, ou seja, incrementa-se a derrubada. Quando se observa as áreas já atingidas por estradas vicinais, este aumento é praticamente o dobro de desmatamento que os colonos originais faziam (Fearnside, 1989). Quanto maior é o melhoramento do acesso a um lote, maior é o seu desmatamento, já que a melhoria das estradas faz com que aumente a motivação para desmatar, aumentando com isso o valor de revenda do lote.



FONTE: Fearnside, 1989.

FIGURA 1: Projetos de Colonização em Rondônia

As causas do desmatamento motivam os proprietários de terras e posseiros a dirigirem seus esforços para a derrubada da floresta o mais rapidamente possível (Fearnside, 1989). Elas podem ser descritas e explicadas dessa forma:

- Especulação da terra, onde a derrubada é o principal fator que estabelece o direito de posse e eleva o preço de venda da terra.

- Incentivos tributários, já que as empresas particulares podem evitar o pagamento de impostos, devidos em outros lugares do Brasil, caso o dinheiro seja investido na Amazônia.
- Maiores impostos para terras em "desuso", ou seja, terras que não foram desmatadas.
- Empréstimos de interesse negativo e outros subsídios: a maioria dos financiamentos aprovados pelo governo são de projetos com taxas de interesse mais baixas que a inflação.
- Cronogramas para projetos incentivados, já que os projetos de fazendas aprovados pelo governo aderem a um cronograma para se qualificarem a incentivos contínuos.
- Empréstimos especiais para culturas de café, cacau, borracha, pimenta preta, cana-de-açúcar e culturas anuais não financiadas em algumas áreas. Essas culturas não seriam atraentes sem os termos de favorecimento dos empréstimos.
- Produção exportável, como carne e em menor escala cacau, arroz e outras culturas. É importante entre os pequenos fazendeiros que dependem da venda das colheitas para receberem o dinheiro de sobrevivência de ano para ano.
- Produção de subsistência: ocorre em grau menor, especialmente em áreas de colonização do Governo, onde a derrubada é em sua maioria para a plantação de culturas para a venda.

Fearnside (1989) também estabeleceu causas subjacentes ao desmatamento, que por sua vez estão ligadas à economia brasileira de uma forma mais ampla ou estão ligadas às motivações de cada desmatador individual. São elas: inflação, crescimento da população, mecanização da agricultura no sul do Brasil e absorção de pequenas posses por grandes propriedades no Sul e Nordeste, construção e melhorias das estradas, baixos preços da terra, política nacional, geopolítica internacional, concentração da posse da terra na Amazônia, medo da floresta, *status* social mais alto aos criadores alternativos em outros lugares, distribuição dos

custos ambientais do desmatamento pela sociedade em geral, escolha de usos insustentáveis para áreas derrubadas, pouca mão-de-obra exigida pelo uso predominante da terra (pastagens) e por último, baixa produtividade da terra.

A partir dessas causas podemos chegar a algumas conclusões. Uma delas é a de que mesmo os pequenos produtores ainda que não objetivem fundamentalmente lucros na venda da produção agrícola, em muitos casos tendem a especular com a mesma e conseqüentemente os desmatamentos se tornam bem mais atraentes. Neste caso, a agricultura passa a ser um meio 'de se ganhar a vida' apenas enquanto se espera uma eventual venda e mudança para uma fronteira mais distante. Portanto, em Rondônia identificam-se vários problemas que são, entre outros, resultados da falta de políticas públicas melhor definidas.

Além disso, Perdigão e Bassegio (1992, p.172), apontam que "a colonização de Rondônia, nos moldes como se deu, visa fornecer mão-de-obra para as agroempresas". Tal fato é confirmado pela organização espacial dos assentamentos. Em vez de serem estabelecidos em uma área contínua, os projetos de colonização foram intercalados com áreas de finalidade agropecuária, ou com fazendas, onde estas ficaram com as terras mais férteis. As terras amarelas, cuja finalidade é o plantio de árvores permanentes ou estabelecimento de pastos, ficaram com os lavradores, pois são eles que devastam a mata e abrem picadas, para depois vender o lote e migrar novamente. Com isso, as empresas agropecuárias e os fazendeiros poupam trabalho e dinheiro. E, a maioria dos pequenos produtores vende os lotes, não por especulação, mas para saldar financiamentos bancários, pagar tratamentos de saúde, etc, devido ao disparate de preços entre o produto por ele produzido e os produtos industrializados que quer adquirir, além da falta de estradas (Perdigão e Bassegio, 1992).

O INCRA se mostrou incapaz de resolver a questão agrária em Rondônia, contribuindo para a existência de mais de 40.000 Trabalhadores Rurais Sem-Terras. Existem vários projetos de assentamento no estado, mas a sua maioria não é concretizada, tanto devido à morosidade burocrática

quanto pela falta de vontade política. Perdigão e Bassegio apresentam 6 projetos em poder do INCRA que não apresentaram nenhum resultado positivo, como nos mostra a Tabela 3.

TABELA 3

Situação de Alguns Projetos de Reforma Agrária

Projeto	Localização (município)	Área (ha)	Previsão p/ Assentam. em 86 (famílias)	Famílias c/ Assentam. Regularizado	Infra Estrutura
Santa Júlia	Porto Velho	30.000	500	318	nenhuma
Gnara Jus	Colorado D'Oeste	21.000	499	137	44 km de estrada
Fazenda São Felipe	Pimenta Bueno	14.961	450	nenhuma	nenhuma
Fazenda Itapirema	Ji-Paraná	6.345	300	nenhuma	nenhuma
Seringal União e Santa Rita	Ji-Paraná	5.261	250	nenhuma	nenhuma
Tancredo Neves	Ouro Preto D'Oeste	30.000	900	nenhuma	nenhuma

FONTE: Perdigão e Bassegio, 1992.

Todo esse processo contribuiu para caracterizar a situação em que Rondônia se encontra hoje como difícil ou problemática, sendo que o Estado teve uma participação importante, na medida em que foi um dos grandes estimuladores do mesmo. Schmidt e Farret (1986, p.15) colocam que o Estado contribui de forma decisiva para a organização sócio-espacial do país sendo que ele "tem historicamente tentado ocupar plenamente o território nacional por intermédio do redimensionamento dos fluxos migratórios, da colonização dirigida ou subsidiada, através da implantação de novos eixos de comunicação, e da construção de novos núcleos urbanos". É importante salientar que esta ação estatal nem sempre pode ser explicada como sendo o resultado de uma política que visava a resolver diretamente os problemas sócio-econômicos do país. Havia, sim, um redirecionamento populacional e econômico visando fundamentalmente diminuir os conflitos sociais, sem atacar especificamente os problemas em seu cerne, já que isto envolveria mudanças estruturais no país como um todo, o que implicaria em enfrentamento com as elites e grupos dominantes.

Em Rondônia, portanto, a colonização representou uma ponte para aliviar tensões que estavam ocorrendo no Centro-sul do país. Sobre a política de colonização, Ianni coloca que o lema foi “distribuir alguma terra, para não distribuir as terras” (Ianni, 1979a, p.81). E ele confirma que esta teve como objetivo “reduzir as ‘tensões sociais’ nas áreas de ‘superpopulação’ e, ao mesmo tempo, criar condições para o desenvolvimento capitalista em ‘terras virgens’, com a formação de mercados, criação de novas atividades econômicas etc” (Ianni, 1979a, p.59).

A Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento também concordou que

“as políticas implantadas na Amazônia resultaram da busca de soluções para problemas externos à região. No caso dos projetos de colonização, a Amazônia foi vista como espaço vazio e como forma de evitar a realização de uma reforma agrária no Centro-sul. No caso dos projetos agropecuários e minerais, a região passou a ser entendida como fronteira de recursos para setores econômicos estabelecidos fora da região. As atividades implantadas nesse período tenderam a desagregar o ambiente sem reduzir as desigualdades sócio-econômicas regionais” (Brasil, 1991, p.99)

Segundo Leonel (1991, p.320),

“os colonos apenas serviram de escudo para uma política de ocupação endocolonial e terminaram, em sua maioria, perdedores. A colonização pretendia substituir a reforma agrária, camuflando a ausência de vontade política de enfrentar-se à grave distorção fundiária no leste do país”

Como pudemos perceber, vários autores concordam que a colonização foi na verdade um desvio que evitou a resolução dos graves problemas sociais que o país vem enfrentando. Leonel coloca ainda que o Polonoroeste mostrou que “o homem não é o centro das políticas públicas

na Amazônia, muito menos as populações tradicionais amazônicas, índios, caboclos, seringueiros ou ribeirinhos” (Leonel, 1991, p.320).

Apesar do projeto inicial ter previsto uma série de vantagens para o trabalhador que decidisse migrar para o estado, estas não foram cumpridas, deixando que o migrante arcasse com os vários custos da ocupação. Além das dificuldades normais para o estabelecimento de uma propriedade rural, os trabalhadores ainda tiveram que enfrentar a falta de infra-estrutura do estado, a distribuição de lotes em áreas inadequadas para o cultivo, a morosidade na demarcação dos lotes, a dificuldade para se conseguir crédito, entre outros problemas. A falta de estradas para a circulação dos produtos agrícolas também teve uma contribuição muito grande para dificultar a fixação do trabalhador no campo.

A situação era ainda mais grave com relação aos seringueiros, que foram tratados como os colonos migrantes, recebendo lotes para agricultura intensiva e não permitindo a realização da prática a que estavam acostumados. O resultado foi que a maioria dos seringueiros acabavam vendendo os lotes e “aumentando o número de desempregados nas cidades, tentando a sorte nos seringais bolivianos ou tornando-se peões de madeiras, de empresários de garimpo, ou agropecuárias” (Leonel, 1991, p.321). Leonel ainda afirma que

“a baixa fertilidade dos solos [resultado da ocupação intensiva] mostrou que as populações tradicionais amazônicas têm decisiva contribuição a dar, no tema uso adequado e sustentável dos recursos naturais, inclusive porque as tentativas de estímulo a pequenas propriedades de uso intensivo não deram os resultados esperados” (Leonel, 1991, p.322).

O resultado deste processo é o crescente aumento da concentração de terras, como pôde ser visto anteriormente, a conseqüente diminuição do número de pequenos produtores, a substituição cada vez mais freqüente de lavouras por pastagens, a intensificação do processo de proletarização rural e do desemprego. Os proletários rurais tentam conseguir trabalho de

qualquer maneira e sob qualquer circunstâncias. Muitas vezes, a única saída é o êxodo rural para a cidade, onde vão sobrevivendo no mercado informal e em trabalhos temporários até conseguirem voltar para o campo. O garimpo é outra opção freqüente, especialmente pelo atrativo da possibilidade de enriquecimento fácil. Outras opções são a venda clandestina de madeira e a invasão de terras públicas, particulares ou indígenas. Tanto nas cidades quanto no garimpo, as condições de vida são péssimas e a sobrevivência ocorre com muito sacrifício. Perdigão e Bassegio (1992) colocam que a posição do migrante "é a do trabalhador que tem dificultada a aquisição de terra, que não possui os instrumentos de trabalho, e cuja maioria está à disposição do capital para vender sua mão-de-obra em condições de serviços temporários como 'bóias-frias' ou para se tornar escravo do capitalismo selvagem que se implantou em Rondônia.

2 - Histórico de Guajará-Mirim

A ocupação inicial da porção oeste de Rondônia era praticamente toda indígena, sendo que existiam cerca de 200 mil índios no local (Bennesby, 1993). Portugueses e Espanhóis foram atraídos pelas inúmeras riquezas minerais da região, originando o movimento das Bandeiras, que eram a continuação das descobertas feitas pelos navegadores. Os Bandeirantes se constituíram em uma parte importante da história luso-brasileira, pois pode-se com isso pesquisar e descobrir riquezas, incorporar mais terras, barrar o avanço espanhol, aprisionar os índios e internar o povoamento (Nunes, 1985). Eram estabelecidos sítios de pouso durante o trajeto, que a *posteriori* se constituíram em núcleos de povoamento. Com as Bandeiras, foram deslocadas as linhas dos tratados estabelecidos pelos diplomatas, levando os limites e o povoamento até as bordas do Guaporé; além de ter aumentado os atritos com a Espanha, sendo decisiva a construção de fortes e presídios para a defesa do território recém conquistado.

O grande vazio geográfico do oeste fez necessária a criação da Capitania do Mato Grosso, na qual era função do capitão-general consolidar a posse do extremo oeste. Em 1748, chegava ao local o primeiro transporte comercial. A capital foi estrategicamente escolhida na margem direita do rio Guaporé, pois no local já se encontravam estabelecimentos espanhóis, e foi chamada de Pouso Alegre. A capital era próxima das minas dos Parecis e da Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752. Foi neste local que ocorreu a construção do Real Forte Príncipe da Beira, iniciado na gestão de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres, em 1776, e baseado em um projeto do engenheiro Domingos Sambocetti. O nome foi escolhido por ser Príncipe da Beira o título do primogênito da futura Rainha D. Maria (Nunes, 1985). O Forte visava proteger as riquezas existentes dos ataques espanhóis, bem como proteger todos os interesses lusos. Durante sua construção, que terminou no ano de 1783, absorveu um número grande de trabalhadores de todos os níveis. Inicialmente eles totalizavam um contingente de 200, entre trabalhadores livres e escravos.

A partir de meados do século passado o Forte ficou abandonado, até a chegada do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que na jornada de integração das fronteiras do Brasil o redescobriu. Entre 1907 e 1912 Rondon e sua equipe construíram 28 estações de linha telegráfica ao longo de 2.270 km (Perdigão e Bassegio, 1992). A sua equipe trabalhava em regime militar, e era formada por prisioneiros do estado de sítio.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi também um outro indutor do povoamento da região e foi construída através do Tratado de Petrópolis, feito entre o Brasil e a Bolívia em novembro de 1903. Seu objetivo principal era fazer com que os produtos daquele país fossem escoados, já que o Alto Madeira não permitia a navegação por ser encachoeirado e possuir inúmeras corredeiras. A empresa responsável foi a Madeira-Mamoré Railway Company, uma empresa norte-americana que ganhou a exclusividade, tendo o Brasil que pagar quantias elevadas pela obra. Durante alguns anos a empresa enfrentou obstáculos para a sua construção, como por exemplo as endemias que matavam os trabalhadores e os

constantemente ataques dos índios locais. Em 1912, a primeira etapa da ferrovia foi concluída com uma extensão de 361 quilômetros ligando Porto Velho a Guajará-Mirim. Ao todo, a empresa estimou que morreram 1.552 trabalhadores de 25 países diferentes, sendo excluídos as pessoas que fugiram pelo meio da mata e aqueles que morreram nos acampamentos, alcançando no total mais de 3.000 pessoas (Perdigão e Bassegio, 1992).

A Segunda Guerra Mundial reativou os seringais da Amazônia, e para suprir o mercado mundial houve a necessidade da criação dos "Soldados da Borracha". As condições de vida nos seringais eram péssimas e terminada a Guerra, o Governo abandonou este exército. Do total de 56.000 Soldados da borracha, apenas 1.000 sobraram nos dias de hoje, espalhados por Rondônia. No auge dos "Soldados da Borracha", chegou-se a ter cerca de 100.000 famílias produzindo aproximadamente 44.000 toneladas de borracha por ano (Bennesby, 1993).

3 - Guajará-Mirim

Guajará-Mirim, que em tupi-guarani significa 'cachoeira pequena', era conhecida apenas por fazer fronteira com o povoado de Guayaramerim, situado à margem esquerda do Mamoré na Bolívia, e era despovoada até o início do século XIX. O Tratado de Petrópolis, em 1903, determinava a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que seria a solução para o escoamento da produção de borracha, já que na época das secas o rio baixava cerca de 15m, desnudando o fundo rochoso e muitas 'praias' de areia. A Estrada de Ferro ligaria os portos de Santo Antônio do Rio Madeira ao de Guajará-Mirim, no Mamoré. Nesta época, os primeiros fluxos migratórios eram originários da Região Nordeste (Minter, 1974).

O ponto inicial da ocupação do sítio urbano foi a estação de embarque da ferrovia, de onde a cidade foi se alargando de forma a ocupar a área plana não alagadiça. O tráfego até Guajará-Mirim foi inaugurado em 30 de abril de 1912, acelerando o seu povoamento. Em 1924, o aumento do

preço da borracha e a inauguração de um grande trecho da ferrovia atraiu grandes levas de migrantes, do Nordeste e também do Mato Grosso, Acre, Amazonas, e até da Bolívia. Quando a ferrovia foi concluída, a borracha continuou o processo de atração populacional, já que a cidade era seu ponto de embarque. A crise da borracha diminuiu o fluxo migratório, mas os então habitantes passaram a realizar o extrativismo tanto vegetal, com madeira e castanha, quanto animal, com o comércio do couro e peles de animais silvestres.

Em 1958, foi assinado entre Brasil e Bolívia o Tratado de Roboré, que constava de dez convênios nas áreas comercial, econômica e cultural, o que tornou a importação e exportação livre entre os dois países. Tal fato resultou no decréscimo da produção de borracha em Guajará-Mirim, passando a borracha a vir da Bolívia em maior proporção que antes. Muitas vezes o látex era extraído no lado brasileiro e ia ser transformado em borracha no lado boliviano.

A Lei nº 991 do Estado do Mato Grosso, em julho de 1928, transformou Guajará-Mirim em município, vindo a se instalar em abril de 1929 pelo Ato nº 1.088 do mesmo ano. No Decreto-lei nº 5.812 de 3 de setembro de 1943, o município passou a integrar o então Território Federal do Guaporé. Em 1950, Guajará-Mirim contava com uma população urbana de 2.582 habitantes, Pedras Negras possuía 149 e Príncipe da Beira 113 habitantes. Em 1960, a população urbana era de 7.000 habitantes, em Pedras Negras 271 e em Príncipe da Beira 651. Em 1970, o crescimento populacional também foi sentido, a população urbana passou para 10.901 sendo 288 em Pedras Negras e 573 em Príncipe da Beira.

TABELA 4

População Residente por Situação de Domicílio, por Área e Densidade Demográfica segundo os Municípios-Rondonia-1991.

Municípios	Total	Urbano	Rural	Área (km ²)	Dens.Dem (hab/km ²)
Costa Marques	10.084	6.451	3.633	21.116,4	0,48
Guajará-Mirim	32.551	27.346	5.205	25.258,2	1,29
Vila Nova do Mamoré	7.243	3.723	3.520	9.856,0	0,73
TOTAL	49.878	37.520	12.358	56.230,6	0.83

FONTE: IBGE, 1991

A Tabela 4 mostra os dados atuais de população e área total do município de Guajará-Mirim. Em 1991, o município contava com 32.551 habitantes totais dos quais 27.346 vivem na área urbana. Neste mesmo ano, Guajará-Mirim contava com uma área de 25.258,2 km².

4 - A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto



Segundo Millikan (1994), a implantação e a consolidação das Reservas Extrativistas “representa um desafio considerável, uma vez que implica num conjunto de ações integradas, realizadas pela comunidade local e suas organizações representativas, com outras entidades não governamentais e órgãos governamentais” (p.1). Além disso, as ações devem contemplar campos que vão da organização da comunidade a alternativas econômicas, de manejo dos recursos a educação e saúde.

A Reserva está localizada nas proximidades da cidade de Guajará-Mirim, conforme mostra a Figura 2, e engloba a maior parte da bacia hidrográfica do rio Ouro Preto. A vazão do rio varia de acordo com o clima ao longo do ano, sendo que o nível mais baixo fica entre setembro e outubro, e o nível mais elevado ocorre por volta de março (Millikan, 1994). A população da Reserva é “essencialmente ribeirinha, residindo ao longo do rio Ouro Preto e seus afluentes, que constituem as principais vias de transporte na região” (Millikan, 1994, p.19).

São encontradas 7 comunidades na Reserva, como mostra o Mapa 1. São elas: 1-Nova Colônia; 2-Nossa Senhora dos Seringueiros; 3-Floresta; 4-Divino Espírito Santo; 5-Ouro Negro; 6-Petrópolis; 7-Septitiba. O Ramal do Pompeu, representado no Mapa 1 pelo asterisco (*), faz parte da comunidade de Nossa Senhora dos Seringueiros.

As casas são constituídas de paxiúba (*Iriarteia* spp.) ou açai (*Euterpe* spp.) nas paredes e pisos, e cobertas de palha de inajá (*Maximiliana* régia) ou babaçu (*Orbignya* spp.). São suspensas devido às inundações do período chuvoso e para evitar a entrada de bichos. A distância de uma colocação a outra é grande em função da área necessária para a extração da Borracha, sendo que Millikan (1994, p.20) afirma que “essa dispersão espacial da população tem implicações importantes para atividades de organização comunitária, saúde, educação, agricultura, etc.” (Millikan, 1994, p.20).

Segundo o CNPT (1997), a Reserva apresenta três categorias de aptidão agrícola, como se pode ver no Mapa 2, em Anexo. A classe 6 representa as terras sem aptidão para o uso agrícola, sendo indicada para a

preservação da flora e da fauna. A classe *fe2ab* indica terras com aptidão regular para manejo madeireiro e extrativista e aptidão de regular a restrita para lavouras anuais. A *f3ab* indica terras com aptidão regular para manejo madeireiro e aptidão de restrita a inaptas para lavouras anuais. A maioria das colocações encontra-se na faixa *fe2ab*, com aptidão restrita para culturas anuais.

Os Mapas 3, 4 e 5, localizados em Anexo, mostram aspectos referentes à Pedologia, Geologia e Geomorfologia da área em estudo. O Mapa 6, também em Anexo, mostra a ação antrópica na Reserva. Nota-se que a Noroeste do Mapa, fora da área da Reserva, existe um desmatamento muito intenso devido à existência de colônias agrícolas que estão avançando em direção a área, gerando os desmatamentos verificados na porção Nortenoeste. Atualmente, há uma tentativa de excluir esta parte degradada dos domínios da Reserva.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS



RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO - IMAGEM DE SATÉLITE



Escala: 1:800000
8000 0 8000 16000 24000 metros

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Datum Horizontal: Córrego Alegre - Minas Gerais



Nota: Mapa elaborado tendo por base as Cartas Planimétricas MI 1676, MI 1677, MI 1678, MI 1738, MI 1739 e MI 1740, Escala 1:100000, da DSG, e imagens do satélite LANDSAT TM-5 órbita/porto 232-67, de 11/07/96, 232-68, de 09/06/96, 233-67 e 233-68, de 18/07/96, nas bandas 3, 4 e 5.

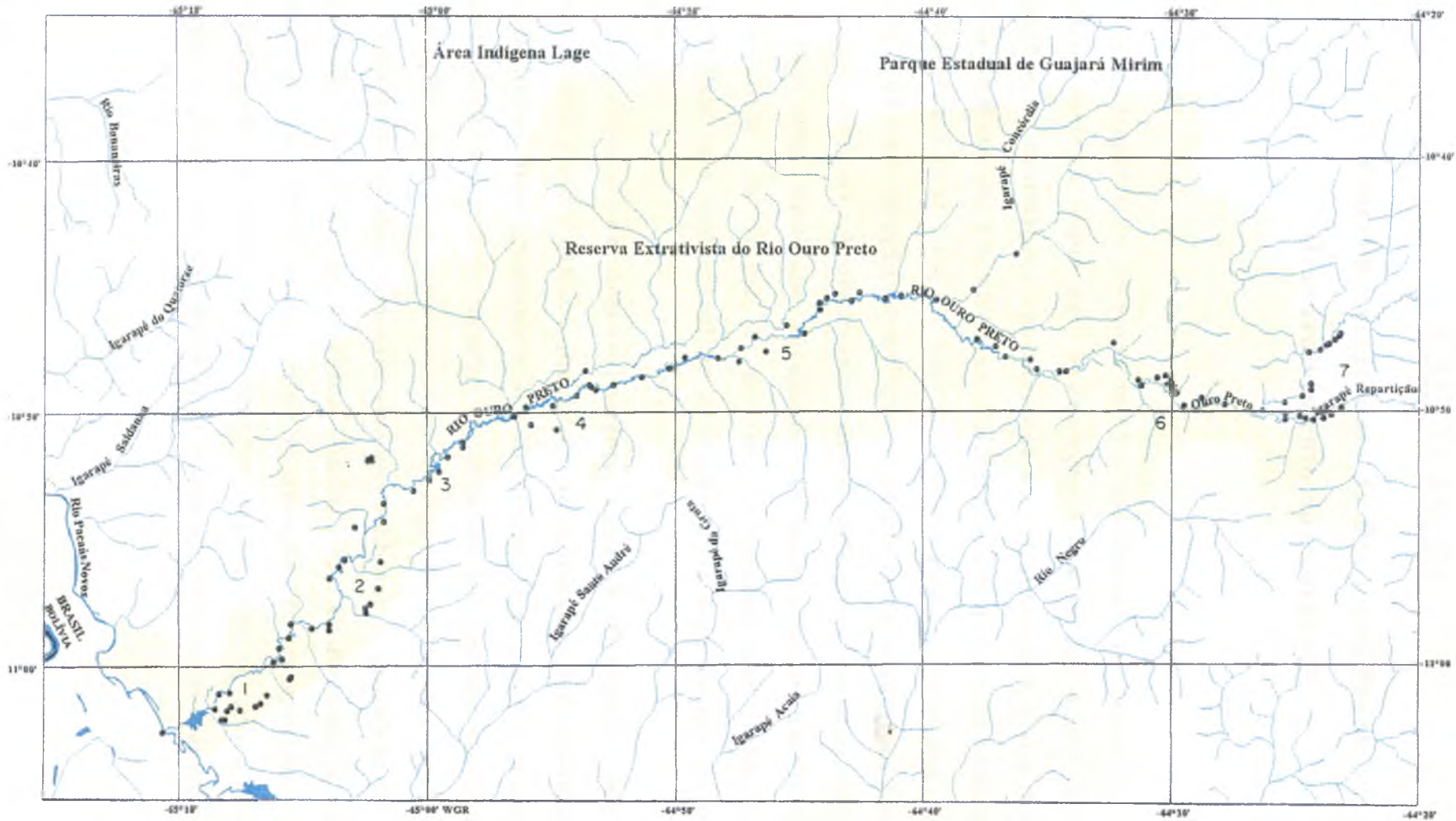


CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - CSR

FIGURA 2



RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO



LEGENDA

- Limite da Reserva
- Colocações



Escala: 1:450000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum Horizontal: Córrego Alegre - Minas Gerais

Nota: Mapa elaborado tendo por base as Cartas Planimétricas MI 1676, MI 1677, MI 1678, MI 1738, MI 1739 e MI 1740, Escala 1:100000, da DSG dados, de 1992, das colocações, obtidos junto ao CNPT e Memorial Descritivo da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.



CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - CSR

CAPÍTULO III

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto: Desenvolvimento Sustentável?

A categoria de desenvolvimento sustentável, tal como foi abordada anteriormente, é o que dará sustentação à análise dos dados colhidos em campo e às informações concernentes ao extrativismo e à sua inserção na forma de Reservas Extrativistas. Portanto, a construção da realidade atual da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto passa pelo exame de fatores como produção, relação do seringueiro com a terra, e questões financeiras, sociais e técnicas. A observância desses diferentes sistemas nos levou a construir uma tipologia agrupando as diferenças e similitudes mais significativas de forma a permitir o exame dos referenciais do desenvolvimento sustentável na produção e na vida desses trabalhadores rurais.

O conceito de desenvolvimento sustentável exposto previamente ressalta dois pontos básicos que devem ser colocados para elucidar melhor os resultados dessa pesquisa e sua discussão. O primeiro é a questão da durabilidade temporal do recurso, significando que seu uso não pode privar as gerações futuras de também usá-lo. O segundo diz respeito à necessidade de se usar os recursos naturais visando melhorar a qualidade de vida da população em todos os aspectos. Assim, fica evidenciada a noção de equilíbrio que deve haver entre exploração e preservação. A visão romântica de se conservar a natureza intacta não se aplica, tanto por renegar o direito de uma população sobre sua terra e as riquezas que ela

contém, quanto pelo fato de que o homem deve intervir de alguma forma para que a vida animal e vegetal possa fluir melhor¹.

Da mesma forma, a exploração de caráter predatório acaba por transformar radicalmente o meio ambiente, até chegar ao nível da instauração do processo de desertificação, no qual as áreas vão sendo desmatadas e a areia vai tomando conta de tudo, transformando o solo irreversivelmente. Como consequência, é necessário que haja um equilíbrio entre estes dois extremos, que é justamente onde se encontra o desenvolvimento sustentável. As próprias necessidades do homem em termos de habitação, de se alimentar, de obter energia, de se locomover, fazem com que o uso do recurso natural se torne imprescindível. Se há esta obrigatoriedade do uso, ele pode ser feito de uma forma racional para que não venha a faltar posteriormente.

O Estatuto Social da Associação dos Seringueiros da Reserva do Ouro Preto - ASROP postula que ela tem como meta a defesa dos interesses sócio-econômicos dos seus associados. Isto se dá “através da preservação da floresta e da garantia de exploração auto-sustentável dos recursos naturais renováveis” (ASROP, 1996, p.3), e pela ajuda mútua, devendo gerar rendimentos visando sua manutenção e a melhoria do padrão de vida. Além disso, a entidade objetiva defender “uma política específica” (ASROP, 1996, p.3) para os produtos extrativistas e especialmente para a borracha, bem como pretende defender o meio ambiente e promover seus associados no aspecto sócio-cultural (ASROP, 1996, p.3).

O Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto objetiva “assegurar a auto-sustentabilidade da RESEX² mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores” (Brasil, 1995, p.19). Nele está contido o compromisso dos seringueiros da Reserva de cumprir a legislação que ajudou a criar, bem como fiscalizar e zelar pela sua colocação e pela

¹ Por exemplo, as plantas trepadeiras, como os cipós, acabam por sufocar uma árvore, impedindo-a de crescer, além de ‘fechar’ a floresta, dificultando o crescimento de outras plantas, de forma que as outras espécies possam se desenvolver.

² Reserva Extrativista.

Reserva como um todo. Encontra-se também no Plano “a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, assim como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira sobre o meio ambiente” (Brasil, 1995, p.19).

Desta forma, o Plano coloca as normas que os seringueiros devem seguir para “utilizar a Reserva de modo a conservá-la para seus filhos e netos” (Brasil, 1995, p.20). Entre elas destacamos: não se pode derrubar as seringueiras; é proibida a construção de habitações próximas às árvores seringueiras e castanheiras; é proibido o desmatamento de plantas com potencial frutífero e extrativo; a implantação de roçados (que na linguagem regional significa cultivos agrícolas) deve respeitar o limite de até 5% da área da colocação; os roçados devem ficar a pelo menos 100 metros de distância da borda dos rios, igarapés, nascentes e das seringueiras e castanhais; deve-se preservar as matas ciliares, matas de nascentes e as margens dos rios; é proibida a pesca profissional dentro da Reserva, esta só sendo permitida aos moradores, não sendo permitido o uso de redes e arrastões (Brasil, 1995).

Além destas especificações, tem-se que a extração de madeira só pode ser feita “para lenha, para uso de construções no interior da RESEX, construções de barcos para uso da Reserva, móveis e madeira de árvores que eventualmente estejam caídas no solo” (Brasil, 1995, p.21). A utilização comercial dos produtos da floresta, como óleos e frutos, só deve ser feita após estudo que assegure a sua produção de forma sustentável.

Como se pode observar, consta do Estatuto da Associação e do Plano de Utilização a questão da sustentabilidade dos recursos e da forma de exploração. Tal fato demonstra a preocupação oficial das várias entidades (CNPT, Ibama, ASROP) com a manutenção da floresta, e indiretamente com a possibilidade do usufruto dos recursos naturais pelas gerações futuras, base da definição de desenvolvimento sustentável adotado pelo Relatório Brundtland. Até este ponto, é visível a tendência da Reserva de realmente ser um local onde o desenvolvimento sustentável se aplica na sua acepção mais literal.

Mas cabe aqui verificar como isto vem se dando na prática, ou seja, em que medida o desenvolvimento sustentável existe, posto que não se tem especificado quais as formas de exploração possíveis para a área em se considerando as aptidões físicas regionais, e não sendo explicitado que limites possuem esses interesses.

Baseado no que já foi pesquisado em outros capítulos desta dissertação sobre desenvolvimento sustentável, as características básicas envolvendo objetivos e especificações que serão consideradas como parâmetros em relação ao caso estudado serão descritas a seguir. Essas características podem ser divididas em três blocos, sendo o primeiro a satisfação com a qualidade de vida, o segundo as questões de meio ambiente e o terceiro as condições de infra-estrutura. Os blocos são assim descritos:

- 1) Qualidade de Vida:**
- busca pela satisfação das aspirações por uma vida melhor, envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais;
 - acesso e melhoria nos níveis educacional, nutricional e de saúde nas comunidades da Reserva;
 - realização de outras atividades que concorram para a continuidade da tradição extrativista e para a permanência dos seringueiros no local;
- 2) Meio Ambiente:**
- distribuição espacial das colocações de forma que possibilite a exploração racional da floresta;
 - produtividade que alcance a satisfação das aspirações individuais e coletivas com níveis baixos de degradação ambiental;
 - potencialização dos recursos naturais com o mínimo de prejuízo para o ambiente ao longo do tempo;
 - adoção de práticas não danosas ao meio ambiente e de práticas que visem à preservação do mesmo;

- 3) Infra-Estrutura:** -comercialização de mercadorias feita de forma racional e acessível a todos;
- possibilidade de transporte tanto próprio quanto de mercadorias;
- acesso a bens de consumo tanto individual quanto coletivo;
- melhoria da infra-estrutura e estabilidade econômica dos seringueiros.

A partir dessas características, pode-se fazer uma ponte com a situação atual da Reserva Extrativista, procurando verificar em que medida está se experimentando algum tipo de desenvolvimento e se este pode ser considerado sustentável.

1 - Análise dos Dados do Cadastro da Associação

A Reserva do Ouro Preto possui 107 famílias, de acordo com o Cadastro de Moradores feito pela Associação de 01/06 a 05/08/96. A Figura 3, em Anexo, mostra uma família de seringueiros da Reserva. Os dados de produção, tanto extrativistas quanto agrícolas, obtidos por este cadastro foram agrupados por comunidades nas tabelas que se encontram em anexo. A primeira observação a ser feita é a respeito da forte presença agrícola na Reserva. Nas comunidades mais próximas da cidade de Guajará-Mirim, como a N. Sra. dos Seringueiros e o Ramal do Pompeu³, já se encontram famílias que têm na agricultura sua base econômica, só praticando a extração de frutos da floresta para consumo próprio e em grau bem reduzido. Nesta última, não foi encontrado nenhuma produção de

³ O Ramal do Pompeu não é, formalmente, uma comunidade. Ele faz parte da comunidade de Nossa Senhora dos Seringueiros. Contudo, aqui ele será analisado como uma comunidade em virtude do Cadastro dos Moradores da Reserva, realizado pelo CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais) - IBAMA, apresentar dados desta localidade em separado.

castanha e de seringa no ano de 1995, ano base do Cadastro, talvez por esta ser uma das primeiras comunidades habitadas pelos seringueiros, vindo desde a época 'dos patrões'⁴. Por terem sido bastante exploradas, essas comunidades já tiveram seu grau de desmatamento e de exaustão de algumas ou mesmo da maioria das árvores seringueiras. A agricultura representa, portanto, seu meio de subsistência básico, sem o qual não seria possível a sobrevivência.

A proximidade ou não das comunidades é vista considerando-se questões como a distância da cidade e a dificuldade de acesso. Uma vez que a Reserva possui uma extensão muito grande, existem comunidades em que só se pode chegar depois de três ou mais dias de viagem de barco, a depender da potência do motor. São estas comunidades as consideradas mais afastadas. Um dos únicos locais da Reserva que possui acesso por via terrestre encontra-se dentro da comunidade do Ramal do Pompeu, sendo este o lugar mais próximo de ligação da Reserva com a cidade de Guajará-Mirim. Conforme mostra a Figura 4, em Anexo, ele se constitui em um ponto de partida e chegada dos barcos. A Associação possui um caminhão e uma Toyota que são destinados a transportar os seringueiros de Guajará-Mirim para esta parte do Ramal do Pompeu, a fim de que estes possam pegar o barco e seguir para suas colocações (Figura 5, em Anexo). De maneira semelhante, eles os utilizam de volta e os levam à cidade quando solicitados por meio do Rádio Amador. Cada comunidade possui um Rádio, que é o meio de comunicação utilizado para se fazer o contato tanto com a Associação, quanto com outras comunidades.

Para efeito de análise, os dados colhidos em campo serão considerados segundo as categorias: extrativismo, agricultura e criação de animais domésticos. O extrativismo será considerado como sendo basicamente seringa e castanha, embora também haja a extração de outros frutos da floresta como babaçu, patuá, copaíba, injá, entre outros, que por serem para próprio consumo, não se pode quantificar com maior exatidão.

⁴ Expressão usada pelos seringueiros para se referir à época em que eles trabalhavam para os seringalistas, que eram os patrões.

De todos esses produtos que são extraídos da floresta, a seringa e a castanha representam os que possuem um valor mais significativo em termos econômicos e que, portanto, são extraídos em maior quantidade. Além disso, são os que possuem maior tradição no aproveitamento econômico, ou seja, são os que, historicamente, possuem um mercado maior. A seringa ainda possui a especificidade de poder ser obtida de forma mais concentrada na floresta, já que são abertas as chamadas estradas de seringa: picadas no meio da mata que unem as árvores seringueiras facilitando a colheita do látex. A média por colocação situa-se na faixa que varia entre 3 (três) e 6 (seis) estradas, existindo algumas com 8 (oito).

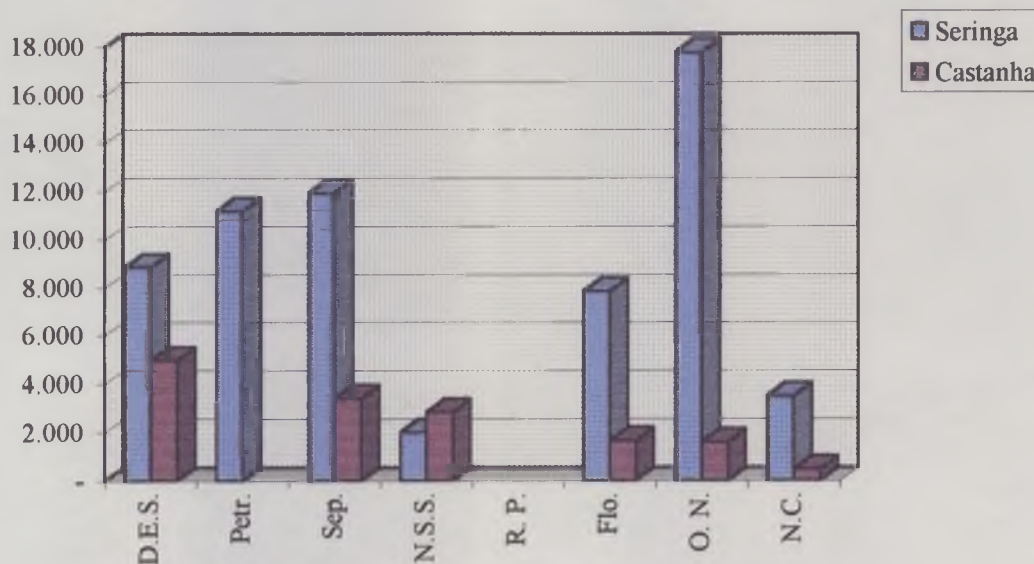
A categoria agricultura está dividida em duas outras subcategorias, as culturas temporárias: mandioca, arroz, milho, feijão e banana; e as culturas permanentes: açaí, seringueira e castanha plantadas, cacau, cupuaçu, graviola, pupunha, laranja - limão - tangerina, abacate, café, caju, coco, mamão e manga.

1.1 - Extrativismo

Com relação à categoria extrativismo, os dados obtidos confirmam que as comunidades mais próximas de Guajará-Mirim, como o Ramal do Pompeu, a Nossa Senhora do Seringueiro e a Nova Colônia, possuem uma produção baixa ou inexistente de seringa e de castanha. Ao mesmo tempo, nota-se uma produção grande de seringa em Ouro Negro, o que talvez possa ser explicado pela quantidade de mão-de-obra produtiva, que é a segunda maior da Reserva. Outro fator que pode ter influenciado essa questão é o de que a comunidade do Ouro Negro está numa das áreas de ocupação mais recente da Reserva, e portanto, as árvores seringueiras são mais abundantes. Como já se pôde perceber, a alta exploração dos seringais antes da criação das Reservas prejudicou as áreas de ocupação mais antigas, já havendo alguns casos de perda quase total, como se verifica em Ramal do Pompeu.

O Gráfico 1 mostra a produção de seringa e de castanha em quilos por comunidade da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, mostrando a clara predominância da primeira. A Figura 6, em Anexo, mostra um seringueiro ao chegar da floresta com quase 70 quilos de castanha nas costas. As comunidades nos gráficos que se seguem possuem as seguintes siglas: D.E.S. - Divino Espírito Santo, Petr. - Petrópolis, Sep. - Sepetiba, N.S.S. - Nossa Senhora dos Seringueiros, R.P.- Ramal do Pompeu, Flo. - Floresta, O.N. - Ouro Negro, e N.C. - Nova Colônia.

GRÁFICO 1
Produção de Seringa e Castanha por Comunidade



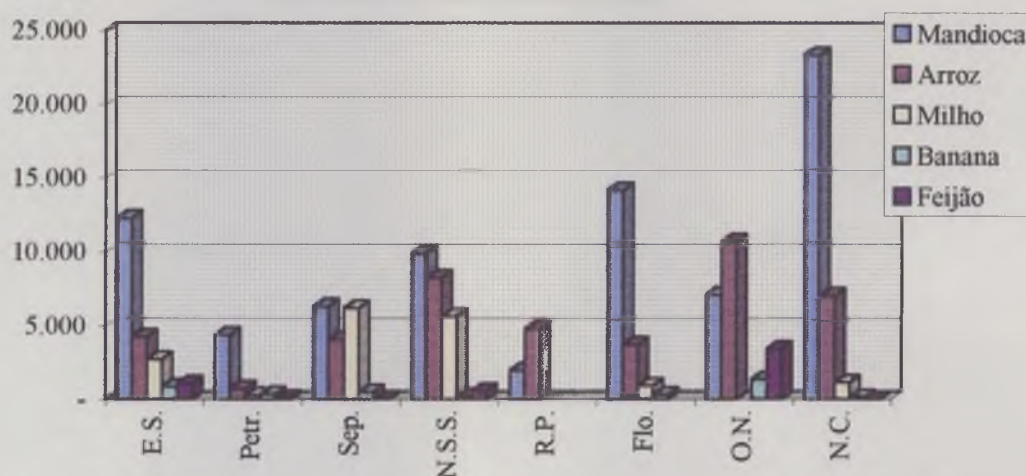
FONTE: Cadastro de Moradores da ASROP, 1996.

1.2 - Agricultura

Na categoria cultura temporária, os dados demonstram o forte predomínio da mandioca, seguido pelo arroz e pelo milho, sendo que o cultivo tanto do feijão quanto da banana não alcançam grande expressividade. As comunidades de Nova Colônia, Floresta e Divino Espírito Santo são as que apresentam uma produtividade maior de

mandioca, enquanto que Ouro Negro, N. Sra. dos Seringueiros e Nova Colônia possuem uma produtividade maior de arroz, conforme pode ser visto no Gráfico 2, que mostra as culturas temporárias em quilos por comunidade. A banana é a única cultura deste gráfico que é dada por cachos, as demais são dadas em quilos. A Figura 7 em Anexo, mostra uma plantação de mandioca e milho na Reserva, com a Floresta ao fundo.

GRÁFICO 2
Culturas Temporárias



FONTE: Cadastro de Moradores da ASROP, 1996.

Ao se comparar os dois gráficos, verifica-se, em primeiro lugar, que o extrativismo e a agricultura caminham juntos, ou seja, são cultivados na mesma proporção, pois em pelo menos metade das comunidades da Reserva as duas atividades aparecem figurando com igual importância a partir dos dados apresentados. Este é o caso da comunidade do Divino Espírito Santo, Ouro Negro, Sepetiba e Floresta. No Divino Espírito Santo há a maior produção de castanha da Reserva, bem como a quarta maior produção de seringa. Ao mesmo tempo, vê-se que a comunidade possui a terceira maior produção de mandioca, e figura como a quarta colocada em termos da totalidade da produção em quilos.

Em Ouro Negro, há a maior produção de seringa, e ao mesmo tempo, a maior produção de arroz, sendo que a comunidade é a terceira maior na produção total de culturas temporárias. As comunidades de Sepetiba e Floresta também possuem uma produtividade razoável nas duas atividades, com o fato adicional de Sepetiba apresentar a segunda maior produção tanto de seringa quanto de castanha, e Floresta a segunda maior produção de mandioca. Tais dados mostram a integração que parece existir entre extrativismo e agricultura.

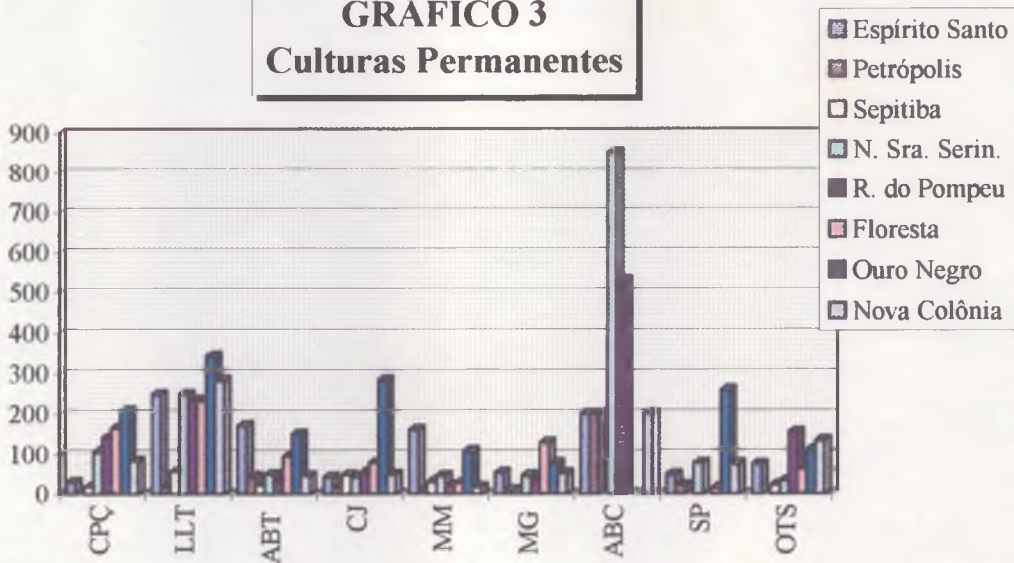
Por outro lado, existem comunidades em que há um predomínio maior da agricultura, como é o caso de Nova Colônia e Nossa Senhora dos Seringueiros. Nova Colônia possui uma pequena produção de seringa e de castanha, mas é a primeira na produção de mandioca, a terceira na produção de arroz e a primeira no total da produção de culturas temporárias em quilos. A comunidade de Nossa Senhora dos Seringueiros possui baixa produção de seringa, figurando como o sétimo lugar na classificação total. Apesar de ser a terceira maior produção de castanha da Reserva, esta pode não ter uma representatividade significativa em se comparando com a seringa, que possui uma produção bem maior. Além disso, a comunidade é a segunda maior na produção total de culturas temporárias, o que parece mostrar uma certa predominância da agricultura sobre o extrativismo.

A comunidade de Ramal do Pompeu não produz nem seringa e nem castanha, e produz somente mandioca e arroz, com números maiores nesta última. Contudo, a predominância da agricultura só ocorre pela ausência da outra categoria, já que possui uma baixa produtividade total de culturas temporárias (penúltimo lugar). Já a comunidade Petrópolis possui a terceira maior produção de seringa, e a menor posição ao se considerar a produção total, apesar de haver o aspecto variedade já que são cultivadas todas as cinco culturas temporárias apresentadas na Reserva. Por esta razão, pode-se inferir que das duas atividades aqui analisadas, embora ambas estejam presentes nesta comunidade, há um certa predominância do extrativismo.

Com relação às culturas permanentes, estas são retratadas no Gráfico 3, e as encontradas foram o cupuaçu - CPC, laranja - limão - tangerina -

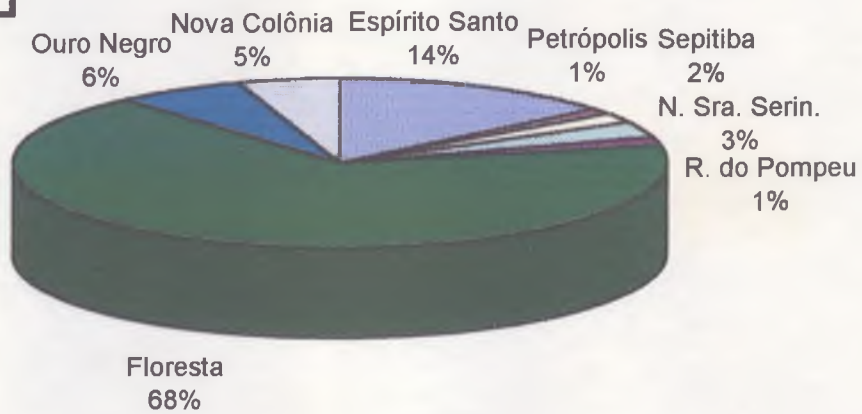
LLT, abacate - ABT, caju - CJ, mamão - MM, manga - MG, abacaxi - ABX, seringa plantada - SP, e outros - OTS, todas com a unidade sendo número de pés. Na categoria outros inclui-se, coco, pupunha, biribá, açaí, graviola, castanha plantada e acerola. Todas as comunidades possuem culturas temporárias, embora a de Petrópolis e a de Sepetiba apresentem, no geral, um menor número de árvores, somando 320 e 208 pés, respectivamente. Ouro Negro, N. Sra. dos Seringueiros e Ramal do Pompeu apresentam os maiores números, com 1.544, 1.503, 1.211 pés, respectivamente. Por ter valores muito altos, o café foi posto à parte, no Gráfico 4, e mostra que a comunidade Floresta é a que possui o maior número de pés de café, com 10.609, detendo 68% do número total da Reserva. Divino Espírito Santo vem em segundo lugar, com 14%, num total de 2.245 pés. O abacaxi é um cultivo que se destaca, com um total de 1.980 pés, sendo que somente 5 comunidades a cultivam e destas as que apresentam o maior número de pés são a N. Sra. dos Seringueiros, com 850 pés, e o Ramal do Pompeu, com 530. A categoria laranja - limão - tangerina também possui um número bastante expressivo, figurando logo depois do abacaxi, com um total de 1660 pés distribuídos de forma equilibrada entre as comunidades, sendo que apenas Petrópolis e Sepetiba possuem um valor extremamente baixo se comparado com as outras.

GRÁFICO 3
Culturas Permanentes



FONTE: Cadastro de Moradores da ASROP, 1996.

GRÁFICO 4
Café



FONTE: Cadastro de Moradores da ASROP, 1996.

A análise dos gráficos 3 e 4 será feita considerando-se tanto o total de cada um, quanto o total das culturas permanentes, que é o somatório dos dados dos dois gráficos. A comunidade que apresenta o maior número de pés de culturas permanentes é a Floresta, devido à alta produção de café. Apesar de existir um certo equilíbrio entre extrativismo e culturas temporárias nesta comunidade, a presença forte do café é significativo pois pode denotar uma certa tendência à especialização em algumas culturas,

pelo fato destas serem mais valorizadas no mercado ou talvez visando não apenas à própria subsistência, através da troca direta e indireta, mas também o desejo crescente de maior integração ao mercado.

Pela análise dos dados gerais de produção, nota-se o predomínio não só do café, mas também da mandioca e do abacaxi. A comunidade de Nossa Senhora dos Seringueiros é a que apresenta o número maior de pés de abacaxi, que contrasta bastante com os dados das outras culturas permanentes, mas serve para confirmar a sua tendência para a agricultura. O Ramal do Pompeu, também possui essa tendência, embora bem menos pronunciada. Por ocupar o segundo lugar no cultivo do abacaxi, essa comunidade mostra a diferença que há entre este alto número e o baixo nível de produção das outras culturas, talvez com a exceção apenas da laranja - limão - tangerina. Já a comunidade de Nova Colônia, como já pôde ser observado, possui a maior produção de mandioca, o que, à primeira vista, pode denotar a predominância da agricultura. Ao se analisar as produções de culturas permanentes, verifica-se que o que ocorre é uma tendência à especialização maior em uma só cultura, pois as outras categorias estão de certa forma equilibradas.

Portanto, o predomínio da agricultura e especificamente de algumas culturas, pode ir contra algumas características do desenvolvimento sustentável aqui apresentadas, em especial a que postula que a produtividade além de visar a satisfação das aspirações individuais, deve também ter baixos níveis de degradação ambiental. A expectativa do seringueiro de possuir mais dinheiro, pode requerer esta intensificação produtiva em algumas culturas visando a obtenção de maior renda monetária, mas a preservação do meio ambiente é um fator limitante, já que a Reserva apresenta características específicas que visam à continuidade no tempo do aproveitamento dos seus recursos. A especialização em algumas culturas pode vir a prejudicar o solo, bem como aumentar as áreas de capoeira, diminuindo assim a área de floresta disponível para o extrativismo.

A comunidade do Divino Espírito Santo apresenta a segunda maior produção de café da Reserva. Ao se comparar com os outros dados, vê-se que ela possui um certo equilíbrio entre o extrativismo e a agricultura, pois além de ter a maior produção de castanha, possui uma boa produção de seringa e de culturas temporárias em geral, ao mesmo tempo em que figura em segundo lugar em número de pés de culturas permanentes. O aspecto variedade de culturas é igualmente importante de ser apreciado, na medida em que a diversidade é uma característica primordial para o desenvolvimento sustentável. Neste ponto o Divino Espírito Santo está bem caracterizado pois apresenta um amplo número de culturas diferentes, contribuindo assim para a questão.

Ouro Negro é a terceira comunidade em termos de número de pés total de culturas permanentes, apresentando também uma grande diversidade de espécies. A alta produção de seringa é equilibrada pela alta produção de arroz e de culturas temporárias em geral, e também pelo grande número de pés de café e de culturas permanentes, o que parece confirmar a interação existente entre agricultura e extrativismo.

As comunidades de Petrópolis e Sepetiba apresentam, por sua vez, os menores números em termos de culturas permanentes, possuindo números bem baixos se comparados com os das outras comunidades. Mais uma vez, nota-se o destaque que o cultivo do abacaxi tem pois em Petrópolis esta cultura apresenta números bem contrastantes. Apesar desta comunidade apresentar uma tendência para o extrativismo, verifica-se mais uma vez, embora em pequena escala, uma certa tendência para o cultivo de uma só espécie.

Conforme foi verificado, portanto, a diversidade pode atuar em dois sentidos. O primeiro é o sentido da diversidade no conjunto das atividades produtivas da Reserva, ou seja, a extração de produtos da floresta combinada com os vários cultivos agrícolas e a criação de animais. O segundo sentido é que as comunidades onde há produtos agrícolas que parecem estar mais voltados para o mercado (café, abacaxi e mandioca), mesmo gerando ou podendo gerar problemas no futuro, relativos à

monocultura e seus efeitos ambientais, possui diversidade. Como exemplo, tem-se a comunidade do Divino Espírito Santo, que mesmo tendo a segunda maior produção de café, é equilibrada no conjunto das outras atividades, ou seja, se dedica ao extrativismo e à agricultura de forma semelhante e com nível de diversidade alto. Além disso, o fato de ser destinado para o mercado não impede um determinado produto de ser sustentável.

Dessa forma, apesar das condições físicas do ambiente e pela próprias características das Reservas Extrativistas, não se pode haver uma especialização muito grande de cultivos. Contudo, percebe-se uma sutil tendência neste sentido. Mesmo assim, observa-se que há uma diversidade grande tanto no conjunto quanto nas comunidades especificamente, mesmo aquelas em que há um produto agrícola mais voltado para o mercado, como a Divino Espírito Santo.

1.3 - Criação de Animais Domésticos

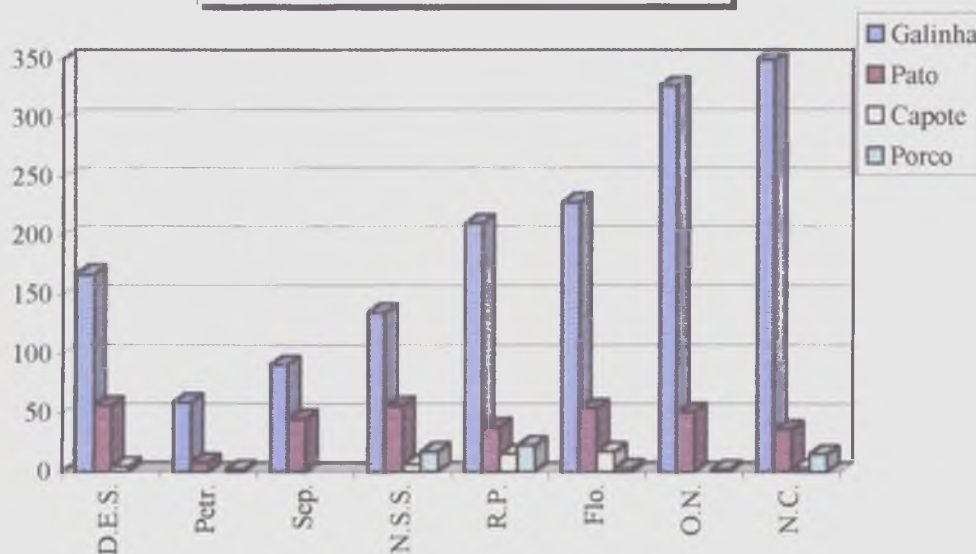
O Gráfico 5 retrata os dados da criação de animais domésticos na Reserva, sendo esta basicamente resumida a galinha, pato, capote⁵ e suínos, embora ainda exista a criação de carneiros, que não foi considerada por ser pequena e reduzida a apenas duas comunidades (5 em Nova Colônia e 2 na N. Sra. dos Seringueiros). Contudo, sua presença é significativa na medida que mostra o grau de diversificação da criação de animais. A que possui maior frequência é a galinha, detendo 77,7% do total, seguida pelo pato, com 17%. As comunidades Nova Colônia, Ouro Negro e Floresta são as que possuem a maior produção de animais domésticos.

A venda desses animais somente ocorre em pequenas quantidades, não ultrapassando 40% da produção total familiar. Importante destacar que a grande maioria das famílias que os vendem (82% do total) vendem menos de 10% da produção familiar total. Tais números demonstram que a criação

⁵ Galinha da Angola.

de animais domésticos se dá, basicamente, para o próprio consumo, podendo este fato tanto estar relacionado com a busca da melhoria da qualidade de vida no seu aspecto nutricional, quanto com a diversificação, que visa utilizar melhor o espaço existente de uma forma que agrida minimamente o meio ambiente.

GRÁFICO 5
Criação de Animais Domésticos



FONTE: Cadastro de Moradores da ASROP, 1996.

A análise deste gráfico demonstra que, em Nova Colônia, a maior criadora de galinha da Reserva, os dados podem ser analisados como mais uma evidência de que a agricultura parece predominar sobre as atividades extrativistas, já que esta atividade está associada à criação de animais domésticos. Da mesma forma, na comunidade de Petrópolis, que possui a menor criação, este dado pode vir a reforçar sua tendência extrativista. Em Ouro Negro, Floresta e Divino Espírito Santo, por sua vez, os números parecem contribuir para a diversificação existente bem como para a associação entre as duas atividades principais. Os dados de Ramal do Pompeu podem auxiliar na tese de que esta comunidade se dedica a culturas

específicas, o que pode indicar uma tendência de que em um futuro não muito distante, este movimento venha a ser contrário aos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

2 - Análise dos Dados da Pesquisa de Campo

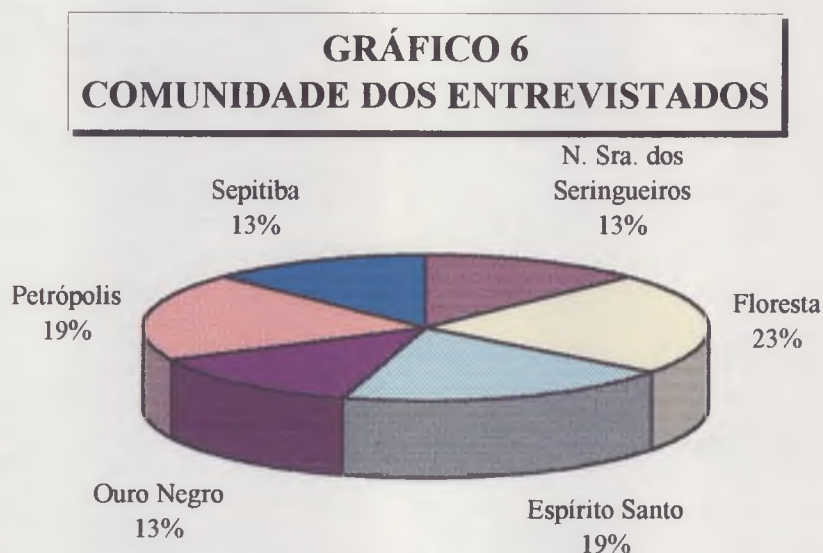
2.1 - Qualificação da Amostra

Considerando-se o universo das 107 famílias de seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, a amostra pesquisada se constituiu de 31 chefes de família, todos titulares de suas colocações, representando 29% do total. A escolha dos amostra por chefes de famílias se deu por questões puramente práticas, de forma a unificar os entrevistados em uma mesma categoria. Apesar das mulheres representarem uma mão-de-obra tão importante quanto a dos chefes de família, e apesar de sabermos que as mudanças ocorridas com a criação da Reserva implicaram, certamente, em mudanças nas relações entre os membros do grupo doméstico, não trataremos, neste trabalho, das relações de gênero.

A amostragem foi não aleatória, devido principalmente a dificuldade de acesso às comunidades, que são muito distante umas das outras, sendo necessários vários dias de barco para se chegar em alguma delas. As colocações são igualmente distantes, tendo às vezes a necessidade de se andar um dia inteiro pela floresta para ir de uma à outra.

Por tais razões, duas comunidades, de um total de oito, não foram contempladas na amostra, a Nova Colônia e o Ramal do Pompeu. Esta última, apesar de ser a comunidade em que se pode chegar mais perto por via terrestre, possui o acesso às colocações dificultado pela distância.

Das outras seis, a comunidade de Floresta ficou com 23% amostra; a Divino Divino Espírito Santo e a Petrópolis com 19%; e a N. Sra. dos Seringueiros, a Ouro Negro e a Sepetiba, 13% conforme mostra o Gráfico 6. A Tabela 5 mostra o total dos entrevistados em relação às comunidades.



FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

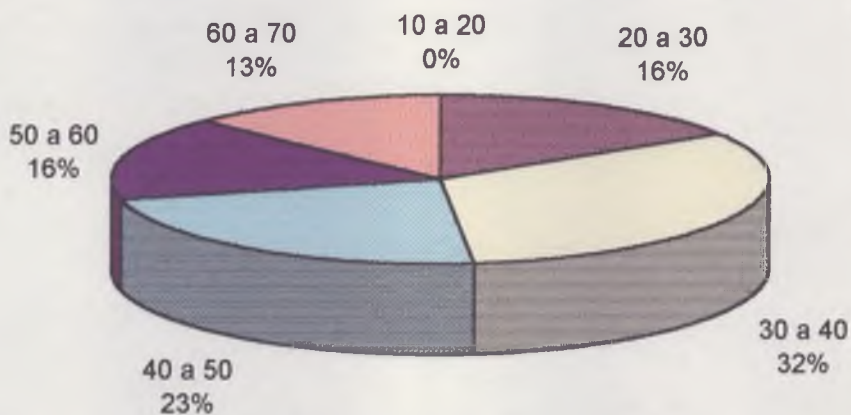
TABELA 5

Total dos Entrevistados por Comunidade

Comunidade	N.º de Entrevistados	N.º de Moradores por Comunidade	% dos Entrevist. por Comunidade
Divino Espírito Santo	6	17	35
Petrópolis	6	10	60
Sepetiba	4	11	36
N.Sra. Seringueiros	4	14	28
Ramal do Pompeu	0	9	0
Floresta	7	17	41
Ouro Negro	4	19	21
Nova Colônia	0	10	0
TOTAL	31	107	---

Como pôde-se perceber, através da Tabela 5, a porcentagem de entrevistados por comunidade variou de 21%, em Ouro Negro, a 60%, em Petrópolis. No referente à faixa etária, a maior parte dos seringueiros entrevistados estão situados nas faixas de 30 a 40 anos (32%) e de 40 a 50 (23%), como pode ser observado no Gráfico 7.

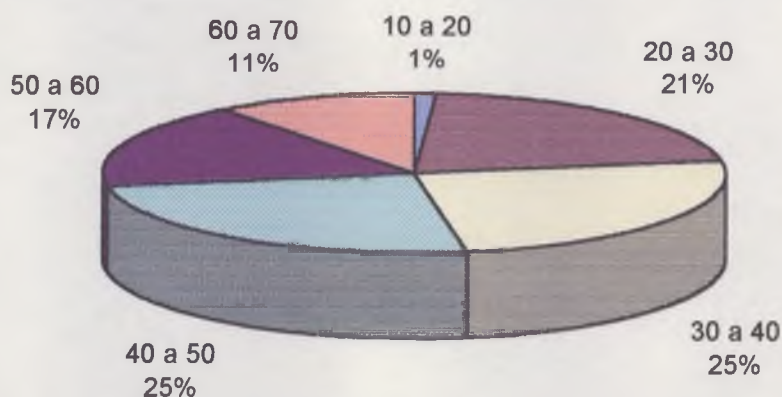
GRÁFICO 7
IDADE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

A informação obtida pelos questionários confirma, de certa forma, a obtida através do Cadastro de Moradores da Reserva, realizado em 1996, que também aponta as faixas de 30 a 40 anos (25%) como as faixas que possuem a maior frequência (ver Gráfico 8). A Tabela 6 mostra a divisão percentual dos seringueiros titulares por faixa etária, por comunidade. Observa-se que em Sepetiba o percentual maior é de chefes de família mais jovens (de 20 a 30 anos), em Ouro Negro e N. Sra. dos Seringueiros a faixa maior é a de pessoas mais velhas (de 50 a 60 anos), 27,8% e 28,6% respectivamente. Nova Colônia é a comunidade que possui a percentagem maior de pessoas na última faixa considerada, de 60 a 70 anos, ou seja, 22,2%, seguida pela Divino Espírito Santo, 17,7%. Não foi observada nenhuma relação entre faixa etária e nível produtivo.

GRÁFICO 8
IDADE DOS SERINGUEIROS CADASTRADOS



FONTE: Cadastro de Moradores da ASROP, 1996.

TABELA 6

Divisão dos Seringueiros Titulares por Faixa Etária (%)

IDADE	D. Espírito Santo	Petrópolis	Sepetiba	N.S.Sering	Ramal do Pompeu	Floresta	Ouro Negro	Nova Colônia
10-20	5,9	0	0	0	0	0	0	0
20-30	23,5	30	36,3	21,4	12,5	11,8	22,2	11,1
30-40	23,5	40	18,2	21,4	37,5	17,6	22,2	33,4
40-50	23,5	20	18,2	21,4	50	41,2	16,7	11,1
50-60	5,9	10	18,2	28,6	0	17,6	27,8	22,2
60-70	17,7	0	9,1	7,2	0	11,8	11,1	22,2

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

Com relação aos Estados de origem dos entrevistados, a grande maioria, 80,7% é proveniente de Rondônia e já nascidos em seringais. Do restante, encontram-se pessoas provenientes do Acre, Amazonas, Ceará, São Paulo e Bolívia (ver Tabela 7). O tempo de moradia na Reserva indica que a maioria possui menos de 10 anos, 38,7%, e que 32,3% dos entrevistados é nascido na Reserva. Os que tem mais de 20 anos no local representam apenas 9,7% do total (ver Tabela 8).

A decisão de vir morar na Reserva, conforma mostra a Tabela 9, para a maioria, foi tomada por iniciativa própria, sendo que os outros motivos

que tiveram representatividade foram por terem sido convidados por alguém que já morava no local, normalmente um parente, e por outras razões, como por exemplo: a vinda dos pais como Soldados da Borracha, na época da Segunda Guerra Mundial; a mudança de outra Reserva Extrativista para esta; e para se separar do pai, quando casados, começando outra vida numa nova colocação. É comum ver várias famílias morando numa mesma colocação, mas em casas separadas, formando pequenos grupos domésticos. Isto ocorre porque, mesmo depois de casados, alguns filhos preferem ficar morando com os pais tanto pela intensificação do trabalho, quanto pela maior quantidade de mão-de-obra disponível e até mesmo pelos cultivos já feitos, o que possibilita alimento para todos.

A dificuldade em se começar uma nova colocação é muito grande, especialmente por esta se localizar em um lugar ainda desabitado, e portanto com floresta nativa. O novo morador deve abrir uma capoeira na mata para construir sua casa e começar a plantar, o que requer muito tempo, principalmente por ser comum o novo habitante contar somente com a ajuda da esposa. Daí a existência de famílias nucleares ligadas à família extensa na colocação.

Uma característica marcante do camponês, segundo Moura (1986) é o trabalho em família, esta podendo ser nuclear ou extensa, sempre objetivando a reprodução física e social dos seus membros. A família extensa é definida por Moura (1986, p.73) como sendo “família de pelo menos três gerações, que residem e trabalham unidas na mesma casa de morada e na mesma roça”. A família nuclear é a “família composta de pais e filhos solteiros, que trabalham unidos na mesma casa de morada e na mesma roça” (Moura, 1986, p.73)

TABELA 7

Estado de Origem	%
Rondônia	80,7
Acre	6,5
Amazonas	3,2
São Paulo	3,2
Ceará	3,2
Bolívia	3,2

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

TABELA 8

Tempo na Reserva	%
< de 10 anos	38,7
10 ~ 20 anos	19,3
> de 20	9,7
Nascidos na Reserva	32,3

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

TABELA 9

Motivo da Vinda	%
Nascido na Reserva	32,2
Convidado por alguém	19,4
Iniciativa própria	29,0
Outros	19,4

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

Como se pôde perceber, 80,7% dos seringueiros vieram de Rondônia mesmo, sendo que destes, só 32,3% nasceram na Reserva. Portanto, os outros 48,4% que nasceram em Rondônia mas não nasceram na Reserva podem estar relacionados à possível atração que a Ouro Preto possui, já que a maioria dos entrevistados, 83,9% eram seringueiros, cultivavam a seringa e a castanha, bem como a agricultura, conforme mostra a Tabela 10. O que se pode inferir é que muitos moravam em outras áreas de seringais, como por exemplo a que hoje é conhecida como a Reserva Extrativista de Pacaás Novos, e foram atraídos para a Ouro Preto, mostrando a importância desta Reserva como ponto de atração na região. Esta valorização pode ser, de fato, corroborada pelo alto número de seringueiros com menos de 10 anos de moradia na Reserva (38,7%) e pelos 29% que vieram por iniciativa própria. A Tabela 10 também mostra outro dado significativo, pois 16% dos seringueiros entrevistados praticavam outras atividades, que ia desde motoristas, estivadores, madeiros, garimpeiros e vendedores, até donos de mercearia e guardas de banco.

As atividades exercidas atualmente pelos entrevistados são em sua maioria, o consorciamento da coleta da seringa e da castanha, com a agricultura, sendo que os que são somente extrativistas, no sentido que estamos adotando nesta pesquisa, vêm em segundo lugar, e os que somente

praticam a agricultura estão em minoria, como mostra a Tabela 11. Os 77,4% que consorciavam agricultura com extrativismo, vêm confirmar a diversidade e a complementariedade existente nas atividades da Reserva, fator que indica uma busca por uma vida melhor, ao mesmo tempo em que a potencialização dos recursos existentes de certa forma concorre para a permanência dos trabalhadores no local.

TABELA 10

OCUPAÇÕES ANTERIORES	%
Seringa, castanha e agricultura	83,9
Outros	16,1

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

TABELA 11

ATIVIDADES ATUAIS	%
Seringa, cast. e agricultura	77,4
Seringa e castanha	19,4
Agricultura	3,2

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

Já em se tratando da propriedade, não se tem a medida exata das colocações pois esta informação não é considerada importante para os seringueiros, já que eles podem usar a área de floresta que for necessário para o uso extrativista. Os que ganharam a posse de suas colocações representam 61,3% do total dos entrevistados, e um dado significativo é que 38,7% “comprou” a posse. A propriedade não pode, na verdade, ser vendida, o que se ‘vende’ é o direito ao uso daquele local, sendo que o preço tem por base as benfeitorias realizadas (cultivos e construções). Mesmo assim, só se pode vender para outro seringueiro, desta ou de outra Reserva, e o Presidente da Associação tem que aprovar. Contudo, esse dado que mostra que quase 40% dos entrevistados não habitavam a Reserva e que entre eles podem estar os 16,1% que não praticavam o extrativismo e a agricultura. Dessa forma, infere-se que se estes compraram as benfeitorias existentes nas colocações, é porque acharam seringueiros que estavam dispostos a se desfazer do seu pedaço de terra, e aí reside um ponto que deve ser refletido com cuidado. Se a Reserva aparentemente melhorou o nível de vida dos seringueiros, porque uma parte a está deixando?

Esse questionamento reflete a ambigüidade que parece existir entre a satisfação com a vida na Reserva e com a atividade extrativista.

Freqüentemente, a representação dos seringueiros da vida na Reserva é que esta é satisfatória mas, ao mesmo tempo, falam com saudosismo da ‘época dos patrões’. Os relatos do seu Aldenor Santos Ribeiro, da colocação Novo Planeta em Sepetiba, e do seu João Chaves de Oliveira, colocação Boca do Pompeu em N. Sra. dos Seringueiros, ilustram bem essa ambigüidade:

“Hoje a gente tem um orgulho muito grande porque a gente faz aquilo que a gente quer, aquilo que a gente quer hoje, se por acaso eu tô aqui em casa hoje aí eu não quero ir trabalhar, eu num vô não. E antigamente nós tinha aquele negócio de ir trabalhar todo dia porque nós pagava um taxa pelos lugar que a gente ficava, de 200 quilo, 150 quilo de borracha por ano. Então a gente tinha aquela renda, tinha que pagá. Era igual que uma taxa mínima de qualquer um documento da gente. Mas agora não. Tem motor aí desses projeto, tem barco prá gente andá. Então, hoje se a gente não quer ir num vai não. Mas antes não, as coisa era diferente. Mas só que, também, antes a gente tinha o que era da gente mermo. Esse negócio de motor, barco, os patrões, eles facilitavam tudo isso. A gente tinha [o que era] da gente mesmo. Hoje num dá mais, hoje num tem saída.”

“Eu comecei a cortá seringa cum 9 ano de idade e parei cum 45. Num tenho nada, da borracha que eu fiz num tenho nada. E fazia muita borracha. Fazia 3.500 quilo de borracha por ano. Mais num tenho nada. Passei a trabalhá na agricultura, também não tenho nada mas eu vivo melhó. Pelo meno eu me acordo de manhã 7 hora da manhã, vô durmi 7 hora da noite. Tô tranqüilo. E na seringa me levantava 1 hora da madrugada e ia me deitá 10 hora da noite.[...]

Deus me perdoe, eu criei abuso da seringa. Eu moro aqui no seringal mais eu num dô um risco numa seringa parece que nem de brincadeira. Lutei demais. Acabei minha mocidade na seringa, quando eu vim pensá que num ganhava nada, já tava estragado já. Aí num tem mais condição d’eu cortá não.”

João Chaves de Oliveira, colocação Boca do Pompeu, N. Sra. dos Seringueiros.

Este informante afirma ainda que, apesar de não querer mais trabalhar com a borracha, tem mais predileção pela época dos patrões, mostrando no seu discurso a clara preferência pelo paternalismo que existia antigamente.

“Quando eu ia entrá prá seringa eles [os patrões] me abonava dinheiro, eu ia prá colocação, já ia devoeno sim, mais em compensação eu fazia muita borracha, pagava o que devia, no fim do ano eu tinha o saldo. Era melhó no tempo dos patrões porque agora num tem quem ajuda a gente, de maneira nenhuma. Num tem quem venda fiado prá gente, num tem ajuda nenhuma. Se a gente num fizé, aí numa doença aqui, já era.”

Mas quando perguntado como gostaria que fosse o seu futuro, seu João expressou o desejo de continuar na Reserva.

“Eu gostaria de ficá bem velhinho aqui na Reserva mermo, a minha família... eu espero eu me aposentá aqui mesmo. Quando eu me aposentá, eu e minha mulhé, aí nós melhora mais um pouco e vamo ganhá essa coisinha poca do gunverno, né, nós cria aqui alguma galinha, faiz menos serviço aqui. Acredito que dê prá vencê o resto da vida.”

Outros seringueiros também apresentaram aspectos positivos e negativos da comparação entre a época dos patrões e a das Reservas, mostrando, às vezes, a clara preferência pela primeira.

“Prá mim ficou pior, ficou pior na parte do dinheiro, né, porque naquela época até na doença era mais fácil e aqui prá nois tá meio difícil, tá difícil porque o preço da borracha não tá compensando prá nós não, de jeito nenhum. Prá nós naquela época era mais fácil. Certo que quando nós ia prá colocação nós pagava prá trabalhá, e hoje nós num trabalha, se nós fizé inté 100 quilo de borracha é nosso mesmo, a gente prá que nós quizé.” **Francisco Batista de Souza, colocação Nova Serrinha, em Sepetiba.**

“No tempo dos patrão eu achava melhó, porque nós tinha segurança. E hoje em dia nós num temo segurança. Se adoecê um filho, adoecê a mulhé, ou quem qué que seja, se nós num tivé um mato de mãe prá catá nós tamo morto em pau corrido. E naquele tempo não. Tinha o patrão, a gente tinha confiança nele. E se o cara, por exemplo, tivessa devendo, [ou] tivesse com saldo, ele mandava tratá, todo tempo, inté, como se diz, o fim mermo. E hoje em dia não... O que ela [a Reserva] fez de

bom é que nós, hoje em dia, somo liberto, né. Somo liberto, nós faiz, por exemplo, se nós quizé fazê... se quizé trabaia em borracha nós trabaia, se nois quizé vendê pá quem nós intendê nós vende. E antigamente nós num podia fazê isso.” **Francisco Eleotério dos Santos, colocação Sapezal, em Floresta.**

“ [A época dos patrões] era fácil nuns ponto e difícil por outros, porquê naquela época a gente pegava o dinheiro aqui né, aí a gente subia pro seringal, aí lá a gente trabalhava, trabalhava 6 meses. E naqueles 6 meses a gente pagava os dinheiro que pegava, pagava todas conta que tinha e tirava saldo ainda. Quando baixava, chegava aqui gastava aquele dinheirozinho, pegava mais, aí subia de novo. A vida era assim naquela época... Melhorô um pouco por causa que a gente num paga renda, né? E em otros ponto também tem mais um apoiozim, numas parte, noutras num tem.” **Assis Figueiredo, Colocação Nova Vida, Divino Espírito Santo.**

Contudo, esta relação do seringueiro com o antigo patrão é explicada pelo técnico do CNPT, Conselho Nacional de Povos Tradicionais - IBAMA, Flávio José da Silva, a partir da dificuldade dos seringueiros de começarem a buscar outras alternativas que não somente a borracha. Tal explicação também pode contribuir para a discussão do desenvolvimento sustentável no que diz respeito à diversidade e à potencialização dos recursos da área para benefício da população.

“[...] hoje ainda o que se precisa mudar nos seringais é tirar a filosofia de uma renda única, né, que seria a borracha. Hoje o seringueiro ainda vive de 50 anos atrás, vamos dizer assim, ele vive da mesma forma, com uma única renda, que é a borracha. Então, tendo em vista que os patrões não deixavam ele ter uma outra atividade além da borracha, isso se tornou uma cultura desse povo, só cortar borracha. Ele não sabia fazer outra coisa. Se antes ele sabia, ele já passou pros filhos uma cultura única de só cortar borracha, não fazer mais nada. O que se precisa ser mudado hoje é essa filosofia de se ficar única e exclusivamente ligado diretamente ao extrativismo, buscar alternativas viáveis dentro da Reserva. Lógico, que não vá comprometer o meio ambiente, prá que o seringueiro possa ter além da borracha uma outra

série de alternativas dentro da área dele, como igual pequenas criações, sistemas agro-florestais prá recuperar também a floresta. [...]

Então hoje, essa mentalidade tem se mudando, a gente tá tentando mudar dentro das Reservas. E isso causou um êxodo, saiu patrão, no caso, aquela pessoa que avaliava ele, que levava o rancho, ele sentiu até que a situação dele piorou, que antes com o patrão tava bom porque ele não sabia o que fazer mais. Ele tinha sempre uma pessoa induzindo ele a fazer as coisas, era 'ou tu faz ou tu não come', nesses termos... E essa pessoa tava auto-mantendo ele, a família dele, com aquele básico, que seria a alimentação. Quando essa pessoa saiu, ele se sentiu perdido, igual um filho sem pai, né? Então ele não sabia mais o que fazer. Ou cortava seringa, e tal, e se perdia... Então, essa organização deles demorou um pouco."

Dessa forma, considerando que a Reserva do Ouro Preto foi criada em 1990, e que 38,7% dos entrevistados têm menos de 10 anos na Reserva, pode ser que as dificuldades que os seringueiros vêm enfrentando desde a época dos patrões tenham influenciado a venda das colocações. Outro fato que também pode ter interferido nesta questão é o próprio momento de transição representado pela criação das Reservas. O final do período anterior foi seguido por um certo declínio do extrativismo, principalmente devido aos investimentos do Governo nos projetos de colonização agrícola. Provavelmente, a estabilização dos seringueiros nas Reservas não deve ter ocorrido de forma rápida, o que pode ter gerado algumas desistências precoces, representadas talvez pelos seringueiros com menos de 10 anos de Reserva, ou melhor, por aqueles que lhes venderam as colocações.

Com referência à valorização da posse, esta se deu, em sua maioria, através do plantio e da construção e melhoria das habitações onde moram, com 41,9%, e uma boa parte se deu só com o plantio, 25,8%, segundo os informantes da Reserva. Esses dois dados, que somados perfazem um total de 67,7% da amostragem, demonstram a valorização da agricultura (ver Tabela 12).

Os aspectos econômicos estão caracterizados principalmente no que diz respeito à renda média mensal e aos empregos anteriores, bem como à

produção agrícola e à compra de alimentos fora da Reserva. A renda mensal dos moradores pesquisados está situada, em sua maioria, na faixa que vai de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 200,00 (duzentos reais)⁶, sendo muito próximos os números dos que possuem de 0 a 100,00 reais (22,6%) dos que vão de 200,00 a 400,00 reais (19,4%), conforme mostra a Tabela 13.

A renda mensal varia de acordo com a época do ano, pois na época da borracha, a renda pode ser proveniente tanto do extrativismo quanto da venda ou troca dos produtos agrícolas, sendo dessa forma maior do que nos períodos em que não se corta seringa. Apesar dos seringueiros estarem buscando a diversidade, é o que é tradicional à região, ou seja, a borracha, que gera maior renda.

TABELA 12

MOTIVOS DA VALORIZAÇÃO DA PROPRIEDADE	%
Plantou	25,8
Construiu	3,2
Manteve	9,7
Plantou e Construiu	41,9
Não Informou	19,4

FONTE: Pesquisa de campo, março/1997.

TABELA 13

RENDA MENSAL (R\$)	%
0 - 100	22,6
100 - 200	51,6
200 - 300	9,7
300 - 400	9,7
Não Sabe	6,4

FONTE: Pesquisa de campo, março/1997.

No que se refere à produção, a maioria dos entrevistados, 38,8%, produz tudo ou quase tudo que consome no dia-a-dia (ver Tabela 14), sendo que a maioria dos que estão situados nesta categoria ganham entre 100,00 e 200,00 reais. Do restante, 22,6% produz metade e compra a outra metade, e os que compram tudo ou produzem quase nada são 38,6%. Destes últimos, a maioria localiza-se também na faixa dos que ganham de 100,00 a 200,00 reais por mês. Esses 38,6% dos que compram tudo ou quase tudo é um dado significativo quando se considera que a agricultura pode fornecer a maioria dos produtos que é consumido pela unidade familiar. O dado pode

⁶ Salário mínimo: março de 1997 - R\$ 112,00 (cento e doze reais), junho de 1997 - R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

ser ainda um reflexo do lento processo de libertação com relação aos antigos seringais, nos quais só se podia trabalhar com a seringa, ou também pode ser devido à localização em áreas impróprias para o cultivo, como por exemplo as áreas que são alagadas no período das chuvas.

O preparo para o cultivo da terra se dá basicamente com a derrubada e queima, sendo que poucos selecionam a madeira antes de qualquer outra prática (Tabela 15). O desmatamento, tão necessário para a agricultura, pode se constituir em outro fator que poderá prejudicar a sustentabilidade da Reserva, na medida em que, quando em excesso, vai contra os aspectos do desenvolvimento sustentável no que se refere ao meio ambiente, tais como a adoção de práticas que não danifiquem o ambiente, a exploração racional da floresta e a alta produtividade com baixa degradação ambiental. As queimadas também se constituem em um fator de alta periculosidade, pois se não forem controladas, podem incendiar uma boa parte da floresta. Contudo, o que foi verificado é que a derrubada maior é feita somente uma vez, quando da seleção da área para a construção da casa, já que a área do plantio é a dessa capoeira. As outras derrubadas são feitas nas áreas que se deixou para 'descansar', ou seja, na capoeira que se formou nos 2 ou 3 anos em que a terra não produziu.

TABELA 14

PRODUÇÃO/ CONSUMO	%
Produz tudo	6,5
Produz metade e compra metade	22,6
Produz quase tudo	32,3
Não produz e compra tudo	19,3
Produz quase nada	19,3

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

TABELA 15

PREPARO PARA O CULTIVO	%
Derrubada e Queima	88,5
Derrubada	0
Queima	0
Seleção da Madeira	11,5

FONTE: Pesquisa de campo, março/97.

As práticas de conservação do solo adotadas pelos entrevistados demonstram, mesmo que de forma rudimentar, a preocupação que se tem com a preservação do meio ambiente. A grande maioria dos entrevistados,

pratica a rotação de culturas, sendo que todos estes sabem que o solo deve 'descansar' para que se possa plantar de novo (ver Tabela 16). O período deste 'descanso' varia de um ano e meio a quatro anos, sendo que a maior parte adota três anos como prazo. Com o fim deste prazo, a capoeira que se formou é desmatada para começar um novo ciclo produtivo, e a madeira resultante é destinada a fomentar o fogão de lenha, usado pelos seringueiros para cozinhar.

TABELA 16

TEMPO DE USO DA TERRA	%
Usa sempre a mesma terra	16,7
Rotação de Cultura - de 1,5 a 4 anos	79,1
Começou a plantar agora	4,2

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

Quando a área não está mais produzindo ou alcançou uma produtividade tão baixa que faz-se necessário um descanso para que volte a produzir de novo, seu destino é o plantio de cana, banana, mandioca ou capim para gado, sendo que uma boa parte ainda não teve, ou não pratica a agricultura (ver Tabela 17).

TABELA 17

DESTINO PARA A ÁREA QUE NÃO PRODUZ	%
Capoeira/replante	38,7
Banana/cana	3,2
Descansa	3,2
Mandioca	3,2
Capim para Gado	6,5
Não respondeu	25,8
Ainda não teve	9,7
Não planta	9,7

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

As formas de energia utilizadas na Reserva pelos seringueiros contemplados na amostra são, em ordem crescente, o querosene, o gás, a

gasolina, a lenha e o óleo diesel. A gasolina e o óleo diesel são usados para o transporte fluvial, a lenha e o gás para alimentar o forno doméstico, e o querosene para a iluminação. De todos estes, somente a lenha é que vem da Reserva, o resto é todo comprado na cidade. Este dado é fundamental para se analisar a sustentabilidade do desenvolvimento que está ocorrendo na Reserva, pois a aquisição de energia é um dos gastos financeiros principais dos seringueiros. As televisões que a Reserva possui, uma em cada comunidade, são movidas por um motor a óleo diesel⁷. Uma das formas de se minimizar estes gastos poderia ser pela utilização de motores a óleo vegetal. O óleo vegetal poderia também ser uma opção para substituir o querosene, já que pode ser produzido pelo próprio seringueiro, com os recursos que estão disponíveis na floresta. A Tabela 18 mostra a porcentagem dos entrevistados que utilizam cada um dos recursos energéticos listados acima.

TABELA 18

FORMAS DE ENERGIA	FREQÜÊNCIA	%
Óleo Diesel	30	96,7
Gasolina	16	51,6
Lenha	29	93,5
Gás	9	29,0
Querosene	5	16,0

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

Como se pode perceber, das formas de energia utilizadas na Reserva, somente a lenha é produzida no local. Dessa forma, pode-se colocar que a Reserva não é totalmente sustentável, por causa desta questão, ou então que ela é sustentável, mas ainda não é *auto-sustentada*, pois não é

⁷ De acordo com a Relação de Equipamentos da Reserva, fornecido pela ASROP em 25 de julho de 1997 e que se encontra em Anexo, todas as comunidades possuem placa solar, o que também pode ser usada para gerar energia para as televisões. A placa solar, apesar de ser uma forma de energia renovável, não é utilizada em todas as casas, embora seja usada para o benefício da comunidade através do seu uso nos bens comuns, como energia para a televisão ou a escola e postos de saúde. Portanto, a energia aqui considerada é a que os moradores utilizam em suas casas, individualmente. A mesma Relação aponta a presença de uma antena parabólica em cada comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida experimentada na Reserva.

independente em termos energéticos. Cabe aqui lembrar a relatividade do conceito de desenvolvimento sustentável, como colocou Pires (1996), pois este é sempre relativo ao que se tem. É um conceito em emergência e que na Reserva se constrói através de mediação, já que ao mesmo tempo em que se tem desenvolvimento, tem-se também o uso de energia que não é gerada pelos próprios seringueiros.

Dos recursos naturais existentes, os mais utilizados são o extrativismo, os rios, a caça e a pesca, sendo que a pesca é bem mais freqüente que a caça, conforme mostra a Tabela 19. No extrativismo, colhe-se inajá, babaçu, açaí, Patuá, copaíba, cupuaçu, bacabá, pupunha, biribá, entre outros. Os rios são utilizados para o transporte, como fonte de água para as necessidades domésticas, e para a alimentação, com a pesca. Os animais mais aproveitados para caça são a paca, cutia, porco, veado, macaco, anta, mutum, queixada⁸, tatu, jacu, além de algumas aves. Os peixes usados para o consumo domésticos são, em sua maioria, o piau, tucunaré, surubim, jatuarana, piranha, traíra, e mandim.

O extrativismo é uma prática adotada por todos, apesar de nem todas as comunidades produzirem borracha ou castanha. O que ocorre é que as comunidades de mais fácil acesso já tiveram suas árvores seringueiras esgotadas pelo uso continuado e excessivo. Da mesma forma, muitos dos castanhais já foram extintos pelo desmatamento seletivo ocorrido antes da constituição das Reservas, pelo qual só algumas árvores eram retiradas, tanto para a construção de habitações, quanto para a utilização como fonte de energia. Com isso, as árvores polinizadoras da castanheira acabaram sendo desmatadas, o que impossibilita a mesma de dar frutos. Contudo, mesmo sem haver produção de seringa e castanha, pode-se ter o extrativismo de outros frutos da floresta, como os citados acima, que não foram quantificados por serem para o próprio consumo.

Os dados relativos à caça, 41,9%, que se mostram bem inferiores aos outros recursos naturais, pode talvez ser um reflexo das mudanças

⁸ Espécie de porco do mato que se locomove em grupo.

ocorridas com a introdução da criação de animais domésticos na Reserva. Dessa forma, pode-se dizer que a criação desses animais ajuda, de certa maneira, na preservação da fauna existente na floresta, contribuindo assim para um desenvolvimento de caráter mais sustentável.

TABELA 19

RECURSOS NATURAIS	FREQÜÊNCIA	%
Extrativismo	31	100,0
Caça	13	41,9
Pesca	29	93,5
Rios	31	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

O meio de comunicação que os seringueiros mais têm acesso é o rádio amador, por onde eles se comunicam entre si e com a Associação, constituindo o único meio de comunicação com a cidade. Deste modo, sua importância é muito grande para todas as comunidades. Nem todas as casas possuem um rádio, mas em todas as comunidades existe pelo menos um, que é usado por todos. Uma boa parte dos entrevistados não possui qualquer meio de comunicação (35,4%), embora todos possam ter acesso ao rádio da comunidade (ver Tabela 20). Tais fatos representam uma melhora sensível em termos de infra-estrutura das comunidades, bem como em relação ao acesso a bens de consumo tanto individual quanto coletivo, ambos fatores relativos ao desenvolvimento sustentável.

TABELA 20

MEIOS DE COMUNICAÇÃO	FREQÜÊNCIA	%
Rádio	13	41,9
Televisão	2	6,45
Rádio e TV	5	16,1
Nenhum	11	35,4

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

Em relação aos bens comunitários, observa-se que todas as comunidades possuem pelo menos um motor de 08 Hp de potência, sendo que em Nossa Sra. dos Seringueiros se encontra um de 12 Hp, e todas as comunidades possuem um de 03 Hp, menos a Floresta (ver Relação de Equipamentos da Reserva, em Anexo⁹). Além disso, todas as comunidades possuem pelo menos: um barco, uma motosserra, oito carrinhos de mão, um filtro para água, colchão para postos e alojamentos, kit de carpinteiro, balança, material didático, arame para cerca, tela para o galinheiro, prego para construção de casas, grampo para cercas, material para limpeza de varadouros¹⁰ e igarapés. Em pelo menos uma comunidade existe freezer, caixa térmica, fogão a gás, armazém, peladoura de arroz, máquina de datilografia, quadro negro (escolar), beneficiadora de açaí, aviário semi-confinado, motor de 25 Hp, charrete, e até cavalos. Tais equipamentos e materiais contribuem para a existência de uma infra-estrutura que permite uma qualidade de vida bem melhor do que a que se tinha anteriormente.

A ligação da Reserva com Guajará-Mirim é feita não só por esta ser a sede da Associação, mas também por fornecer alguns serviços essenciais para as famílias que moram nos arredores, incluindo aí todos os moradores da Reserva. A Tabela 21 mostra que, dos 31 entrevistados, 100% usa o comércio e o hospital da cidade, sendo que 90,3% usa o cartório e 74,2% usa o correio. Com relação à saúde, das sete comunidades, quatro possuem Postos de Saúde, mas todas possuem apoio hospitalar e medicamentos (ver Relação em Anexo), sendo que somente os casos mais graves vão para o hospital da cidade. Quando os seringueiros adoecem e precisam deste serviço, eles ficam alojados em um prédio anexo a Associação, construído para abrigar os que precisam ficar na cidade por algum motivo.

⁹ Por ser uma relação fornecida pela Associação, ela apresenta somente as comunidades 'oficiais', não contando com o Ramal do Pompeu como sendo uma comunidade separada, como ocorreu no Cadastro dos Moradores da Reserva.

¹⁰ Verbete: varadouro "Canal aberto com rapidez, e que permite a passagem de um rio para outro em curtíssimo tempo, a fim de se evitarem os acidentes do curso; varação" (Aurélio, 1996)

TABELA 21

UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE GUAJARÁ-MIRIM	FREQÜÊNCIA DOS SERINGUEIROS QUE OS UTILIZAM	%
Colégio	5	16,0
Banco	7	22,5
Comércio	31	100,0
Hospital	31	100,0
Correio	23	74,2
Telefone	4	12,9
Cartório	8	25,8

FONTE: Pesquisa de campo, março de 1997.

Em relação à educação, na Reserva existem escolas em todas as comunidades para crianças até a 4ª série. A partir da 5ª série, só há escolas na cidade. O tópico 'colégio' da Tabela 21 se refere aos seringueiros que se utilizam das escolas de Guajará-Mirim, o que mostra uma melhora significativa na qualidade de vida, já que antigamente as crianças e os adultos não tinham acesso à educação formal. Hoje, os seringueiros já reconhecem a importância da educação, apesar da maioria ser iletrada. Alguns já permitem que seus filhos completem seus estudos na cidade. Além disso, a Reserva conta atualmente com um projeto de alfabetização de adultos em quatro comunidades. A Figura 8 mostra a escola da comunidade Floresta, durante uma aula de alfabetização de adultos.

3 - Indicadores do Desenvolvimento da Reserva

3.1 - Diversidade

A princípio, o que mais chama atenção quando se analisa os dados de produção da Reserva, coletados através do Cadastro de Moradores, são os aspectos referentes à existência de outras práticas, além da coleta de produtos da floresta, que permitam ou facilitem a permanência dos

seringueiros na Reserva e a potencialização dos recursos disponíveis. Esses dois aspectos enfatizam a importância do fator diversidade para se alcançar um desenvolvimento mais sustentável.

Com relação às práticas que ajudam à permanência do seringueiro na Reserva, a diversidade é um fator importante. As outras atividades além das aqui consideradas como extrativistas atuam no sentido de manter o seringueiro somente com recursos obtidos na própria Reserva, sem que seja preciso realizar outros tipos de trabalho (na cidade) no período em que não se pode coletar a borracha, ou seja, no inverno.

A exploração excessiva da seringa, ocorrida na época dos patrões, não permitia a dedicação dos trabalhadores a outras práticas, já que era utilizada toda a mão-de-obra disponível, incluindo as mulheres e crianças, e todo o seu tempo disponível de trabalho, de forma super intensiva. O meio ambiente ficava igualmente afetado, pois a exploração excessiva acabou por levar muitas árvores ao esgotamento.

Assim, a diversidade de práticas dentro da Reserva mostrou-se uma preocupação constante da Associação, na medida em que qualquer atividade capaz de manter o seringueiro dependendo unicamente dos recursos naturais de sua colocação para seu sustento é bem vinda. A Associação busca ajudar os seringueiros a encontrar meios de sobrevivência que estejam de acordo com sua tradição extrativista, de forma a mantê-los, sem que haja necessidade de recorrer a outros empregos temporários na cidade.

A potencialização dos recursos disponíveis atua em conjunto com a diversificação, pois ao mesmo tempo em que é importante a existência de outras atividades que dêem suporte ao extrativismo, é igualmente necessário que se utilize os recursos existentes da melhor forma, de modo a não causar prejuízos ambientais. Se é possível aumentar a abrangência do uso dos recursos existentes, é cabível que tal prática seja efetivada visando principalmente à melhoria da qualidade de vida da população envolvida. Aliado a estes fatores, está o de que a produtividade deve ser aumentada em um nível que atenda tanto à coletividade quanto aos núcleos familiares.

Tais fatos contribuem ainda mais para ressaltar a importância do fator diversidade para a questão.

No caso da Reserva, a diversificação produtiva mostrou ser a prática mais comum na Reserva, sendo a agricultura um dos pontos fundamentais. A diversificação produtiva atuou no sentido de permitir um certo aumento no consumo de bens em geral e uma relativa melhoria no padrão de vida dos seringueiros e de suas famílias, principalmente no aspecto nutricional, na medida em que se pôde contar com a produção agrícola tanto para consumo próprio quanto para a troca por outras mercadorias necessárias. A produção agrícola parece ser capaz de os manter equilibrados tanto nos períodos de coleta da borracha e da castanha, quanto nos períodos em que esta não é possível. A criação de animais contribuiu para esta questão na medida em que ampliou as opções alimentares da caça e do peixe para outros animais, como a galinha e o pato, demonstrando uma tendência ao crescimento com a aparição do carneiro no Cadastro da Associação.

Como consequência, temos que a maioria dos seringueiros da Reserva, 58,9%, realiza a produção integrada, ou seja, cultivam a seringa e a castanha, a agricultura e a criação de animais domésticos. Estas duas últimas categorias foram colocadas juntas pelo fato de representarem aqui um mesmo segmento, ou seja, de atividades que complementam a manutenção do extrativismo. Da mesma forma, a seringa e a castanha formam uma mesma categoria pois estão relacionadas ao extrativismo de produtos florestais não-lenhosos. Assim, tem-se duas categorias: a extrativista e a de outras atividades complementares. Do total restante, 23,4% pratica somente a agricultura e a criação de animais, e apenas 15,9% realiza somente as atividades consideradas aqui como sendo o extrativismo propriamente dito, conforme pode ser verificado na Tabela 22. Os não classificados se referem aos seringueiros cujos dados estão incompletos ou ausentes.

TABELA 22

Diversidade Produtiva por Comunidade

Comunidades	Seringa e Castanha (%)	Seringa e Castanha/ Agricultura e Animais (%)	Agricultura e Animais (%)	Não Classif. (%)
Esp. Santo	23,5	53,0	23,5	0
Petrópolis	30,0	70,0	0	0
Sepetiba	18,2	81,8	0	0
N.Sra.Sering.	07,2	42,8	42,8	07,2
R.do Pompeu	0	0	88,9	11,1
Floresta	05,9	82,3	11,8	0
Ouro Negro	26,3	63,2	10,5	0
Nova Colônia	10,0	60,0	30,0	0
TOTAL	15,9	58,9	23,4	01,8

FONTE: Cadastro de Moradores da ASROP, 1996.

Os dados da Tabela acima mostraram que, na verdade, a diversidade é um processo que está se construindo desde o final do período dos patrões, e a partir da constituição do movimento social dos seringueiros. A prova de que este é um processo em construção é que os 58,9% de seringueiros do Cadastro que adotam tanto o extrativismo quanto a agricultura diferem dos 77,4% dos seringueiros da pesquisa de campo que adotam essas práticas, demonstrando provavelmente que o processo está ocorrendo de forma tão rápida que o curto espaço de tempo entre a coleta da informação e de outro dado já fez diferença.

Outros dados significativos a serem destacados nesta questão são os 23% que praticam somente a agricultura e os 15,9% que praticam só o extrativismo (Tabela 22). Quase 40% dos seringueiros ainda estão adotando uma só categoria produtiva, o que pode ser um indício do peso da forma anterior de produção, a dominação representada pelos patrões, aonde era proibido a diversificação. Contudo, e como já foi posto anteriormente, a diversidade produtiva visando alcançar um desenvolvimento mais sustentável é um processo que está crescendo cada dia mais na Reserva.

Rancy (1981) afirma que a doutrina vigente no seringal era a de proibir a agricultura, pois esta diminuiria o tempo gasto com a extração da seringa e diminuiria o consumo de mercadorias no barracão, o que

representaria uma dependência menor com relação ao seringalista. Segundo a autora, o pensamento da época era de que “o trabalho de extrator não combina com o cultivo do solo e com a criação; combina, sim, com febres, alimentos secos e artificiais. Se as atividades gomíferas fossem conciliáveis com as agropastoris, o homem viria para ficar, pois sentiria algo de seu trabalho, de sua pessoa, enraizado à nova terra” (Rancy, 1981, p.157).

Esta possibilidade, anunciada no início da década passada parece estar se tornando realidade na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Apesar de todas as dificuldades inerentes ao processo de transição da época dos seringais para a das Reservas e apesar das profundas marcas que o período passado deixou, os seringueiros vieram para ficar. Agora, eles já ousam em sonhar com um futuro melhor para si e para sua família, pois sabem que daquela terra pode-se extrair o seu sustento. A solidez da terra, que contém o seu trabalho, a sua produção, e a sua própria pessoa, já permite a este povo a descoberta da sua condição de cidadão, condição esta apagada ou esquecida durante os anos de dependência e semi-escravidão em que viviam.

3.2 - Agricultura

Com relação à agricultura, vimos que todas as comunidades a praticam, até mesmo as mais afastadas. É muito difícil se manter e se reproduzir somente com a exploração da borracha e da castanha, já que estas atividades só são praticadas no período da seca. Durante o período chuvoso, o rio inunda os seringais, impedindo sua extração durante pelo menos 4 meses. Na época dos patrões, como já foi visto anteriormente, estes meses eram passados na cidade, onde o trabalho era escasso e o sustento dependia do quanto se tinha guardado na seca ou de empréstimos que contribuíam para aumentar a dependência do seringueiro com o seringalista.

O tipo de agricultura adotada na Reserva é a familiar e voltada sobretudo para o auto-sustento, visando tanto o próprio consumo, quanto a aquisição de outros produtos, como a gasolina e outros gêneros alimentícios e de limpeza. O nível de produção é baseado em técnicas bastante tradicionais, chegando a ser quase rudimentar: não há o uso de defensivos agrícolas, adubos químicos ou herbicidas. Eventualmente, há o uso de veneno contra formigas, fornecido pela associação através do CNPT, sendo esta a única prática adotada quanto ao uso de insumos agrícolas industrializados.

Assim, as afirmações de Garcia Jr (1983), apesar de serem para a região Nordeste, são úteis para o caso em estudo, ainda que não se vai aprofundar aqui a questão teórica que envolve a pequena produção ou o campesinato. O autor coloca que a pequena produção como caracterizada pelas lavouras de subsistência usando a mão-de-obra familiar, sendo que estas plantações são chamadas de roçados. Possuindo um pedaço de terra,

“o trabalhador pode materializar no roçado a força de trabalho de sua unidade familiar. Assim ele garante uma produção que serve para o consumo desta mesma unidade familiar, seja ela diretamente apropriada com tal finalidade, seja vendida para, com o dinheiro obtido, poder obter o necessário ao consumo familiar” (Garcia Jr, 1983, p.59).

A unidade doméstica poderia usar inclusive o trabalho alugado, que “refere-se aos serviços prestados por um trabalhador por um dia, contra pagamento em dinheiro” (Garcia Jr, 1983, p.69). Contudo, também há o que o autor chama de “troca de dia” (p.69), que é baseado nas redes de solidariedades locais e que se dá:

“quando um membro de uma determinada unidade familiar (A) trabalha no roçado de uma outra unidade familiar (B), sob as ordens do chefe desta última (B). Não recebe por isso nenhuma contrapartida em dinheiro, mas assegura que os membros desta outra unidade familiar (B) farão o mesmo quando for necessário” (Garcia Jr, 1983, p.70).

Um dos pontos mais importantes do processo de produção agrícola da Reserva é a questão da troca, fator fundamental que torna particular a agricultura praticada na Reserva, já que normalmente, para o campesinato brasileiro, esta atividade tende a possuir um valor de uso mais significativo que somente a troca de parte da produção por outros gêneros alimentícios. Assim como já foi dito, no que toca aos produtos agrícolas dos seringueiros, a produção é usada, em sua maioria, para consumo próprio, sendo de uso familiar. Contudo, estes também são usados para a troca, através da transformação do excedente em outros produtos.

A troca pode se dar de duas maneiras, tanto literalmente, ou seja, através da troca direta, onde os seringueiros se dirigem aos supermercados e pequenas vendas de Guajará-Mirim e trocam o seu produto diretamente por outros que são necessários, quanto pode-se trocar a mercadoria na própria Associação. Esta última se dá de maneira indireta, já que esta entidade compra a produção, especialmente farinha, borracha e castanha, para depois revender. A Figura 9, em Anexo, mostra os dois tipos de borracha, a Placa Bruta e a CVP¹¹, estocadas no prédio da Associação.

Desses produtos, a farinha se destina aos supermercados da cidade, que compram a saca (60kg) da Associação a R\$ 20,00 (vinte reais), obtendo esta um excedente monetário de 10% sobre esta transação. A borracha é vendida basicamente para as Usinas de beneficiamento situadas em Jarú, Cacoal e Cuiabá. No caso da castanha, a Associação vende para a Bolívia a barrica (70kg) por R\$ 20,00 (vinte reais), obtendo um excedente monetário de 15%. A justificativa da entidade para a diferença entre o preço de compra e o de venda é a de que a castanha é originalmente comprada dos seringueiros ainda molhada, sendo preciso esperar uma média de três dias para que esta seque, processo que pelas rachaduras que produz facilita a quebra posterior.

¹¹ A Placa Bruta já vem defumada, sendo um processo mais trabalhoso, o que encarece a borracha, pois além de colher direto na floresta, cortando pela manhã e colhendo à tarde, ainda se leva a borracha para casa para a defumagem. Já o CVP, Cernambi Virgem Prensado, mais rápido e simples, onde corta-se a árvore e se deixa o látex em um recipiente para curar, na própria floresta. Depois de aproximadamente 3 (três) dias, o seringueiro volta ao local para apanhar as bolinhas de borracha no pé. Por apresentar maior facilidade no preparo, é o mais comum.

A compra dos produtos feita pela Associação é uma prática que visa facilitar a comercialização das mercadorias. O dinheiro para a compra é fornecido pelos vários projetos das entidades que apoiam as Reservas, como o Banco Mundial, o Governo Federal e as ONG. Além disso, os sócios, que somam aproximadamente 40 pessoas, contribuem com R\$ 3,00 (três reais) por mês. Como a Associação também vende produtos da cidade dentro da Reserva, visando principalmente melhorar o acesso aos bens de consumo e fazendo um pouco o que antes era feito por marreteiros¹², os sócios possuem a vantagem de poder adquirir estes produtos pelo preço de custo, enquanto que os outros os compram, se necessário, com um acréscimo de 15%¹³. Uma outra vantagem do sócio é que ele tem direito a usar o caminhão pertencente a Associação sem que seja preciso pagar o diesel, enquanto que os outros devem pagar sempre que forem utilizá-lo. Apesar disso, a Associação busca atender a Reserva no conjunto, socializando os benefícios tanto com os sócios, quanto com os não sócios. Essa ação não tão rígida da Associação talvez explique o baixo número de sócios; contudo, esta é uma atitude positiva pois estende as conquistas para a categoria como um todo.

A agricultura realizada dentro da Reserva ainda possui uma outra característica de fundamental importância para que seu desenvolvimento seja sustentável, que é a adoção de práticas que objetivem a conservação do meio ambiente. A técnica utilizada para preservação do solo é o rodízio e o consorciamento de culturas, na qual a terra é deixada 'para descansar' em certos períodos, aproximadamente de três em três anos, após o qual ela se torna apta a ser cultivada de novo, e também onde a terra é cultivada consorciando-se cultivos para se obter um melhor aproveitamento do solo. Esta prática está presente em todos os discursos das pessoas entrevistadas, mostrando que dentro da realidade em que eles vivem, eles parecem já ter adquirido uma certa tendência à preservação da natureza e à adoção de práticas não danosas ao ambiente.

¹² Comerciantes que vendiam mercadorias em barcos ao longo dos rios para os seringueiros

¹³ O que pode ser uma compensação devido ao alto preço do diesel para o barco.

A rotação de culturas, além de ajudar na conservação do solo e de sua fertilidade, reduz a ocorrência de pragas e doenças, aproveitando melhor insumos e mão-de-obra (Petrobrás, 1986, cap. 15). Além disso, permite a reciclagem dos nutrientes do solo, e produz uma gama de restos de culturas que vêm melhorar as características físico-químicas do solo, favorecendo o controle da erosão. Já o consorciamento de culturas une plantas de diferentes tamanhos e adensamentos (Petrobrás, 1986, cap. 15) em um mesmo local, possuindo não só as vantagens da rotação de culturas, mas também há um melhor aproveitamento da área cultivada. Neste sentido, o Projeto Preservação do Solo, da Petrobrás (1986), aponta alguns exemplos de consórcios benéficos como o café e feijão, café e milho ou arroz (como “quebra-vento temporário” - Petrobrás, 1986, cap. 15, p.7), café e bananeira ou seringueira, entre outros.

Além da agricultura, uma outra prática que reflete o caráter diversificado da produção na Reserva é a criação de animais domésticos. Esta atividade coincide com alguns dos parâmetros colocados em relação ao desenvolvimento sustentável, pois contribui não só com a melhoria econômica, mas também com a nutricional, atuando no sentido de buscar uma melhor qualidade de vida.

3.3 - Produtos Extrativistas

A principal atividade econômica da Reserva é a extração de borracha. LaFleur e Bryon (1993) colocam que a produção pode estar comprometida em virtude do esgotamento das árvores seringueiras. Portanto, é recomendado o “enriquecimento das estradas através do plantio de seringa e o plantio consorciado com caju e castanha do Pará” (LaFleur e Bryon, 1993, p.106). A castanha do Pará, por sua vez, é mais voltada para o consumo doméstico, sendo pouca a sua comercialização.

Além destes produtos, outros também são praticados, só que mais voltados para o autoconsumo, podendo ser, no entanto, comercializados em

uma escala maior. Um destes produtos é o açaí, de onde se extrai o vinho, que pode ser processado dentro da Reserva, em cada colocação. Segundo LaFleur e Bryon (1993), o excedente pode ser comercializado em Guajará-Mirim, já que a cidade apresenta um mercado considerável para o produto, pois só em 1988 foram comercializados 3 toneladas no município (LaFleur e Bryon, 1993).

Outro produto alternativo é a copaíba, de onde se extrai um óleo que possui propriedades medicinais, de acordo com os povos da floresta, podendo ser usado como medicamento. LaFleur e Bryon (1993) apontam a existência do produto na Reserva, e seu mercado advém da sua utilização na composição de cosméticos.

A apicultura é uma outra possibilidade que inclusive já está sendo implantada, segundo o presidente da Associação, Jorge da Silva Costa. O seu desenvolvimento em áreas com sistemas agroflorestais vem demonstrando ser de grande significação no município (LaFleur e Bryon, 1993), podendo contribuir para a geração de uma renda extra para os seringueiros.

A pupunha também é outra árvore muito comum na Reserva. Dela pode se extrair o fruto, o óleo e o palmito, este de maior valor comercial. Por ser uma planta com capacidade de perfilhamento, permite o plantio em série, podendo ser feito um corte a cada ano.

4 - Indicadores do Desenvolvimento Sustentável (Reflexões à Guisa de Conclusões)

Os questionários permitiram o conhecimento de uma parte da dinâmica da vida dos seringueiros na Reserva. Considerando-se as dificuldades encontradas tanto pelas grandes distâncias de uma colocação a outra e de uma comunidade a outra, quanto pelas restrições impostas pelo próprio meio físico em que vivem, os moradores da Reserva puderam

desenvolver e aprimorar um modo de vida que se adaptasse a essas limitações.

Dentro dessa realidade e dentro também do que está sendo possível realizar devido a imposições da própria política do país como um todo, eles estão buscando a melhoria das condições de vida, e já avançaram bastante neste sentido, principalmente com relação aos antigos seringais. Hoje, já é possível ter um rádio amador, um agente de saúde e uma escola em cada comunidade (até a 4ª série primária), três fatores extremamente importantes para a vida de uma população. Além disso, pôde ser observado que a agricultura parece ser uma atividade que contribuiu para essa melhoria na qualidade de vida da população, já que passou a ser a fonte da maioria dos alimentos consumidos. Os dados analisados também demonstram uma certa preocupação com a conservação do meio ambiente, demonstrado através do sistema de rotação de culturas, no qual o seringueiro, quando percebe que a terra está se esgotando, deixa-a “descansar” para que possa voltar a produzir como antes. Essa preocupação parece advir do fato de que a maioria dos entrevistados tem tradição na atividade extrativista, demonstrando que, por dependerem dos recursos naturais existentes, possuem um certo conhecimento do que pode ser feito para que a natureza forneça o sustento de sua família também em outras gerações, que se aproxima bastante do que se considera desenvolvimento sustentável.

Contudo, uma ressalva deve ser feita com relação à produção agrícola na Reserva. Pela própria orientação advinda do seu Estatuto, a agricultura deve ser uma atividade mais restrita à subsistência. Uma intensificação dessa atividade poderá causar graves danos ambientais ao mesmo tempo em que poderá mudar o sentido pelo qual é permitido a sua prática na Reserva. Isso porque ela deve servir como um meio para melhorar a qualidade de vida dos seringueiros, especialmente nos níveis nutricionais e de saúde, mas sua utilização não deve ser tão ampliada a ponto de se pensar em sobreviver só de agricultura e não mais da seringa. O técnico do CNPT, Flávio José da Silva, coloca o porque da agricultura não poder ser intensificada, e a orientação que é dada pelo órgão para os seringueiros.

“... essa região, se dasmatou hoje, ela só dá um ano, no ano seguinte ela já não dá... você tem que desmatar uma outra área... E outra, em termos de mercado, ele não vai conseguir competir nunca. No Sul eles trabalham com maquinário, enquanto eles [do Sul] produz, vamos dizer, 200ha, ele [o seringueiro] vai conseguir produzir aqui no máximo, com a mão-de-obra de derrubar uma floresta, essa coisa toda, produzir no máximo 5ha, no que ele não tem condições de competir no mercado. Então, hoje, o que se mantém na cabeça dele é de fazer uma pequena roça de subsistência, prá ele mesmo se alimentar, e o excedente ali ele dá pros animais, essa coisa toda, até ele ter outras alternativas aonde ele mesmo possa pegar esse recurso e comprar o arroz. É viável, é bem mais viável de que ele plantá porque o trabalho do que ele perde, o tempo que ele perde fazendo essa atividade, ele poderia fazer uma outra muito mais rentável e ele comprá esse arroz. Por enquanto não porque ele não tem ainda essa renda. Então a gente orienta nessa parte. A gente até oferece insumo igual sementes de arroz, milho, de feijão, mas prá essas pequenas roças.”

Além da agricultura, atividade que, como vimos, adquiriu uma importância salutar para a vida da maioria dos seringueiros da Reserva, a base produtiva está também pautada no extrativismo da seringa e da castanha, mais notadamente a primeira. A castanha já não possui tanta força produtiva, sendo colocada mais como complementar à seringa. Na maioria das vezes a extração da castanha é praticada pelas famílias com maior disponibilidade de mão-de-obra, na qual pode-se ‘dispensar’ alguns trabalhadores para a coleta da castanha sem afetar significativamente as outras atividades. Neste sentido, seu Luciano Lima Carneiro, da colocação Bela Palmeira em Floresta, representante da Reserva junto ao Conselho Nacional dos Seringueiros, ressalta esse aspecto da castanha como atividade alternativa.

“[...] a castanha aqui é uma outra alternativa por ser pequena mas ela também ajuda principalmente na época da invernada, né?” (Grifo nosso).

Contrariamente a esta situação brasileira, a castanha é uma das atividades principais da Amazônia boliviana. Apesar de serem países vizinhos e de ambos apresentarem o mesmo tipo de floresta tropical, Brasil e Bolívia experimentam diferentes graus de desenvolvimento e de envolvimento com a questão extrativista. Além disso, o fato dos dois países possuírem relações de longa data tanto devido à fronteira quanto na dimensão comercial, contribui para mostrar que o extrativismo na Bolívia é um fator importante de ser analisado pelo seu valor enquanto atividade produtiva e também para enriquecer a análise da questão no lado brasileiro. O caso servirá como contribuição à análise, não se constituindo em um dos objetos da dissertação, razão pela qual este assunto não será aprofundado aqui.

Com relação à Bolívia, Malloy (1970) afirma que esta teve o seu acesso à modernização do século XX forçada e limitada pela esfera econômica, e que os problemas políticos e econômicos do país não foram causados pelo subdesenvolvimento em si, mas pelos efeitos específicos dos padrões limitados de desenvolvimento experimentados até então. A pobreza e o atraso social, econômico e político contribuíram, portanto, para a continuidade da atividade extrativa na Amazônia boliviana, já que esta foi praticamente a única alternativa possível que restou.

A cidade boliviana de Riberalta, um dos principais centros produtores de castanha deste país, localiza-se a aproximadamente 100 km de Guayaramerim, cidade boliviana que faz fronteira com Guajará-Mirim. A tradição da cidade é claramente extrativa, remontando da época da ocupação inicial da Amazônia boliviana e da implantação do que no Brasil se conhece por “colocações”¹⁴. Os ocupantes pioneiros ainda estão presentes na região através de seus descendentes, que mantiveram a vocação extrativa.

As indústrias da cidade são, em sua maioria, igualmente voltadas para o extrativismo, sendo este um fator importante a ser considerado na medida

¹⁴ Forma tradicional de exploração baseada na unidade familiar de produção e nas estradas de seringa (Allegratti, 1994).

em que demonstra a capacidade de sustentação tanto econômica, quanto social e ambiental da atividade extrativista. Atualmente, a maior parte da população de Riberalta está empregada na coleta de castanha, atividade que abrange 16 indústrias radicadas na cidade, classificadas em grandes (5), médias (6) e pequenas (5). As grandes geram entre 60 e 70 empregos diretos e mais de 500 indiretos, as médias geram de 40 a 50 empregos diretos e de 200 a 300 indiretos, e as pequenas geram de 30 a 40 diretos e de 150 a 200 indiretos. Além disso, existem mais de 7.000 empregos para a época da colheita, que ocorre entre novembro e março. Todos os produtos e subprodutos da castanha são aproveitados e o azeite é 100% consumido, já que os trabalhadores envolvidos na atividade possuem a prioridade na compra e o seu preço é muito inferior ao do óleo industrializado. Em uma das grandes indústrias, a Hecker Hermanos de beneficiamento de castanha comestível, 75% da produção total é exportada para os Estados Unidos e 25% para a Europa. De toda a castanha que entra nos fornos, 1,5% sobra como subproduto para óleo comestível. Portanto, a fábrica, além de ser altamente rentável, permite a utilização de considerável mão-de-obra, gerando uma parte significativa de empregos.

Em contrapartida, ao se considerar esta questão em Guajará-Mirim, verifica-se que, apesar de serem áreas com características físicas semelhantes e, portanto, podendo adotar o mesmo modelo de desenvolvimento, a situação industrial do município é bastante desfavorável ao extrativismo. Existiam duas fábricas extrativistas, uma de castanha, a Rondex (Figura 10 em Anexo), e a outra de borracha, a Rondonbor (Figura 11 em Anexo). Atualmente, as duas se encontram fechadas e o proprietário, o Sr. Isaac Bennesby, apontou várias razões para que isso chegasse a acontecer. Em primeiro lugar, ele cita a atitude do Governo Federal de acabar com a obrigatoriedade por parte das fábricas de pneus de comprar toda a quota de borracha natural brasileira antes de permitir a importação. Apesar de ser uma política protecionista, essa prática favorecia à permanência do homem amazônico em seu *habitat* natural. Com a retirada desse benefício, a borracha da Malásia, que é muito mais barata por ser de

seringais cultivados, pôde ser vendida livremente no Brasil. Com isso, a borracha da Amazônia passou a não ter mercado para competir, pois o homem não se sujeitou a voltar para o seringal, já que não tinha como se sustentar com preços tão baixos. Um dos destinos desses seringueiros foram os projetos de colonização, conforme salienta Bennesby em sua entrevista:

“[...] ele ficou com essas idéias que passou a ter de colonização, ele ia junto ao índio, ganhava um lote aqui, ia ao Banco do Brasil, financiava, não pagava o financiamento e de lá ele ficava vendendo lote”.

A tentativa de se fazer seringais de cultivo no Brasil também não deu certo, e segundo Bennesby, “os seringais de cultivo financiados foi o maior rombo que existe hoje no Brasil fora o Pró-álcool..., é igualzinho, o que se chama de o Próbor, Projeto de Financiamento de Borracha”. Muitos projetos deste tipo teriam sido financiados, mas para pessoas que não tinham nenhum interesse em plantar seringa. O dinheiro era utilizado para comprar carros, bois, outro tipo de pasto, etc., e os seringais que foram financiados foram quase todos abandonados. Bennesby estima que de 100% desses seringais que foram financiados na Amazônia, restaram aproximadamente de 3 a 4%, que não estão produzindo.

No caso da Rondex, a castanha vinha tanto dos seringais nativos da região quanto da Bolívia, sendo que todo castanhal só produzia castanha para esta fábrica, a qual era a única que fazia o beneficiamento em toda a área, tanto no então Território do Guaporé, quanto no Acre e na Bolívia. Com o início dos projetos de colonização na Amazônia, essa situação começou a mudar. Bennesby coloca que passou-se “a fazer um descontrole dessa colonização trazendo pessoas do Paraná que não se interessavam por extrativismo, se interessavam por riquezas imediatas, como a madeira, que era aquela história, derruba...”. Desta forma os seringais nativos, que eram os produtores da castanha e não possuíam o título definitivo, foram tomados por pessoas que tinham a posse, os agricultores de projetos de colonização. Por total desconhecimento das práticas extrativas, ele

começou a derrubar visando a venda da madeira, derrubando árvores de grande interesse para o homem amazônico, como as seringueiras e castanheiras. Além disso, a Bolívia, que também vendia para a Rondex, passou a industrializar seu produto a custos mais baixos e sem os encargos sociais existentes no Brasil, já que, ao que tudo indica, ninguém teria carteira assinada ou paga imposto na Bolívia.

Quando se deu a transformação de seringais nativos em projetos de colonização, o Governo criou várias Reservas, tanto indígenas quanto ecológicas, com vistas a conseguir empréstimos junto ao Banco Mundial. Em Rondônia, Bennesby afirma que o Governo dispõe de uma verba da ordem de quase 360 milhões de dólares vindo do Planaflo para garantir que as Reservas de Guajará-Mirim, que ocupam cerca de 70% do município, fiquem intocadas. Contudo há a retirada de madeira das Reservas na qual,

“[...] com a promessa de que o governo não faz nada, o madeireiro tira a madeira, [...] então fica aquela Reserva ‘intocada’ e o dinheiro é usado para financiar obras de ponte, obras de estrada, obra que ele [o governo] quer fazer e obra para ele também”.

Portanto, a falta de matéria prima, o custo social do empregado e a criação de novas fábricas na Bolívia parece ter gerado a falta de castanha para fazer funcionar a Rondex. Para ser economicamente rentável, esta fábrica precisa de 6 meses de produto por ano para funcionar. Segundo Bennesby, hoje não há produto, pois seriam necessários 20 mil hectolitros por safra no mínimo, para começar. Tal quantia representa 1.100.000 quilos de castanha, que só para se ter uma idéia, a Reserva do Ouro Preto, em 1995, produziu um total de 14.960 kg, segundo dados colhidos na Associação, contrastando fortemente com o número exigido.

Com relação às Reservas Extrativistas, Bennesby coloca que devido ao preço, não é mais compensador ir para o seringal, e através das associações, os seringueiros

“[...] recebem uma pequena ajuda, e como eles querem manter este tipo de paternalismo de associação eles tem vinte, trinta seringueiros nos

locais, produzem 2, 3 quilos e aquilo o mantém ... - 2, 3 quilos que eu digo eu estou exagerando - produz uma quantidade irrisória, pequena, tem ajuda do governo numa picape etc., e eles vivem lá, ganham sobrevivem... se acomodaram, no que nós chamamos, na vida, é o homem que se acomodou a ter uma pequena produção e nada mais."

Essa opinião pouco favorável às Reservas também é compartilhada pelo ex-diretor da Área de Livre Comércio e membro da atual administração municipal, Selmo Alencar. Segundo ele, o extrativismo ficou limitado à criação das Reservas e que

"somente a Reserva Extrativista do Ouro Preto começa a engatinhar para tentar retornar àquela exploração do extrativismo vegetal através da Associação dos Seringueiros aqui do município. Mas eu diria que este retorno é muito lento e não deixa tanta perspectiva de se retornar ao extrativismo".

Alencar ainda coloca que a meta prioritária da atual administração do município é o desenvolvimento da agropecuária, sendo que está previsto a implantação de duas culturas com beneficiamento já previsto, a mandioca e a soja. Segundo Alencar,

"[...] nós estamos aqui na região mais propícia para o desenvolvimento da mandioca [...] e está se instalando uma indústria de fécula grande, vindo de Santa Catarina para cá para a produção do amido da mandioca. E então, estamos também atraindo investidores na área da soja, até porque nós temos que aproveitar a implantação do porto graneleiro, que está sendo implantado em Porto Velho e que vai levar esta soja via Atlântico aí para os países compradores de soja e nós, aproveitando a facilidade que nós temos [...] de ter o rio Guaporé e Mamoré navegável o ano todo e que pode trazer calcário da região de Cárceres, onde tem o calcário melhor para soja, nós vamos trazer este calcário para cá, para daqui comercializar para Humaitá, que é onde está se desenvolvendo a soja, já em função do porto graneleiro de Porto Velho, e ao mesmo tempo, na medida em que nós vamos estar com este calcário aqui, plantar esta soja. Então essas duas culturas, a soja e a mandioca, inicialmente, vai fazer com que a gente possa desenvolver

aqui a agroindústria e permitir que a gente dê uma sustentação econômica ao município, aproveitando os incentivos que a Área de Livre Comércio dá para a indústria mais voltada para esta área”.

E a respeito do dinheiro do Planafloco que chegou a Guajará-Mirim, Bennesby coloca:

“Eu já fui prefeito durante 10 anos aqui, e durante esses 10 anos chegou 1.000 reais. Está ouvindo o que estou falando? 1.000 reais. Eu acho que você tem esse dinheiro em seu bolso. É, só isso! Nada mais vem para cá, não vem ajuda nenhuma se não para os seringueiros, uma Picape, e nada mais”.

Como pode ser visto, representantes do governo e do empresariado não são favoráveis ao extrativismo, mas sim à agropecuária e à monocultura que, em se considerando os solos pobres da Amazônia, não são favoráveis à conservação do meio ambiente, da floresta, e até mesmo dos solos. O Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia caracteriza a região de Guajará-Mirim como zona de ecossistemas muito frágeis, que requer proteção e manejo ambiental constantes; zona destinada ao desenvolvimento de atividades agrícolas consorciadas em sistemas agro-silvo-pastoris; e zona de desenvolvimento do extrativismo vegetal com manejo de recursos florestais, sem que sejam alterados os ecossistemas (Brasil, 1988). Portanto, o cultivo da soja e da mandioca em larga escala não está de acordo com as especificações do Zoneamento do estado, mas mesmo assim, é uma das metas do governo municipal.

Apesar da falta de apoio e de credibilidade do extrativismo para a manutenção econômica dos habitantes da região e a despeito de todos os problemas que vem enfrentando, a Reserva do Ouro Preto está conseguindo, ou pelo menos tentando, manter seus moradores sem que estes precisem periodicamente sair da Reserva para a sobrevivência. A ‘acomodação’, conforme sugeriu Bennesby, aparece mais como um ponto positivo do que negativo para os habitantes da Reserva. Significa que o homem amazônico, ou aqueles que migraram para a Amazônia e que desenvolveram uma

tradição extrativista através das várias gerações que praticaram esta atividade, está conseguindo se fixar em algum lugar, mesmo em face das dificuldades que vem enfrentando. Além disso, é igualmente significativo o próprio fato dos seringueiros terem se unido e formado uma Associação capaz de conseguir apoio em âmbito nacional e internacional, bem como ordenar uma categoria tão ampla e dispersa, dispersa inclusive no sentido físico, em virtude das grandes distâncias que os separam uns dos outros.

Alencar, por sua vez, colocando que não há “perspectiva de se voltar ao extrativismo”, deixa claro sua posição em favor do ‘desenvolvimento’, tendo este um sentido similar ao usado pelas políticas públicas das décadas de 60 e 70, ou seja, o progresso social surgindo como uma consequência do econômico-desenvolvimentista. Nesta direção, apresenta a monocultura como opção para o crescimento econômico do município, quando o Zoneamento já demonstrou que os ecossistemas da região são frágeis. Restará posteriormente lidar com os impactos ambientais que serão inevitavelmente causados, tal como Rondônia já vem fazendo desde que os projetos de colonização geraram um desmatamento espantoso em um relativamente curto período de tempo.

Castro e Andrade (1988) estabeleceram três operações ideológicas escondidas na noção de impacto ambiental dos projetos hidrelétricos, que podem ser pensadas no caso deste projeto agrícola desenvolvimentista que será implantado no município de Guajará-Mirim. A primeira delas aparece quando se analisa a implantação dos projetos hidrelétricos. A obra já aparece como fato consumado, imutável, ao qual cabe apenas aceitar e se adaptar. Mesmo se já fosse de domínio público o impacto que o projeto causará, é muito difícil demover o governo de sua intenção original. A segunda operação ideológica é aquela que considera as populações impactadas como parte do ambiente em que se fará a obra. As partes afetadas não são consultadas e somente se vêem opções para a minimização dos impactos negativos. A última operação ideológica é aquela em que se escondem as dimensões políticas dos projetos. O Estado passa a ser identificado como a "sociedade" brasileira em geral, e as diversas

sociedades são apenas objetos do Estado. A obra passa a ser um acontecimento natural e inevitável. Com isso, a noção de ambiente e de impacto ambiental é incorporada pelo arsenal ideológico do Estado, escondendo processos de dominação política.

Além desses fatores, a afirmação de Alencar e de Bennesby ainda evoca uma análise a respeito do papel do extrativismo na sociedade moderna. Não se trata de uma possível retomada daquela situação da Segunda Guerra Mundial, onde a borracha se fazia extremamente importante, ou logo depois, com a política protecionista do Governo, que valorizava o produto nacional. Mas, atualmente, o extrativismo se recoloca não só como uma atividade econômica, mas como uma atividade que talvez possibilite a manutenção de populações tradicionais amazônicas em seu *habitat* natural, protegendo ao mesmo tempo o meio ambiente e mantendo a floresta.

Para que seja sustentável, o extrativismo deve ser conjugado com outras atividades compatíveis, como a agricultura familiar, a criação de animais domésticos, ou até mesmo a apicultura, atividades estas capazes de manter o seringueiro nos períodos em que não é possível colher a seringa. Dessa forma, ele pode usufruir dos recursos naturais da região, de modo que outras gerações também o possam fazer. É por esta razão que concordamos com a afirmativa de Alencar. Já não se pode voltar ao tempo em que a borracha brasileira era protegida por lei, ou em que havia a necessidade de toda a borracha disponível como por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com os Soldados da Borracha. E, apesar de ter sido economicamente valorizada, não o era em termos sociais, haja visto as péssimas condições de trabalho oferecidas ao seringueiro daquela época, se comparadas com as atuais. Hoje, ele já ‘possui’ o seu pedaço de terra, onde pode garantir, em princípio, o sustento de sua família, trabalhando nas atividades e nos horários que achar necessário, sempre respeitando as determinações do Estatuto da Reserva.

Nesse sentido, as entrevistas contribuíram para demonstrar a representação que os seringueiros fazem sobre o desenvolvimento

sustentável, mesmo que se referindo a este conceito de forma indireta. Nos relatos, pôde-se perceber que eles sabem quais são os limites que podem chegar na utilização dos recursos da Reserva, tendo consciência de que se deve usar com critério para que as gerações futuras também possam deles se utilizar.

“É eles [os seringueiros] preservam a natureza justamente prá deixar pros filhos, netos, né? Eles, na época da seringa, que nem o mês de agosto, que é um período que, quando, por exemplo, quando faz muito frio aqui, eles não vão cortar seringa, porque se na época que faz frio eles forem cortar seringa, sai muito leite, então isso prejudica ela para o próximo ano [...] Eles [os seringueiros] têm consciência que se eles acabarem com a mata, né, mais tarde isso aí vai ser prejudicial para a própria família que vem depois, os netos...”

Miriam, professora da Reserva, esposa do seringueiro Ademir de Melo Uchoa.

“É o plano de utilização da Reserva, que aí então ela, ele rêge todas norma legal da gente trabalhá aqui dentro. Que a gente tem 5% da área só que a gente véve prá gente desmatá. Mas isso é só quem meche com roça. [...]

[A orientação da Associação é] só prá gente não estragá ela [a seringueira], tê um controle. Que mais cedo ou mais tarde ela sempre vai beneficiá a gente, né? Então, cada um zela pel’aquilo que ele tem, prá usá mais tempo.”

Aldemor Santos Ribeiro, colocação Novo Planeta, Sepetiba.

“Eles [a Associação] num querem qui a gente desmate muito porque mais tarde vai fazer falta.”

Napoleão Rodrigues Messias, sítio Paz e Amor, N. Sra. dos Seringueiros.

A fala dos líderes da Associação também indica que o conceito de desenvolvimento sustentável está presente:

“[...] a gente tá desenvolvendo criação de pequenos animais, inclusive, anteriormente, eu com a minha família a gente não criava e já hoje a gente tá iniciando criá galinha, pato, porco. Então já são outras alternativa que vem melhorá a qualidade de vida nas Reserva, né, não só a nível de melhoria, como também preveni o nosso futuro, que se

tembém a gente fô vivê só dependeno da caça do mato a gente vai findá chegano uma ocasião que a gente não vai tê mais caça prá caçá. Então também, como nós moramos na Reserva, já é um meio da gente preservá a própria natureza, a própria vida dos animais que vive dentro da Reserva.”

Luciano Lima Carneiro, colocação Bela Palmeira em Floresta, representante da Reserva junto ao CNS.

“Na qualidade de vida melhorou muito, porque hoje o seringueiro tem mais um repouso na Reserva, porque ele tem aqui, ele tem professor, tem um enfermeiro, tudo isso hoje existe dentro da Reserva, e nos patrão não existia. Se o cara adoecesse lá, tinha que vir para a cidade, dá seu jeito de vim. Hoje num precisa mais.”

Messias Ramos, Tesoureiro da Associação, colocação Cajueiro 2, Floresta.

Alguns relatos, como o do seu Assis Figueiredo, da Colocação Nova Vida, na comunidade Divino Espírito Santo, mostram claramente os efeitos benéficos da ação pedagógica da Associação:

“Quanto mais a gente abre a Reserva [desmata] aí vai ficando mais espaço né, devido ao sol, essas coisa assim, os bicho afastam, os animais afastam, acaba, né? Aí no futuro num vai tê. Porque morre também, nesse negócio de desmatção, morre muitos animais, né, é isso que a gente num qué dentro da Reserva. Nós qué mais é preservá ela que é prá gente tê mais também um apoiózim e que a gente num tá tendo também é sobre madereiro. Madereiro na nossa Reserva tá entrando também e a gente num tá tendo apoio, isso aí a gente num tá tendo apoio. A gente vem aqui [em Guajará-Mirim], procura a justiça e a justiça faz é dá as costa prá gente. O que que a gente pode fazê, né?”

Assis Figueiredo, colocação Nova Vida, Divino Espírito Santo.

Essa consciência parece se refletir também no modo como os seringueiros se vêem hoje. Eles, em sua maioria, são orgulhosos do reconhecimento que conseguiram junto ao governo estadual e federal, e a nível internacional. A liberdade que conseguiram em relação aos antigos seringais também é um fator importante nesta questão, bem como a liberdade de escolher o que plantar, escolher para qual atividade se dedicar, escolher a jornada de trabalho, para quem vender, de quem comprar. Todos

esses fatores contribuíram para uma maior valorização da própria classe, e para a descoberta da própria cidadania como mostram os relatos que se seguem.

“Não, hoje ele [o seringueiro] se sente com mais garra, porque hoje ele, como se diz, que naquele tempo você não ouvia falar em nome de seringueiro, e hoje você vê falar em nome de seringueiro em toda parte do nosso Brasil. O seringueiro hoje já tem o nome corrido, conhecido, conhecido por várias pessoas, por vários órgãos, e naquele tempo não tinha não. [...]

Ah, o que melhorô? Melhorô muita coisa, melhorô muita coisa porque naquele tempo o seringueiro não sabia o que era televisão, ele num conhecia o que era um rádio amador, né. Hoje o seringueiro tá lá, ele conhece o que é uma televisão, conhece o que é um rádio amador e também a Associação, a oportunidade dela é muito mais melho, porque ela tem carro prá levar, carro prá trazer seringueiro, tudo isso. E naquele tempo não tinha, de maneira nenhuma.”

Messias Ramos, Tesoureiro da Associação, colocação Cajueiro 2, Floresta.

“Eu acho que os seringueiros hoje se sente mais feliz porque são libertos e tem todas, é, como se diz, toda a sua vontade de fazer aquilo que ele quer. Isso prá nós foi muito bom. Eu acho que tenho orgulho nessa parte e que a gente hoje vai prá qualquer parte do país que seja Brasil, e é reconhecido [...]

Osmar Lourenço da Silva, colocação Maria da Fumaça, Floresta.

“ Teve uma grande mudança, sabe porque, antigamente as pessoa tinha vergonha di dizê qui era siringuero pr’uma autoridade qualquer, as pessoa si acanhava. Hoje em dia não, já tem um apoio da Associação dos Siringuero, né, foi fundada, e a pessoa já tem o apoio das autoridade, as autoridade dentro de Guajará-Mirim apóia o seringueiro totalmente. E fora, Brasília, estrangeiro mermo apóia, a gente sente qui ele apóia, ele senti prazer de chegar e conversar com a gente aqui dentro da Reserva.”

Aldacír Gomes dos Santos, colocação Maloca, Divino Espírito Santo.

“Eu tô achando que hoje em dia o seringueiro se valoriza mais, a vista do que era antigamente [...].”

Napoleão Rodrigues Messias, sítio Paz e Amor, N. Sra. dos Siringueiros.

“O seringueiro [...] ele se acha liberto. Ele, se fô possível, ele planta, é dele. Se ele vendê, é dele. E antigamente, a gente trabalhava com patrão, aí chegava dizia: ‘eu vô m’imbora, o patrão compra o que é meu?’, e [ele] disse: ‘leva’. Viu? E ninguém pode carregá, por exemplo, uma plantação nas costa. Quer dizer que hoje em dia não, a gente já pode dizê: é meu. Quer dizer que eu posso vendê o que tem em cima da terra. O que num posso vendê é a terra, porque a terra, a União, ninguém pode vendê. Mas o que tem em riba da terra pode sê indenizado.”

Francisco Eleotério dos Santos, colocação Sapezal, em Floresta.

Contudo, eles também apontam o cansaço dos anos de luta, o peso dos anos de trabalho e das dificuldades que enfrentaram durante a vida. Muitos demonstram a vontade de dar uma ‘vida melhor’ para os filhos, termo frequentemente usado em se referindo a empregos na cidade, como mostram os relatos que se seguem.

“Ó, minha mãe, até hoje ela corta seringa, nunca teve nada, não tem nada. E ais vez até gente que tem outros emprego vive bem de vida. E os seringueiro nunca vive bem de vida.”

Francisco Batista de Souza, colocação Nova Serrinha, Sepetiba.

“Até eu penso mais em mudá de vida, tô meio cansado já dessa vida. [...] Nunca ela oferece assim um dia melhó prá gente, a gente pensa que a rotina vai permanicê todo tempo aquela mesma. Se a gente num procurá outro ramo de vida, eu, a gente vai se envelhecê, cumo a gente já se sente assim, né, o tempo passa e a gente cuntinua naquela mesma rotina. [...]

Sabendo controlar a gente dá de vivê tranqüilo, sem se preocupar com o dia de amanhã, dizê: ‘Ah! Será qui amanhã eu tenho o qui comê, eu tenho dinheiro?’ Não, se fô uma pessoa controlada, sabendo trabalhá, ele nunca falta nada.”

Aldair Gomes dos Santos, colocação Maloca, Divino Espírito Santo.

“Eu gostaria muito de que meus filho dividissem o trabalho, um exercê alguma função mais diferente que não seja a que eu levo aqui, a que eu faço, porque eu acho que prá mim eu acho bom essa vida, mas também

tem o momento difícil prá mim, principalmente que hoje em dia eu tô ficando velho e tem coisas , tem trabalhos que eu num posso mais infrentá dividido a algum problema di doença.”

Napoleão Rodrigues Messias, sítio Paz e Amor, N. Sra. dos Seringueiros.

“O que eu penso [do futuro] dos meus filho, eles estudá muito e não sofrê tanto o que a gente sofre. Porque ocê sabe, antigamente num existia escola, eu graças a Deus sei esse poquim porque a gente faz muito esforço. Antigamente ocê sabe, só estudava aquilo que era filho de papai, né? E hoje em dia tem muita facilidade hoje, a pessoa num aprende se não quizé mesmo. Eu quero vê que meus filho, que seje uma pessoa sabida, prá num trabaiá tanto assim que eu trabaio, que seje mais fácil prá eles, né?”

Manoel dos Santos, colocação Fumaça 2, Floresta.

“[...] Quem vêve na Reserva, ele não vêve a vida, ele passa pela vida porque num conhece as ôtas coisa de futuro. [...] Porque a Reserva ela é boa, não existe menor dúvida, né, mais muitas coisa a pessoa num aprende lá não. É bastante dizê mesmo que ela é uma Reserva: é uma Reserva, é mato.”

Messias Ramos, Tesoureiro da Associação, colocação Cajueiro 2, Floresta.

Como se pôde perceber, há ambigüidades não só quando se compara a época dos patrões com a das Reservas, na qual os seringueiros afirmam que preferem a época anterior embora apontem com orgulho as melhorias do período atual. Ocorre também quando se aborda o futuro. Apesar de estarem orgulhosos da atividade que exercem, e de até acharem a Reserva ‘boa, sem a menor dúvida’, parodiando o seu Messias, o que se procura é uma ‘vida melhor’, que freqüentemente está associada à cidade. E ao mesmo tempo em que se queixam das dificuldades, colocam que ‘sabendo trabalhar nunca falta nada’, conforme afirmou seu Aldacir.

Tal contradição parece ser fruto da melhoria da qualidade de vida que se experimentou a partir da criação das Reservas. O acesso à educação e aos bens de consumo contribuiu para a abertura de um novo mundo para os seringueiros, um mundo que eles não conheciam e que agora desejam ter acesso. Mas, se por um lado, se criou o desejo de ter bens a que não tinham

acesso, característica que parece ser negativa pois gera a vontade de sair da Reserva, por outro mostra o aumento da qualidade de vida que houve e que ainda poderá haver. Essa característica apenas parece ser negativa sendo que na verdade não o é, já que vem para mostrar a verdadeira condição dessa classe, e com isso, permitir a continuação da luta por uma vida melhor. Agora, melhor sabendo da sua condição frente ao mundo, o seringueiro pode pensar no que pode ser feito para melhorar sua vida. O que a Associação precisa trabalhar é justamente no sentido de mostrar que a solução não é tanto sair da Reserva, mas sim, trabalhar para aprimorar as mudanças até então adotadas de forma a possibilitar cada vez mais benefícios para os moradores. Alguns dos seringueiros entrevistados inclusive já demonstram a satisfação por estar na Reserva, como pode ser percebido no relato do seu João Chaves, transcrito na página 27, no qual ele afirma que quer envelhecer na Reserva, e nos relatos a seguir:

“Bom, eu gostaria de ficá aqui mermo trabalhando na roça, porque na cidade, eu tenho muito medo da cidade. Eu já exumentei [experimentei] umas duas veize, acabo teno é prejuízo. [...] Eu acho que na agricultura tô melhó.”

João Chaves de Oliveira, colocação Boca do Pompeu, N. Sra. dos Seringueiros.

“Eu acredito que nós, principalmente eu, tenho na mente, tenho no pensamento de podê criá meus filho na Reserva, né, e tê um dia melhó, pelo meno tê uma residência, um meio de transporte, uma condição que venha binificiá a nossa classe sem a gente tê assim tanto prejuízo. Na realidade, hoje, a gente, na questão do meio de transporte citano o lago do Pompeu a Guajará-Mirim, se nós fossemos pagá transporte, que hoje nós temos o nosso caminhão, temos o nosso Toyota, se nós fossemos pagar um transporte particular, sairia na média de 70 reais, então seria uma coisa muito difíci é pro próprio seringueiro tê aquilo em mão, né, que na realidade o seringueiro hoje não tá tendo condições com as dificuldades até mermo de sobrevivê e sobrá um dinheirinho pr’ele comprá uma roupa.”

Luciano Lima Carneiro, colocação Bela Palmeira em Floresta, representante da Reserva junto ao CNS.

“O que falta prá nós ficá feliz aqui é tê uma ajuda, porque nós sem ajuda nós num samo nada.”

Francisco Eleotério dos Santos, colocação Sapezal, em Floresta.

Apesar das dificuldades, a situação do seringueiro hoje é bem melhor do que a de antigamente. Em primeiro lugar, houve um aumento significativo em termos de qualidade de vida. Ao se considerar a situação em que viviam no período anterior, e tomando por base a realidade em que vivem, houve uma melhora expressiva nos níveis nutricionais, com a introdução do cultivo agrícola na Reserva, bem como com a criação de animais. Em consequência disso e pelo estabelecimento de postos de saúde nas comunidades, permitindo que as enfermidades mais simples sejam tratadas na própria Reserva, houve também um aumento qualitativo em termos de saúde. Outrossim, a diversidade produtiva está contribuindo para a permanência dos seringueiros na Reserva, fornecendo uma possibilidade impensável na época dos patrões, que é a de fixar residência.

A jornada de trabalho também foi bastante reduzida, contribuindo para a melhoria da saúde dos trabalhadores, e até para as relações familiares, na medida em que as pessoas estão com mais tempo disponível para o lazer. Isto é particularmente importante ao lembrarmos que os seringueiros eram obrigados a trabalhar em um horário muito extenso, que começava às duas horas da manhã e seguia até as seis horas da tarde. A mão-de-obra incluía também as mulheres e crianças, como mostrou o relato de Dona Francisca, moradora da colocação Paz e Amor, da comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros. Segundo seu relato, ela e o irmão, respectivamente com 15 (quinze) e 10 (dez) anos, eram obrigados a acordar de madrugada para colher seringa. Para tanto, utilizavam uma escada e uma poronga, instrumento usado para iluminação que se constituía de uma lamparina com um suporte para fixar na cabeça, mostrado na Figura 12 em Anexo. Muitos ficavam cegos pelo uso de tal instrumento, e a grande maioria acabava morrendo pelas condições de trabalho desfavoráveis.

Outro ponto importante que foi bastante aprimorado foi a educação, pois existem escolas em todas as comunidades e todas as crianças em idade

escolar estão estudando. Além disso, a Associação está implantando a alfabetização de adultos.

A qualidade de vida também melhorou em virtude do incremento em termos de infra-estrutura experimentado na Reserva. Como os próprios seringueiros afirmam, agora eles tem a liberdade de comprar e vender suas mercadorias de quem e para quem eles quiserem. Se for do seu desejo, eles podem também comprar e vender para a Associação, que em certa medida facilita, especialmente quando não se tem comprador para a borracha ou castanha, por exemplo. Além disso, houve uma certa estabilidade econômica dos seringueiros, fornecida pelas várias atividades a que se dedicam, e uma certa melhoria em termos de transporte, tanto terrestre quanto fluvial, embora este seja limitado, pois nem todos podem ter o seu próprio barco.

O presidente da ASROP, Jorge da Silva Costa, mostra os resultados do trabalho que a Associação está desenvolvendo, colocando que existe uma procura grande de famílias que desejam morar na Reserva, o que pode mostrar a atração que a Reserva exerce junto a outros seringueiros.

“Hoje, dentro da Reserva, nós conseguimos, as pessoa, vendo o nosso trabalho, tão voltando novamente prá área. Cada mês a gente vê que vai duas, três famílias prá dentro da Reserva. E isso, é nessa fase difícil que nós tamos, que é janeiro, fevereiro e março, são as fases mais difíceis de vivê dentro da Reserva. Mas mesmo assim, a gente todos meses vai família lá prá Reserva. Quando o tempo mesmo, que é o tempo de abril em diante, nós temo certeza de que voltar uma grande quantidade de famílias prá dentro da Reserva.”

E, para reforçar seu ponto de vista, Jorge coloca a grande força política dos seringueiros e a esperança dos seringueiros de melhorar sempre mais a qualidade de vida.

“O movimento do seringueiro hoje tá cada vez mais forte porque, hoje se o seringueiro não resolve a nível municipal, a nível estadual, nós vamo até Brasília, lutar pelo preço de borracha, lutar pela Reserva Extrativista. Então hoje o movimento se encontra bastante forte, bastante é, com expectativa grande. [...] Hoje o seringueiro, ele tá com

uma grande esperança do que eles tão vendo hoje, o interesse e as conquista que nós tamo fazendo pelo movimento. Você vê, hoje o movimento da Reserva são bastante organizado, com bastante força.”

O desenvolvimento que a Reserva está experimentando pode ser contemplado como sustentável, considerando-se as limitações regionais e locais, e o aumento na qualidade de vida. Outros fatores que contribuem para atestar esta conclusão são os relativos ao meio ambiente. A diversidade produtiva contribui para a exploração racional da floresta, na medida em que permite que as árvores seringueiras se regenerem, já que existem outras atividades para serem feitas além da borracha. Além disso, há também a potencialização dos recursos naturais sem prejuízo para o ambiente, pelo menos até agora, e em se considerando as práticas atuais.

A rotação de culturas e o consorciamento de cultivos são práticas que visam a diminuição dos impactos ambientais da agricultura, já que, segundo Flores & Nascimento (1992), os sistemas agrícolas são considerados frágeis se comparados com os sistemas naturais, e embora vise promover a capacidade produtiva da natureza, altera o ecossistema, tornando-o instável. Além disso, “qualquer exploração agrícola significa o rompimento do equilíbrio natural existente entre solo, ambiente e vegetação. Se esse rompimento se der bruscamente, com uso e manejo inadequados, todas as características físicas e químicas do solo se modificam, e sua capacidade produtiva se reduz” (Petrobrás, 1986, cap.1, p.3). Assim sendo, pode-se considerar a adoção dessas práticas como sendo não danosas para o meio ambiente, ou que visa a utilização do recurso, no caso o solo, por muitas gerações.

5 - E Quanto ao Futuro? (Reflexões Conclusivas)

Baseado em toda a análise feita anteriormente, faz-se necessário algumas considerações a respeito dos problemas a serem enfrentados para que o desenvolvimento sustentável que se experimenta no presente momento na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto seja duradouro.

A primeira questão é a respeito do número de sócios da Associação, atualmente em torno de 40, em um universo de 107 titulares de colocações. Se a Reserva está experimentando um progresso e uma melhoria na qualidade de vida dos seus moradores, e se esta melhoria está sendo intermediada pela Associação, porque nem todos são sócios? Este é um ponto importante a ser ponderado pois são os sócios que legitimam uma associação, e se ela está realizando um trabalho de conscientização com os seringueiros, poderia também conscientizar a nível de representatividade política.

O esforço da Associação para melhorar a qualidade de vida dos moradores está rendendo frutos e conquistas importantes, e as melhorias, ao contrário do que se poderia esperar, são socializadas. Ela busca atender a Reserva como um todo, e não apenas os sócios. Pode ser que com um maior número de associados, as melhorias sejam ainda maiores. Caso isso não ocorra, é muito provável que problemas futuros venham atrapalhar o desenvolvimento da Reserva.

Outro ponto importante é a respeito da dependência dos moradores com a Associação. Parece que o movimento dos seringueiros ficou concentrado no trabalho dessa instituição. A maioria da produção de borracha e castanha é comprada pela Associação, denotando uma certa dependência dos seringueiros, pelo menos em termos de comercialização e transporte de mercadorias. Os recursos para esta compra advêm de fontes externas, tanto nacionais quanto internacionais. Quando não há dinheiro, os

moradores praticamente não conseguem vender seus produtos extrativistas. Isto, a médio e longo prazo pode vir a comprometer a vida na Reserva.

Foi verificado também uma dependência da Associação frente aos recursos externos. É certo que estes contribuem de forma significativa para a fixação do seringueiro na floresta, através do desenvolvimento de projetos e atividades que ajudam na sua manutenção e na de sua família. Sem estes recursos, talvez nem seriam possíveis o estabelecimento de muitos dos programas que estão em funcionamento atualmente na Reserva. Contudo, deve-se atentar para o fato de que estes recursos podem um dia acabar. Quando isto ocorrer, os seringueiros devem já estar munidos de estratégias de auto-sustentabilidade, de forma que possam continuar sobrevivendo da mesma forma que antes e com a mesma capacidade de continuar sua busca por uma vida melhor.

Outra consideração a ser feita é sobre crescimento da agricultura. Os dados de produção atuais já demonstram uma certa tendência a se plantar mais concentradamente uma cultura, como vem ocorrendo com o café, o abacaxi e a mandioca. Os números destes cultivos são muito expressivos quando comparados com os outros produtos. Tal fato pode vir a ser uma fonte crescente de desmatamento, na medida em que a produção destas culturas ‘especializadas’¹⁵ for aumentando. A agricultura de autoconsumo é benéfica, e pode até gerar um certo excedente monetário. Contudo, na medida em que passe a almejar fundamentalmente o mercado, as conseqüências tanto ambientais quanto econômicas podem ser desastrosas para o futuro da Reserva e do desenvolvimento sustentável.

A questão da energia também deve ser analisada com cuidado. Apesar já existirem placas solares em todas as comunidades, como mostra a relação dos equipamentos da Reserva em Anexo, quase toda a energia utilizada é adquirida no mercado da cidade, sendo este um dos únicos gastos monetários dos moradores. Tal fato nos leva a pensar que talvez a Reserva

¹⁵ Especializadas se refere, neste caso, à tendência a se plantar mais um certo cultivo do que outro. Poderia ser um início de uma monocultura, que é prejudicial especialmente pelos solos da Reserva não possuírem grande aptidão agrícola.

experimente um desenvolvimento sustentável, mas não seja auto-sustentada. Para ser auto-sustentada ela deveria gerar sua própria energia, já que os inúmeros frutos que a floresta possui faz com que a extração de óleo seja uma opção bastante viável, tanto para o autoconsumo quanto para ser comercializado. Este é um dos assuntos que a Associação poderia se dedicar, através da busca de incentivos e do desenvolvimento de programas junto com os seringueiros.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, sabemos que este, por si só, não é absoluto, mas atua sempre em relação à situação específica que se está vivendo. Retomando a colocação de Pires (1996), de que este conceito é ainda emergente, e é baseado mais em um desagrado com a situação atual do que na apresentação de soluções concretas aos problemas ecológicos, vemos que isto não é totalmente verdade para o caso da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.

O desenvolvimento sustentável realmente parece ser um conceito emergente e que se constrói por mediação. Esta ocorre na medida em que se tem desenvolvimento na Reserva, sendo sustentável mas talvez não auto-sustentável, já que se faz necessário a utilização de insumos químicos (como remédio para formigas), e outras práticas ainda indispensáveis (como o uso de gasolina e diesel) mas que implicam em uma certa dependência.

A dualidade do conceito também se dá no sentido de que toda atividade produtiva degrada de alguma forma o meio ambiente, por menos que seja. Portanto, práticas não degradantes são sempre colocadas em referência a outras que degradam mais. Todavia, apesar de ser um conceito emergente, como colocou Pires, o desenvolvimento sustentável da Reserva em estudo é uma situação concreta, aonde se verifica um aumento significativo na qualidade de vida, ao mesmo tempo em que se evita o desmatamento desmedido da floresta, como ocorre em outras áreas da Amazônia que não estão protegidas sob a forma de Reservas Extrativistas.

A questão da diversidade é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável. Na Reserva, como foi colocado anteriormente, ela atua em dois sentidos: tanto no que se refere ao conjunto

das atividades produtivas, quanto aos produtos que estão mais voltados para o mercado. Nas duas situações se experimenta a diversidade e o fato de um produto ser voltado para o mercado não implica necessariamente em ser não-sustentável. A comunidade do Divino Espírito Santo se constitui em um bom exemplo, pois mesmo sendo o segundo maior produtor de café, possui uma ampla e equilibrada produção.

A visível melhoria na qualidade de vida também concorre para o desenvolvimento da área. O acesso à educação, saúde, bens de consumo, meios de transporte, a uma infra-estrutura que permita uma vida cada vez mais digna, e a adoção de práticas que visam a preservação dos recursos naturais ao longo do tempo (como a rotação e o consorciamento de culturas) está transformando a Reserva em um lugar onde o seringueiro pode, cada dia mais, exercer seu lado de cidadão, ter o seu espaço, um lugar para sua família viver em paz.

A questão da cidadania é mais um dos reflexos positivos do desenvolvimento sustentável na Reserva, atingindo diretamente os seringueiros, como foi demonstrado através das entrevistas colhidas na pesquisa de campo. A força do associativismo e do Movimento dos Seringueiros está permitindo o resgate da idealidade perdida nos longos anos de semi-escravidão da 'época dos patrões'. Além disso, o movimento está permitindo a construção de novas relações sociais frente ao poder e à própria visão dos seringueiros de sua realidade, de sua condição de trabalhador e cidadão, contribuindo assim para o surgimento e consolidação de um novo modelo de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, demonstrado através dos dados aqui apresentados, representa o resgate das raízes deste povo, de sua cultura, a manutenção do saber fazer tradicional. O extrativismo, sob a forma de Reservas Extrativistas, provou ser um poderoso aliado tanto na preservação das raízes e da cultura dos seringueiros, quanto na fixação do homem à terra. E neste ponto, a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto representa um avanço significativo pois parece ter conseguido o que os projetos de colonização em Rondônia não

alcançaram. Certamente, a continuidade do desenvolvimento desta Reserva pode nos indicar um cenário muito diverso do que seria aquele caso uma monocultura tal como a soja fosse introduzida na região, como é o desejo de algumas lideranças políticas locais. E os efeitos econômicos, sociais e culturais da monocultura são fartamente conhecidos.

BIBLIOGRAFIA

- ACCARINI, José Honório (1987) **Economia Rural e Desenvolvimento: Reflexões sobre o Caso Brasileiro**. Ed. Vozes, Petrópolis.
- ALLEGRETTI, Mary Helena (1994) **Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia** *in O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*, Anthony Anderson et al, Editora Relume-Dumará, Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, Curitiba, Paraná, pp. 17-47.
- ALVES, Alaor C. (1987) **Sociedade Civil e Estado** *in Estado e Ideologia: Aparência e Realidade*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- ASROP (1996) **Ata de Fundação da Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto - ASROP**, em 11 e 12 de agosto (Mimeo).
- AURÉLIO (1996) **Dicionário Aurélio Eletrônico**. Versão 2.0, Ed. Nova Fronteira.
- BENNESBY, Moysés (1993) **Projeto Território Federal Ecológico do Guaporé**. Brasília.
- BRASIL, Governo do Estado de Rondônia (1988) **Primeira Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO**; Decreto n° 3782 de 14 de junho de 1988, Mapa n° 1.
- BRASIL, Ministério do Interior (1990) **Projeto para Implantação da Área de Livre Comércio, Guajará-Mirim - ALCGM, Rondônia**. Secretaria-Geral Adjunta de Planejamento, Secretaria-Geral, Secretaria da Amazônia (Mimeo).
- BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

- Desenvolvimento (1991) **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Cima, Brasília.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. (1995) **Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Ouro Preto: Rondônia**. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Brasília.
- BROWDER, John O. (1990) **Extractive Reserves Will Not Save Tropics**. Viewpoint, BioScience - American Institute of Biological Sciences, vol. 40 nº 9, october.
- BUTTEL, Frederick H. (1987) **New Directions in Environmental Sociology**. Annual Review of Sociology, 13:465-488.
- CMMAD Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987) **Our Common Future**. , Oxford University Press, Great Britain.
- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) **Nosso Futuro Comum**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- CALVENTE, Átila Torres (1980) **Formações não Capitalistas no Movimento de Ocupação da Amazônia: Colonização Agrícola em Rondônia - 1970/1980**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de Economia, Brasília.
- CASTRO, Eduardo V. de & ANDRADE, Lúcia M.M. de(1988) **Hidrelétricas do Xingu: o Estado Contra as Sociedades Indígenas in As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. Santos, Leinad Ayer O. & Andrade, Lúcia M. M. de (organizadoras); Comissão Pró-Índio de São Paulo, pp. 7-23.
- CUNHA, Euclides (1941) **À Margem da História**. 5ª Edição, Porto, Lello & Irmão.
- CNPT (1997) **Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto: Antropismo, Pedologia, Geologia, Geomorfologia, Imagem de Satélite - Mapas**.

- Centro de Sensoriamento Remoto - CSR, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, (Mimeo)
- DEMO, Pedro (1994) **Política Social, Educação e Cidadania**. Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico. Ed. Papirus, Campinas.
- DOIMO, Ana Maria (1995) **A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70**. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- DUBOIS, Jean C. L. (1990) **Manejo de Florestas Tropicais e Sistemas Agroflorestais**. Anais do 1º Simpósio sobre Conservação Ambiental e Desenvolvimento Florestal no Cone Sul. De 26 a 29 de maio, Foz do Iguaçu, Paraná, pp. 164-179.
- FARSHAD, A. & ZINCK, J. (1993) *Seeking Agricultural Sustainability in Agriculture, Ecosystems and Environment*, 47(1993) 1-12, Amsterdam.
- FEARNSIDE, Philip Martin (1989) **A Ocupação Humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento**. Assessoria Editorial e Divulgação de Pesquisa, Programa Polonoroeste, Relatório de Pesquisa número 5, SCT/PR, CNPq, Brasília.
- FLORES, M. X. & NASCIMENTO, J. C. (1992) **Desenvolvimento Sustentável e Competitividade na Agricultura Brasileira**. Embrapa - SEA, Brasília.
- GARCIA, Jr. (1983) **Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores**. Ed. Paz e Terra, Coleção de Estudos sobre o Nordeste, Vol. 8, Rio de Janeiro, 236p.
- GRZYBOWSKI, Cândido (1987) **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Ed. Vozes, Fase, Petrópolis.
- GUIVANT, Julia Silvia (1995) **A Agricultura Sustentável na Perspectiva das Ciências Sociais in Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais**, (vários autores). São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 99-133.

- IBGE (1989) **Geografia do Brasil: Região Norte**, volume 3, Rio de Janeiro.
- _____ (1991) **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - Rondônia e Acre**.
- IANNI, Octávio (1978) **A Luta pela Terra: História Social da Terra e da Luta pela Terra numa Área da Amazônia**. Coleção Sociologia Brasileira, volume 8. Editora Vozes, Petrópolis.
- _____ (1979) **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Ed. Civilização Brasileira, 3ª Ed., Coleção Retratos do Brasil, Volume 1983, Rio de Janeiro.
- _____ (1979a) **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Ed. Vozes, Petrópolis, Coleção Sociologia Brasileira, vol. 11, 140p.
- LAFLEUR, James e BRYON, Eliane (1993) **Produção e Comercialização para as Reservas Extrativistas: Alto Juruá, Chico Mendes, Rio Cajari e Ouro Preto**. Sociedade para o Desenvolvimento Técnico-Ecológico - ECOTEC, Recife, Pernambuco.
- LEONEL, Mauro (1991) **Colonos Contra Amazônidas no Polonoroeste: Uma Advertência às Políticas Públicas in Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 anos Depois**. Philippe Léna e Adélia Engrácia de Oliveira (orgs.), Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, Belém, pp. 319-329.
- LISBOA, Pedro L. B. (1990) **Rondônia: colonização e floresta**, Programa Polonoroeste: relatório de pesquisa número 9, CNPq, AED, Brasília.
- MALLOY, James M. (1970) **Bolívia: The Uncompleted Revolution**. University of Pittsburgh Press, United States of America.
- MENEZES, Mário Assis (1994) **As Reservas Extrativistas como Alternativa ao Desmatamento na Amazônia in O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**, Anthony Anderson et al, Editora Relume-Dumará, Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, Curitiba, Paraná, pp. 49-72.

- MILLIKAN, Brent (1994) Levantamento Sócio-Econômico da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Relatório Técnico. Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais (IEA), Porto Velho, Rondônia.**
- MINDLIN, Betty (1985) Nós Paiter - Os Suruí de Rondônia, Ed. Vozes, Rio de Janeiro.**
- MINTER (1974) A Malha Urbana do Território Federal de Rondônia. Ministério do Interior, convênio UnB/SUDECO.**
- MIRANDA NETO, Manoel J. de (1979) O Dilema da Amazônia. Editora Vozes, Petrópolis.**
- MOURA, Margarida Maria (1986) Camponeses. Série Princípios nº 52, Ed. Ática.**
- MUELLER, Charles Curt (1979) Diagnóstico e Perspectivas para o Território Federal de Rondônia, convênio FUB/ MINTER-SUDECO-Rondônia, volume I, Brasília.**
- NASCIMENTO, José Rente (1990) Economia Florestal na América Latina. Anais do I Simpósio sobre Conservação Ambiental e Desenvolvimento Florestal do Cone-Sul. De 26 a 29 de maio, Foz do Iguaçu, Paraná, pp.77-101.**
- NEGRET, Rafael (1994) Na Trilha do Desenvolvimento Sustentável: Ecologia, Natureza e Sociedade. Instituto Transdisciplinar de Desenvolvimento Sustentável, Alto Paraíso.**
- NUNES, José M. de Souza (1985) Real Forte Príncipe da Beira. Fundação Odebrecht, Editora Spala, Salvador.**
- OFFE, Claus (1994) A Democracia contra o Estado do Bem-Estar? in Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política.**
- PEARCE, David; BARBIER, Edward & MARKANDYA, Anil (1990) Sustainable Development: Economics and Environment in the Third World. Edward Elgar Publishing, Inglaterra.**

- PERDIGÃO, Francinete & BASSEGIO, Luiz (1992) **Migrantes Amazônicos: Rondônia: a trajetória da ilusão**. Edições Loyola, São Paulo.
- PETROBRÁS (1986) **Projeto Preservação do Solo**. Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, N. L. e LEÃO, M. A. C. de Sá (1989) **Avaliação "Ex- Post" do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - Polonoroeste, C.A.A./SEPES/SEPLAN-PR**, (Mimeo).
- PINTON, Florence & EMPERAIRE, Laure (1992) **L'extractivisme en Amazonie brésilienne: Un système en crise d'identité**. Les Cahiers des Sciences Humains, 28 (4), 685-703, Paris.
- PIRES, Mauro Oliveira (1996) **Desenvolvimento e Sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia/UnB, Brasília.
- RANCY, Cleusa Maria Damo (1981) **Sociedade Acreana: Elementos Formadores - 1870-1912**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC - Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- REIS, Arthur César F. (1953) **O seringal e o seringueiro**. Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, C. M. (1994) **Estado e Seletividade de Políticas Públicas: Uma Abordagem Teórica e Evidências Empíricas ao Nível da Política de Extensão Rural no Brasil**. Tese de Doutorado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
- ROMEIRO, Ademar R. (1992) **Agricultura e Ecodesenvolvimento in Ecologia e Desenvolvimento**. Dália Maimon (org.), APED, Rio de Janeiro, pp. 207-233.
- SACHS, Y. (1981) *Initiation a L'Écodéveloppement* Privat Editeur, Toulouse, França.
- _____ (1986a) **Espaço, Tempo e Estratégias de Desenvolvimento**. Editora Vértice, São Paulo.

- _____ (1986b) **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Editora Vértice, São Paulo.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1987) **O Caráter dos Novos Movimentos Sociais *in* Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul**, Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke, Editora Brasiliense, pp. 35-53.
- SCHMIDT, B. V. & FARRET, R. (1986) **A Questão Urbana**. Coleção Brasil: Os Anos de Autoritarismo, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro
- SILBERLING, Louise (1991) **Extractive Reserves**. BioScience - American Institute of Biological Sciences, vol. 41 n° 5, pp. 285-286, May.
- TELLES, Vera da Silva (1987) **Movimentos Sociais: Reflexões Sobre a Experiência dos Anos 70 *in* Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul**. Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke, Editora Brasiliense, pp. 54-85.
- TIEZZI, E. (1988) **Tempos Históricos, Tempos Biológicos. A Terra ou a Morte: os problemas da nova ecologia**. Ed. Nobel, São Paulo, 204p.
- TOURAINÉ, Alain (1989) **Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina**. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- _____ (1995) **Pensando os Movimentos Sociais Neste Final de Século XX**. Entrevista dada a José Rafael Nunes e Geraldo Luiz De Mori, Cadernos de CEAS, n° 159, setembro/outubro, pp. 27-37.
- VERMULM, R. (1985) **Os Planos de Desenvolvimento no Brasil**. Dissertação de Mestrado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Brasília.
- VIOLA, Eduardo & MAINWARING, Scott (1987) **Novos Movimentos Sociais: Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina *in* Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul**, Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke, Editora Brasiliense, pp. 102-188.

- VIOLA, E. & LEIS, Hector R. (1995) **A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável** in “Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável”, Daniel Joseph Hogan e Paulo Freire Vieira (org.), Coleção Momento, Editora da Unicamp, Campinas.
- WAWZYNIAK, João Valentin (1994) **Rondônia - Reserva Extrativista do Ouro Preto: Transformações nas formas de apropriação da natureza e estratégias de sobrevivência** in **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**, Anthony Anderson et al, Editora Relume-Dumará, Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, Curitiba, Paraná, pp. 151-163.
- WWF, Fundo Mundial para a Natureza (1991) **Cuidar la Tierra: Estrategia para el Futuro de la Vida**. Comissão Mundial para a Natureza (UICN), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNMA). Gland, Suíça, outubro.
- _____ (1993) **Uso Sustentable de los Recursos Naturales: Conceptos, Problemas y Criterios**. Documento de discussão, agosto, (Mimeo).
- YOUNG, Anthony (1989) **Agroforestry for Soil Conservation**. CAB International Council for Research in Agroforestry, Reino Unido.

ANEXOS

ANEXO I

Lista dos Seringueiros por Comunidade

TABELA DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA DO OURO PRETO

*Segundo o CADASTRO DE MORADORES
Feito pela Associação de 01/06 a 5/8/96*

LEGENDA:

█ Marca a divisão entre as comunidades.

█ Entrevistas feitas pela Beth em 1996.

█ Entrevistas feitas por mim em 1997.

OBSERVAÇÕES:

1 - Os que estão sem número, foram entrevistados pela Beth, mas não constam do cadastro.

2 - O Luciano, apesar de não constar no cadastro, foi por mim entrevistado e se encontrava em sua colocação.

NOVA COLÔNIA	01	Jorge Nunes Oliveira	Bahia Rica 1
	02	Pedro Damião Pedrosa	Nova Colônia
	03	Humberto Hortiz ¹	Dois Irmãos
	04	Ricardo Gomes dos Santos ²	Bananal
	05	Antônio Louriano dos Santos	Morada Nova
	06	Manoel Soares Vasque ³	São Marcos
	07	Custódio Maciel do Nascimento	Pantanal
	08	Diomédio Gomes dos Santos	Nova Morada 2
	09	Raimundo Gomes dos Santos	Bahia Rica 2
	10	Raimundo Cavalcante	Maloca
RAMAL DO POMPEU	01	José Ribamar de Souza	Sítio Três Corações
	02	Paulo Augusto Alves	Sítio Três Irmãos
	03	Reginaldo Lucas de Oliveira	(sem nome no cadastro)
	04	Gerônimo Melo da Costa	Sítio Belo Jardim
	05	M ^a das Dores Martins de Aguiar	Faz. N. Sra. das Dores
	06	Hildes Moreno Gil	Sítio N. Sra. Auxiliadora
	07	José Bonfim Vieira Gomes Filho	Lagurão
	08	Jesus Antônio Oliveira Gomes	(sem nome no cadastro)
	09	Élio Canuto Gomes	Divino Espírito Santo

¹ Falecido.

² Antes era só seringueiro e passou a trabalhar com agricultura. Só voltará para a seringa se o preço melhorar.

³ Na época do levantamento (3/7/96), a colocação estava sendo cuidada por Edilson Lopes Gomes.

NOSSA SENHORA DO SERINGUEIRO	01	Pedro de Sousa	Sítio São Marcos
	02	José Ramalho	Paredão
	03	M ^a Batista de Souza	Deus é Amor
	04	João Carlos de Oliveira	Sítio São Marcos
	05	Marcos Antônio Rodrigues Alves	Sítio Laranjal
	06	Napoléto Rodrigues Messias	Deus é Amor
	07	Sebastião Gonçalves Timbo	Sítio Santa Luzia
	08	Sebastião Pequeno de Souza	Sítio 25 de dezembro
	09	Luiz Ramos da Silva	Sítio Nova Manhã
	10	Nélio Ribeiro Oliveira	Bom Jardim
	11	Domingos Mendes	Sítio Monte Claro
	12	Francisco Nilo Pessoa	Céu Azul 1
	13	Davino José Alves Pessoa	Céu Azul 2
	14	Francisco Timbó	Dois Irmãos
FLORESTA	01	José Damaceno	(sem nome no cadastro)
	02	Jorge Soares Rocha	São Carlos
	03	Messias Ramos	Cajoeiro 2
	04	Elson Justino da Silva	Vida Nova
	05	Francisco Xavier Nascimento	Floresta ⁵
	06	João Justino Chavier do Nascimento	Floresta
	07	Pedro Pereira	Floresta 2
	08	Francisco Roberto dos Santos	Santa Helena
	09	Osmar Lourenço da Silva	Fumaça 1
	10	Francisco Lourenço da Silva ⁶	Bahia da Fumaça
	11	Manoel dos Santos Oliveira	Fumaça 2
	12	Ricardo Felix dos Santos	Santa Helena
	13	Joaquim Ferreira dos Santos	Pedreiras
	14	Paulo Felix dos Santos	Santa Terezinha
	15	Luzimar Ferreira dos Santos	São Sebastião
	16	Alfredo Carneiro	Bela Palmeira
	17	Nonata da Rocha Pereira	Bela Palmeira 2
	??	Jonas Justino da Silva	Floresta
	??	Luciano Lima Carneiro	Bela Palmeira
	DIVINO ESPÍRITO SANTO	01	Manoel Lúcio Laia
02		Carlos Ferreira Neves	Sítio Boa Lugar
03		Hugo Alves Nunes	Bom Destino
04		José Olegário Laia	Nova Floresta
05		Avelino Leandro dos Santos	Maloca 1
06		Osmar Gomes dos Santos	Maloca 2
07		Alfredo Birá	Colônia
08		José Ribamar Gomes dos Santos	Limão
09		Francisco Andrade da Silva	Boa Esperança
10		Manoel Falcão	Santo Antônio
11		Assis da Silva Figueiredo	Boa Esperança

⁴ É novo na colocação porque morava antes com o pai.

⁵ Possui 4 famílias na mesma colocação.

⁶ Mora com o irmão Osmar mas trabalha na sua colocação.

12	Jorge Alves da Costa	Boa Vista
13	Carlos Alves Costa	Novo Destino
14	Dorival do Nascimento	Sítio Igarapé Grande
15	Cláudio Rodrigues da Silva	São Carlos
16	Pedro da Costa	Terra Prometida
17	Sebastião Alves Ramos	(sem nome no cadastro)
77	Odaír Bira	Escondido 3
77	José Soares da Rocha	

OURO NEGRO	01	Hernandes da Silva Costa	?
	02	Jorge da Silva Costa	Ouro Negro 2
	03	Moisés da Silva Costa	Ouro Negro
	04	Ernesto Farias da Silva	Bahia do Preto
	05	José Eleotério Filho dos Santos	Santa Rosa
	06	Zacarias Ramos do Nascimento	Palhau
	07	Artur Mendonça Querema	Sítio Norte
	08	Oswaldo da Silva Costa	Escondido
	09	Alberto Sabala	Saubal
	10	Francisco Laia Antelo	(sem nome no cadastro)
	11	Francisco Pereira de Freitas	Concórdia
	12	João Filho Pereira de Freitas	Concórdia
	13	Lurdes Pereira da Silva	Bahia de Guajará
	14	Francisco Bernaldo dos Santos	Extrema
	15	Sebastião Costa Araújo	Extrema
	16	João Rodrigues de Freitas	Boca do Furo
	17	Sebastião da Silva Costa ⁷	Maloca 3ª
	18	Ernande da Silva Costa	Nova Esperança
	19	Elclides Batista dos Santos ⁸	São Marcos
	Davi de Souza	Escondido 2ª	

PETROPOLIS	01	Mário Queiros dos Santos (separado)	Sapé
	02	Manoel Carmerino Uchoua	Petrópolis
	03	Francisco da Silva Galvão	Petrópolis
	03/2 ⁹	Fernando da Silva Galvão	Petrópolis ¹⁰
	04	Paulo de Lima Nunes	Mangueirinha
	05	João Evangelista da Silva	Rebojo
	06	Francisco Souza da Silva (Neno)	Boca Larga
	07	Walter Lopes ¹¹	Mangueirinha
	08	João Avilhaneda	Por Enquanto
	09	Edmundo Lima Nunes	Mangueirinha 2
	10	Pedro Salazarra Turan ¹²	Escondido
	Francisco Pereira	Mangueira	
	Albertina Miranda	Por Enquanto	

⁷ Não planta porque a colocação é na margem do rio e alaga.

⁸ Morava em outra colocação de nome Santa Tereza.

⁹ É filho do Francisco (03) e não consta do cadastro, mas como na colocação têm 4 famílias infere-se que o Fernando seja uma delas.

¹⁰ 4 famílias na colocação.

¹¹ Trabalha na col só no verão, no inverno trabalha na col. São José porque tem área de Terra Firme.

¹² Tem 4 meses na colocação (na época do cadastro), mas 4 anos na Reserva.

SEPETIBA	01	Manoel Gonçalves Filho ¹³	(sem nome na colocação)
	02	Sebastião Pereira do Nascimento	Samaúma
	03	Francisco Batista de Souza	Nova Serrinha
	04	José Avilhaneda Amutare	Macumba
	05	João Ferreira Filho	Limão
	06	Antônio Feitosa Oliveira	Barraco Alto
	07	Francisco Avilhaneda Amutare	Jogo da Vida
	08	Davi de Souza	Boca do Bicho
	09	Nilson Alves da Costa	Sepitiba
	10	Alves da Costa Filho	Nova Fátima
	11	José Lourival Passo Lima	Jogo da Vida

¹³ Mudou para cá porque o Igarapé que ele morava secava no verão.

¹⁴ Prestava serviço para o CNPt, era casado mas agora mora só.

ANEXO II

Lista de Produção da Reserva por Comunidade

COMUNIDADE DIVINO ESPÍRITO SANTO

N°	Seringa	Cast.	Mand. ha/kg	Arroz ha/kg	Milho ha/kg	Banana pés/cacho	Feijão	Cacau pés	Cupuaçu	Pupunha	Laranja	Abacate	Café	Caju	Côco	Mamão	Manga	Galinha	Pato	Capote	Mão de Obra ¹
01	1.000	140	½ 600	½ 160	---	30 40	---	---	8	---	12	8	---	8	---	---	3	28	---	2 ²	1
02	---	---	1ha	½ 360	½ ha	70cach	300kg	---	---	3	20	10	2.00 0	---	---	---	4	15	---	---	4
03	700	280	2 600	360kg	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2
04	---	---	1 3.000	---	---	---	---	---	---	---	20	4	40	5	---	---	3	20	12	2	2
05	550	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	3	---	---	---	1
06	700	---	2 3.600	1 1.200	1 740	½ ha 300cach	1 400	---	---	---	15	2	45	1	7	---	1	---	---	---	1
07	500	2.800	---	---	---	---	---	---	---	---	18	---	---	---	---	2	5	20	2	---	2
08	1.000	---	2 3.600	1 1.200	1 740	½ ha 300cac	1 400	3	6	2	32	10	10	8	---	---	2	40	30	---	4
09	670	210	---	---	---	---	---	---	---	5	18	8	20	1	---	10	3	---	---	---	3
10	800	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
11	---	---	---	---	---	10cach	---	3	2	---	11	2	---	2	---	---	3	---	---	---	1
12	300	210	---	---	---	80cach	---	---	---	---	6	---	---	6	---	---	---	---	---	---	2
13	1.060	350	---	---	---	---	---	---	4	3	10	3	30	2	---	100	10	10	4	---	4
14	400	840	---	½ 400	360k g	---	---	---	---	---	49	20	---	---	---	10	12	---	---	---	3
15	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	4	---	---	---	---	---	---	4	---	---	2
16	600	140	1 900	1 600	1 900	100pés 100cach	---	---	10	12	33	105	100	10	02	40	5	30 (8%)	8	---	4
17	580	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2

¹ Mão de Obra produtiva

² Mais 5 pés de biribá.

³ Mais 5 pés de Tamarindo, 3 pés de beribá.

⁴ Mais 2 pés de açaí, 50 pés de seringa plantada, 2 beribás.

⁵ Mais 3 pés de açaí.

⁶ Mais 12 porcos, 6 pés de acerola, 2 pés de graviola, 2 pés de açaí, 10 pés de beribá, 200 pés de abacaxi.

COMUNIDADE PETRÓPOLIS

N°	Seringa	Mand. ha/kg	Arroz ha/kg	Milho ha/kg	Feijão ha/kg	Banana pés/cach	Serin. Plant.	Laranja	Abacate	Café	Caju	Mamão	Manga	Galinh a	Pato	Porco	Abacaxi	Mão de Obra ¹
01	1.000	1 ha	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
02	1.200	2 1.500	---	---	---	---	---	7	40	---	10	5	5	6	---	---	---	3
03	1.400	1 720	½ 520	½ 300	95 kg	300 300c.	---	7	4	100	3	---	4	20 (2%)	8	2	200pés	3
04	1.000	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2
05	700	1 1.800	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	12	---	---	---	1
06	1.000	1 ha	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	4
07	1.000	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
08	1.400	360	240	---	---	70pés 70 cachos	22	2	---	70	1	6	---	21	---	---	---	2
09	1.300	---	---	---	---	---	---	---	---	20	---	---	---	---	---	---	---	2
10	1.200	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2	---	2	---	---	---	---	1

¹ Mão de Obra produtiva por unidade familiar.

COMUNIDADE SEPETIBA

N°	Seringa	Cast.	Mand. ha/kg	Arroz ha/kg	Milho ha/kg	Feijão ha/kg	Banana pés/cachos	Cacau pés	Cupuaçu	Laranja	Abacate	Café	Caju	Côco	Mamão	Manga	Galinha	Pato	Mão de Obra ¹
01	800	1.050	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	6	---	2
02	2.000	---	1 e ½ 900	1 1.080	1 1.800	---	50c.	---	12	3	---	---	4	---	---	---	3	---	4
03	1.230	---	---	---	---	---	100p. 180c.	---	2	12	6	32	6	---	10	3	---	---	2
04	800	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	5	2	2
05	800	---	1 ha	---	---	---	8p. 12c.	---	4	8	---	---	2	---	---	1	---	---	1
06	1.500	2.350	1 ha 720	---	480 kg	---	30p. 50c.	---	---	3	3	4	6	---	1	1	25	3 ³	3
07	900	---	---	---	---	---	---	---	---	15	8	250	20	---	---	2	---	---	2
08	1.200	---	2 4.700	½ 3.000	½ 300	½ 70	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2	---	2
09	700	---	---	---	1 3.600	---	---	12	---	15	5	---	10	2	20	3	50 (5%)	40 (10%)	3
10	1.400	---	---	---	---	---	50p. 60c.	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2
11	600	---	---	---	---	---	100p. 150c.	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1

¹ Mão de Obra produtiva.

² Mais 5 pés de biribá.

³ Mais 4 pés de pupunha.

COMUNIDADE N. SRa. DOS SERINGUEIROS

N°	Seringa	Cast.	Mand. ha/kg	Arroz ha/kg	Milho ha/kg	Feijão ha/kg	Banana pés/cacho	Açaí	Serin. Plant.	Cacau pés	Cupuaçu	Laranja	Abacate	Café	Caju	Côco	Mamão	Manga	Galinha	Pato	Mão de Obra ¹
01	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	4	15	1	---	5	---	---	5	---	---	1
02	---	600	1 800	1 460	½ 120	½ 90	60 50	3	---	---	10	25	1	50	10	---	20	4	20 (40%)	8 ²	5
03	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	12	2	3
04	---	---	2 8400	2 1900	3 4300	½ 120	---	---	12	---	4	13	4	50	3	2	---	5	5	---	2
05	400	350	---	700k g	2ha	1 360	½ 200	---	7	3	12	70	15	60	4	---	20	9	---	---	1
06	400	---	---	---	---	---	---	---	20	---	12	33	8	6	2	---	---	6	60	18	6
07	---	---	½ 720	---	---	---	---	---	---	---	30	13	8	19	---	---	---	3	---	---	2
08	---	840	---	---	---	---	---	1	40	---	14	42	8	300	5	1	6	7	---	---	5
09	600	350	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2
10	300	---	---	½ 700	---	---	---	---	---	---	---	3	---	---	---	---	---	---	8	---	2
11	300	700	---	1 2500	---	---	---	2	---	---	15	8	5	30	5	2	---	---	6	20	5
12	---	---	---	½ 1000	½ 600	---	---	---	---	---	2	13	---	---	5	---	---	4	12	4	1
13	---	---	---	½ 1000	½ 600	---	---	---	---	---	2	13	---	---	5	---	---	4	12	4	2
14	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	1

¹ Mão de Obra produtiva.

² Mais 1 pé de pupunha, 6 capotes, 9 porcos (vende 2%), 2 carneiros.

³ Mais 12 pés de castanha plantada, 850 pés de abacaxi, 5 pés de goiaba, 5 beribá, 8 porcos.

⁴ Mais 1 pé de pupunha, 1 pé de graviola.

RAMAL DO POMPEU

N°	Mand. ha/kg	Arroz ha/kg	Milho	Banana pés/cachos	Abacaxi	Pupunha Pés	Graviola	Cacau pés	Cupuaçu	Laranja	Abacate	Café	Caju	Côco	Mamão	Manga	Galinha	Pato
01	?	?	?	?	?	?		?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
02	2 ha	2 ha 1.800	---	60 pés	---	---	---	---	---	29	9	30	8	12	4	7	19 (20%)	6
03	---	---	---	---	30 pés	---	---	---	50	40	8	---	4	12	---	---	---	---
04	---	---	---	---	---	8	---	1	30	20	2	30	10	---	8	5	---	---
05	---	½ ha 1.200	---	---	---	5	---	---	31	10	4	5	10	5	1	2	30	---
06	0,75 ha	---	0,75 ha	80 pés	---	---	3	1	4	25	1	22	---	5	5	5	45	3
07	1 ha	---	---	---	---	6	6	5	10	25	6	---	10	---	---	10	30	20
08	---	---	---	70 pés	---	2	9	19	12	80	3	30	3	13	---	4	80	8
09	2 ha 2.000	0,5 1.800	---	---	500 pés	---	3	---	4	5	2	100	10	1	6	3	6	1

N°	Peru	Capote	Porco	Carneiro	Gado	Acerola	Cavalo	Mão de Obra ¹
01	?	?	?	?	?	?	?	2
02	---	---	---	3	9	---	---	2
03	---	---	---	---	---	---	---	1
04	---	---	---	---	---	30 pés	---	2
05	3	7	---	30 (50%)	50	---	4	2
06	---	---	---	13	17	---	---	1
07	---	---	22	---	---	---	---	2
08	---	8	---	40	42	---	---	1
09	---	---	---	---	---	8 pés	---	4

¹ Mão de Obra produtiva.

COMUNIDADE FLORESTA

N°	Seringa	Cast.	Mand. ha/kg	Arroz ha/kg	Milho ha/kg	Banana pés/cacho	Serin. Plant.	Cacau pés	Cupuaçu	Pupunha	Laranja	Abacate	Café	Caju	Côco	Mamão	Manga	Galinha	Pato	Capote	Mão de Obra ¹
01	800	---	1 1800	1 1600	0,5 800	30 10	---	---	3	---	10	1	100	2	---	---	2	---	---	---	2
02	400	---	1 3000	---	---	---	---	---	100	6	45	50	10.00 0	10	---	---	90	10	20	---	4
03	1200	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
04	---	840	½ 900	---	---	---	---	---	---	---	18	1	---	6	1	1	2	20	---	---	3
05	300	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1	---	---	---	---	---	---	---	---	2	1
06	250	---	1 900	---	---	20 40	---	---	4	3	8	4	8	8	1	2	4	12	---	---	2
07	500	---	1 1500	1 480	½ 120	40 20	---	---	3	2	50	6	70	10	---	3	2	10	5	---	5
08	500	---	800	½ 500	---	---	---	---	3	---	9	2	20	20	2	---	3	30	8	7	4
09	500	410	---	400	---	90cach	10	---	10	2	30	4	400	10	2	---	12	25	15 ²	8 ³	5
10	500	410	---	360	---	90cach	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
11	800	---	1 1200	---	---	30cach	---	---	4	1	15	5	5	5	---	2	3	7	---	---	5
12	600	---	½ 480	---	---	45cach	5	---	2	---	12	3	---	2	---	8	3	2	1	---	2
13	700	---	½ 600	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	40 (5%)	5	---	2
14	600	---	½ 1200	½ 180	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	20	---	---	4
15	---	---	½ 600	½ 240	---	---	---	---	6	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	4
16	200	---	½ 1200	---	---	20cach	---	---	10	---	25	13	6	---	3	10	5	50	---	---	3
17	---	---	---	---	---	---	---	18	20	4	9	5	---	5	2	2	3	2	---	---	2

¹ Mão de Obra produtiva.

² Mais 1 pé de graviola.

³ Mais 3 porcos.

⁴ Mais 2 pés de Castanha Plantada.

⁵ Mais 12 pés de castanha plantada, 5 pés de siriguela, 3pés de tamarindo, e 5 pés de açaí.

COMUNIDADE OURO NEGRO

N°	Seringa	Cast.	Mand. ha/kg	Arroz ha/kg	Feijão ha/kg	Banana pés/cacho	Açaí Plant. ¹	Serin. Plant.	Cast. Plant.	Cacau pés	Cupuaçu	Laranja	Abacate	Café	Caju	Côco	Mamão	Manga	Galinha	Pato	Mão de Obra ²	
01	1.200	---	1,5 800	1 2.400	1 1.800	300 80	---	20	---	---	2	50	30	35	42	2	27	16	30	5	5	
02	1.600	210	3 480	1 1.640	1 600	800 100	60	150	9	---	40	100	30	60	100	6	20	20	40 ³	---	2	
03	1.000	---	2 3.000	3 2.000	3 800	1 ha 900	---	50	---	---	10	40	30	300	50	2	20	12	50	10	1	
04	1.200	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
05	1.300	---	---	½ 300	½ 120	---	---	---	---	---	40	70	15	300	---	---	---	---	55	3 ⁴	2	
06	1.600	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2
07	300	70	2 ha	1 ha	1 120	½ ha 40	---	---	---	---	15	---	20	100	10	---	20	2	20 (2%)	5	2	
08	1.500	210	---	2 3.600	---	100 cac	---	---	---	---	---	---	---	---	30	---	---	---	---	---	---	3
09	700	280	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
10	---	---	1 2.100	---	---	60 100	---	---	---	---	50	20	5	50	05	---	---	2	20 2 capote	12	3	
11	900	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
12	800	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
13	800	280	½ 720	½ 180	---	---	---	---	---	---	10	10	4	50	10	---	10	6	23 (5%)	---	1	
14	---	---	---	---	---	---	4	1	---	2	6	7	5	42	3	---	---	6	30 ⁷	---	1	
15	200	---	---	½ 240	---	---	4	1	---	2	6	7	5	42	3	---	---	6	30	---	1	
16	2.000	---	---	---	---	---	---	---	---	---	10	6	2	15	10	---	10	3	8	7	6	
17	1.000	140	---	360	---	---	---	---	---	---	5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2
18	1.000	---	---	---	---	---	---	---	---	---	8	8	2	2	8	1	1	3	1	---	---	2
19	700	420	---	---	---	70 cac	---	37	---	---	7	25	3	30	13	02	---	02	21	09	2	

¹ Pés.

² Mão de Obra produtiva.

³ Vende 80%.

⁴ Não vende nem galinha nem pato, é para o próprio consumo. Possui mais 10 pés de lima e 1 pé de pupunha.

⁵ Mais 5 pés de Biribá.

⁶ Mais 2 porcos e 4 pés de biribá.

⁷ Tanto o n° 14 quanto o 15 possuem mais 4 pés de graviola.

COMUNIDADE NOVA COLÔNIA

N°	Seringa	Cast.	Mandi. ha/kg	Arroz ha/kg	Feijão ha/kg	Banana pés/cachos	Milho ha/kg	Açaí Plant. ¹	Serin. Plant.	Cacau pés	Cupuaçu	Laranja	Abacate	Café	Caju	Côco	Mamão	Manga	Galinha	Pato	Mão de Obra ²
01 ³	400	---	1,5 3.000	1,5 2.900	---	50 cachos	1,5 300	---	---	1	10	37	---	30	09	---	10	10	35 (5%) ⁴	1	5
02	---	---	½ ha 700	½ ha 1.000	0,25 ha 30	50 cachos	360 kg	---	---	---	2	6	5	400	1	---	6	4	40	---	2
03 ⁵	800	480	½ ha 300	½ ha	---	---	½ ha	---	---	---	13	20	2	30	10	---	1	5	15 (5%)	11	4
04 ⁶	---	---	1 e ½ 3.600	---	---	10 pés 8 cachos	0,25 10	---	35	---	24	100	5	30	4	1	---	4	60	10	4
05	250	---	½ ha 700	½ ha 480	---	---	---	---	---	---	10	22	5	30	---	---	---	4	30	---	---
06 ⁷	500	---	2 e ½ 7.200	1 ha 900	---	---	---	---	12	---	6	50	7	200	6	---	---	8	15	---	2
07 ⁸	330	---	1 ha 3.600	½ ha 180	---	---	---	10	20	---	10	25	10	50	3	1	---	5	20	---	2
08 ⁹	400	---	1 ha 2.400	½ ha 360	---	10 pés 15 cachos	---	---	9	---	8	11	9	10	5	1	---	9	50	3	2
09	800	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	35	2	2
10	---	---	1 ha 1.800	1 ha 1.200	---	20 pés 20 cachos	½ ha 480	---	---	---	---	12	3	10	12	1	---	3	50	9	2

¹ Pés.

² Mão de Obra produtiva por unidade familiar.

³ Mais 5 pés de pupunha

⁴ % de venda.

⁵ Mais 25 pés de jaca, 100 pés de beribá, 200 de abacaxi.

⁶ Mais 1 pé de Jambui, 2 beribá, 4 castanha plantada, 2 porcos.

⁷ Mais 10 porcos, 5 carneiros.

⁸ Mais 2 pés de graviola, 3 capotes e 3 porcos.

⁹ Mais 6 castanhas plantadas.

ANEXO III

Figuras



FIGURA 3 - Família de Seringueiros da Reserva



FIGURA 4 - Acesso por via terrestre ao Ramal do Pompeu



FIGURA 5 - Caminhão da ASROP indo para a Reserva



FIGURA 6 - Seringueiro ao chegar da floresta com quase 70 quilos de castanha nas costas



FIGURA 7 - Plantação de Mandioca e Milho na Reserva, com a floresta ao fundo



FIGURA 8 - Escola da comunidade Floresta, durante uma aula de alfabetização de adultos



FIGURA 9 - Borracha estocada na Associação: CVP e Placa Bruta



FIGURA 10 - Rondex - Seção onde se quebravam as castanhas



FIGURA 11 - Rondonbor vista por dentro



FIGURA 12 - Dona Francisca com a poronga

ANEXO IV

Mapas

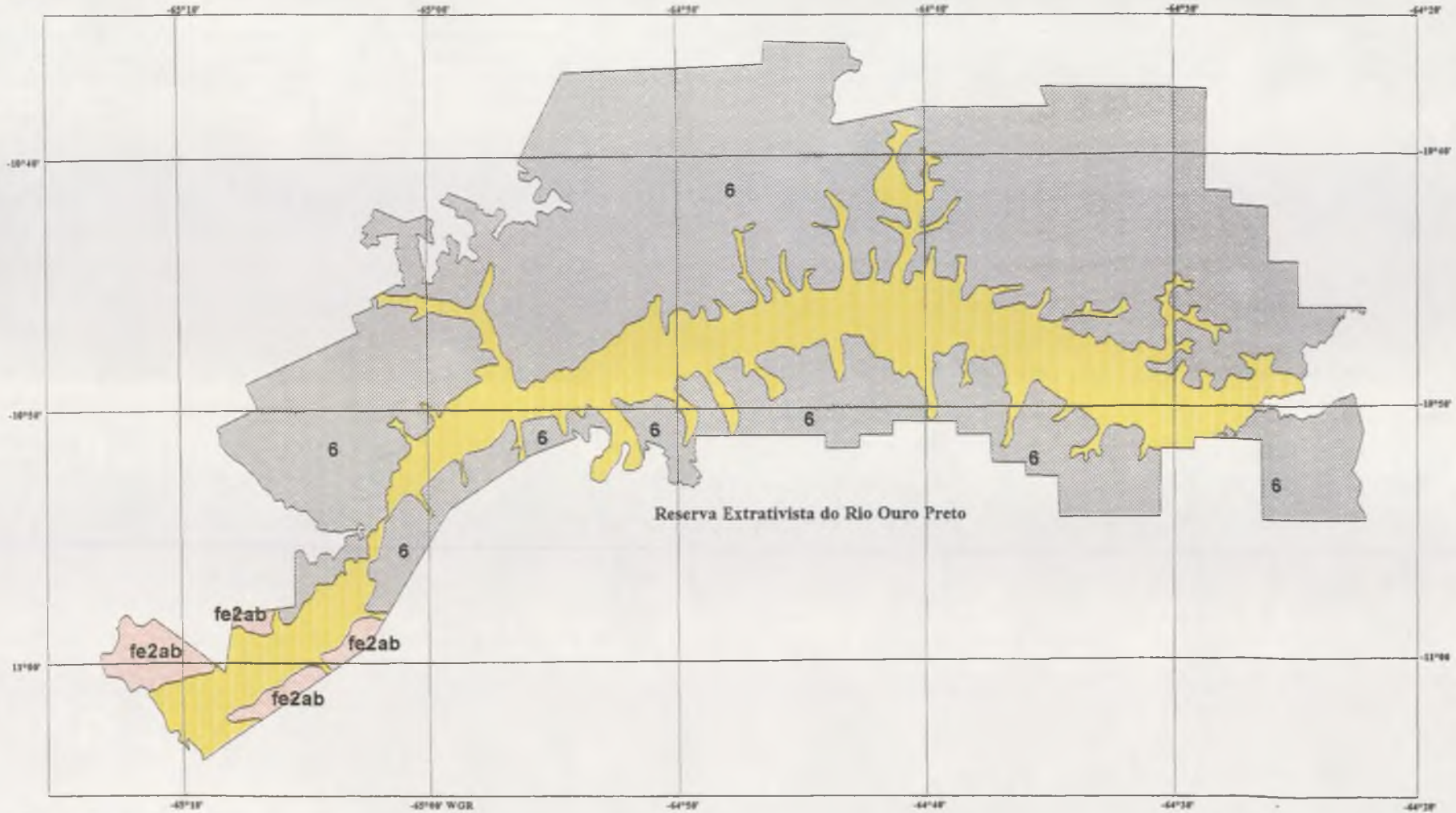


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS



RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO - APTIDÃO AGRÍCOLA



LEGENDA

- 6
- f3ab
- fe2ab



Escala: 1:450000
4500 0 4500 9000 metros

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Datum Horizontal: Córrego Alegre - Minas Gerais

Nota: Mapa elaborado tendo por base as Cartas Planimétricas MI 1676, MI 1677, MI 1678, MI 1738, MI 1739 e MI 1740, Escala 1:100000, da DSG. Dados temáticos adaptados do volume 16 do projeto RADAMBRASIL(1:1000000), folha SC.20(Aptidão Agrícola)



CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - CSR

PEDOLOGIA

Legenda:

AR1: Afloramentos rochosos e solos distróficos, argila de baixa textura arenosa, savana, relevo plano e suave ondulado.

AQa3: Areias quartzosas álicas, solos litólicos álicos, argila de baixa textura arenosa, contato savana/floresta aberta e floresta aberta, e afloramentos rochosos, relevo plano e suave ondulado.

HAQa3: Areias quartzosas hidromórficas álicas e podzólico vermelho amarelo álico, floresta aberta, relevo plano.

HGPa1: Gley pouco húmico álico, argila de baixa textura e solos aluviais distróficos, indiscriminada floresta aberta aluvial, relevo plano.

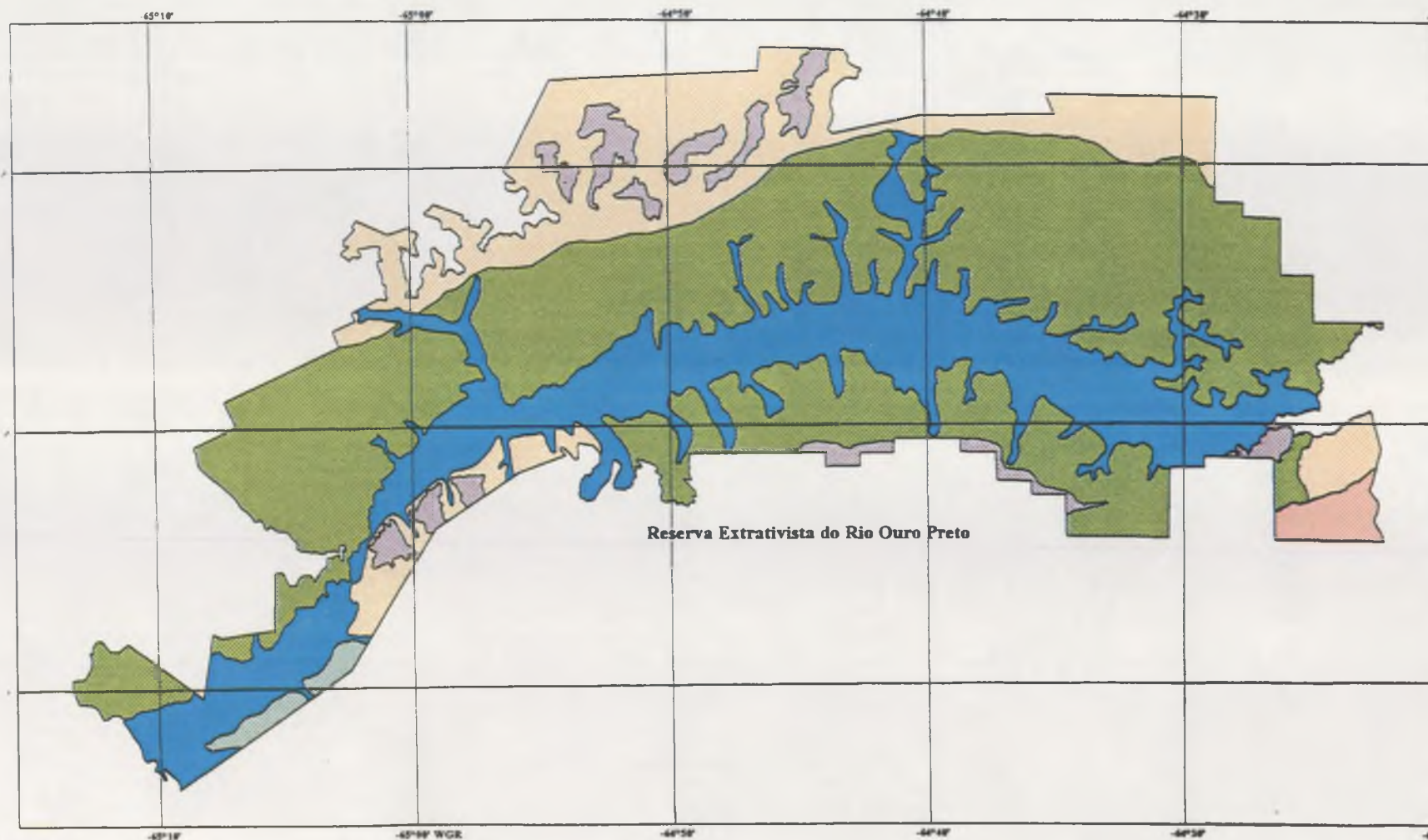
PVa14: Podzólico vermelho amarelo álico, baixa textura argilosa, podzólico vermelho amarelo álico cascalhento atividade baixa textura indiscriminada e podzólico vermelho amarelo eutrófico atividade baixa textura argilosa, floresta aberta, relevo plano suave.

LAA2: Latossolo amarelo álico A fraco textura média, e Latossolo amarelo álico A fraco textura argilosa, floresta aberta relevo plano.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO - PEDOLOGIA



LEGENDA

- AQs3
- AR1
- HAQa2
- HGPa1
- LAs2
- PVa14



Escala: 1:450000
4500 0 4500 9000 13500 metros

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum Horizontal: Córrego Alegre - Minas Gerais

Nota: Mapa elaborado tendo por base as Cartas Planimétricas MI 1676, MI 1677, MI 1678, MI 1738, MI 1739 e MI 1740, Escala 1:100000, da DSG. Dados temáticos adaptados do volume 16 do projeto RADAMBRASIL(1:1000000), folha SC.20(Pedologia)



CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - CSR

GEOLOGIA

Legenda:

pEpn: Formação Pacaás Novos - arenitos claros e avermelhados, ortoquartzíticos arcoseanos, finos e grosseiros, mal selec. estratificação cruzada do tipo tabular, mucáceos; conglomerados polimíticos de matriz arcoseana com seixos arredondados de quartzo, quartzito, vulcânicas e outros.

Qco: Formação Solimões - argilitos, siltitos e arenitos interdigitados, claros e vermelhos: elúvios, colúvios; depósitos predominantemente de planícies de inundação.

Ha: Aluviões - cascalho, areia, silte e argila, inconsolidados; terraços e ilhas das calhas dos rios atuais.

pEco: Epimetamórfitos do Comemoração - xistos, filitos, quartzitos e itabiritos; facies xistos verdes.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO - GEOLOGIA



LEGENDA



Escala: 1:450000

4500 0 4500 9000 metros

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Datum Horizontal: Corrego Alegre - Minas Gerais

Nota: Mapa elaborado tendo por base as Cartas Planimétricas MI 1676, MI 1677, MI 1678, MI 1738, MI 1739 e MI 1740, Escala 1:100000, da DSG. Dados temáticos adaptados do volume 16 do projeto RADAMBRASIL (1:1000000), folha SC.20(Geologia)



CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - CSR

GEOMORFOLOGIA

Legenda:

Ep3: Superfície pediplanada. Superfície de aplainamento elaborado por processos de pediplanação, cortando litologias diversas.

St6: Superfície tabular estrutural. Superfície aplainada, de topo parcialmente coincidente com estrutura geológica, limitada por rebordos estruturais e trabalhada por processos de pediplanação

Aa1: Áreas de acum. inundáveis. Área aplainada com cobertura arenosa, periódica ou permanentemente alagadas, estando geralmente incorporadas de modo precário à rede de drenagem e, eventualmente não apresenta qualquer ligação com ela.

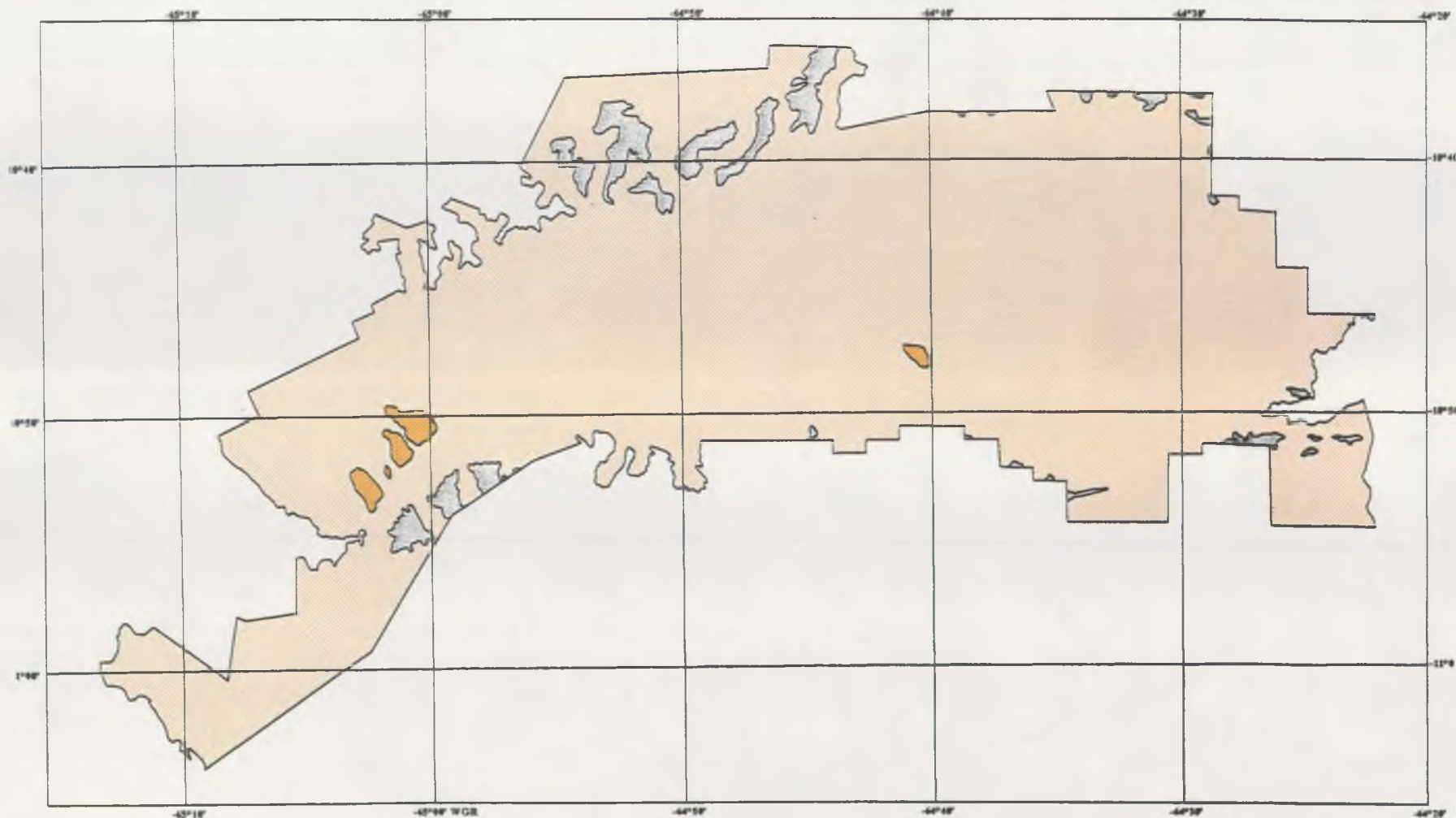


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS



RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO - GEOMORFOLOGIA



LEGENDA



Escala: 1:450000
4500 0 4500 9000 13500 metros

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum Horizontal: Córrego Alegre - Minas Gerais

Nota: Mapa elaborado tendo por base as Cartas Planimétricas MI 1676, MI 1677, MI 1678, MI 1738, MI 1739 e MI 1740, Escala 1:100000, da DSG. Dados temáticos adaptados do volume 16 do projeto RADAMBRASIL(1:1000000), folha SC.20(Geomorfologia)



CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - CSR

ANTROPISMO

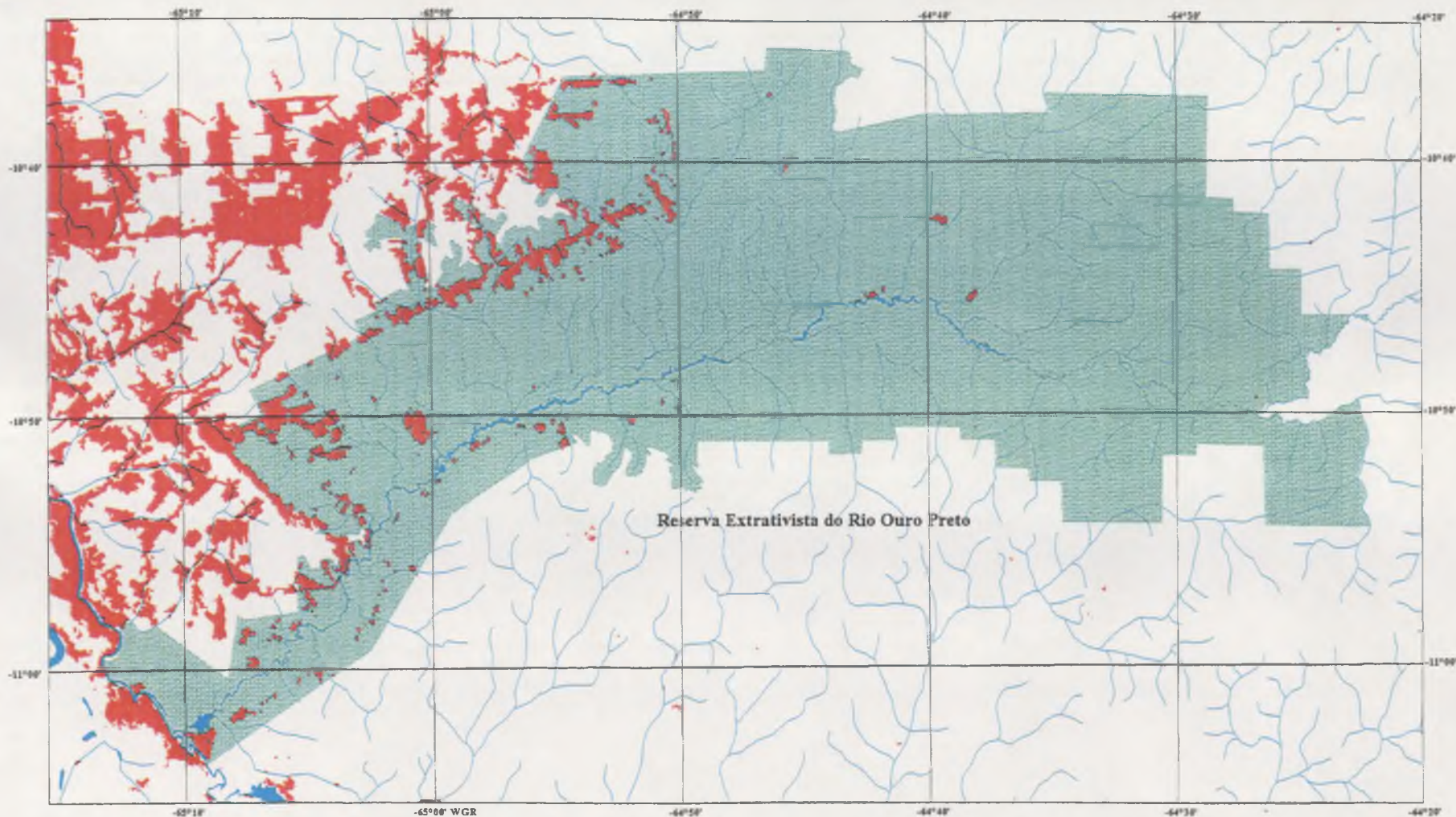


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS



RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO - ANTROPISMO



LEGENDA

- Desmatamento 
- Límite da Reserva 



Escala: 1:450000
4500 0 4500 9000 13500 metros

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Datum Horizontal: Córrego Alegre - Minas Gerais

Nota: Mapa elaborado tendo por base as Cartas Planimétricas MI 1676, MI 1677, MI 1678, MI 1738, MI 1739 e MI 1740, Escala 1:100000, da DSG, e imagens do satélite LANDSAT TM-5 órbita/ponto 232-67, de 11/07/96, 232-68, de 09/06/96, 233-67 e 233-68, de 18/07/96, nas bandas 3, 4 e 5.



CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - CSR

VEGETAÇÃO

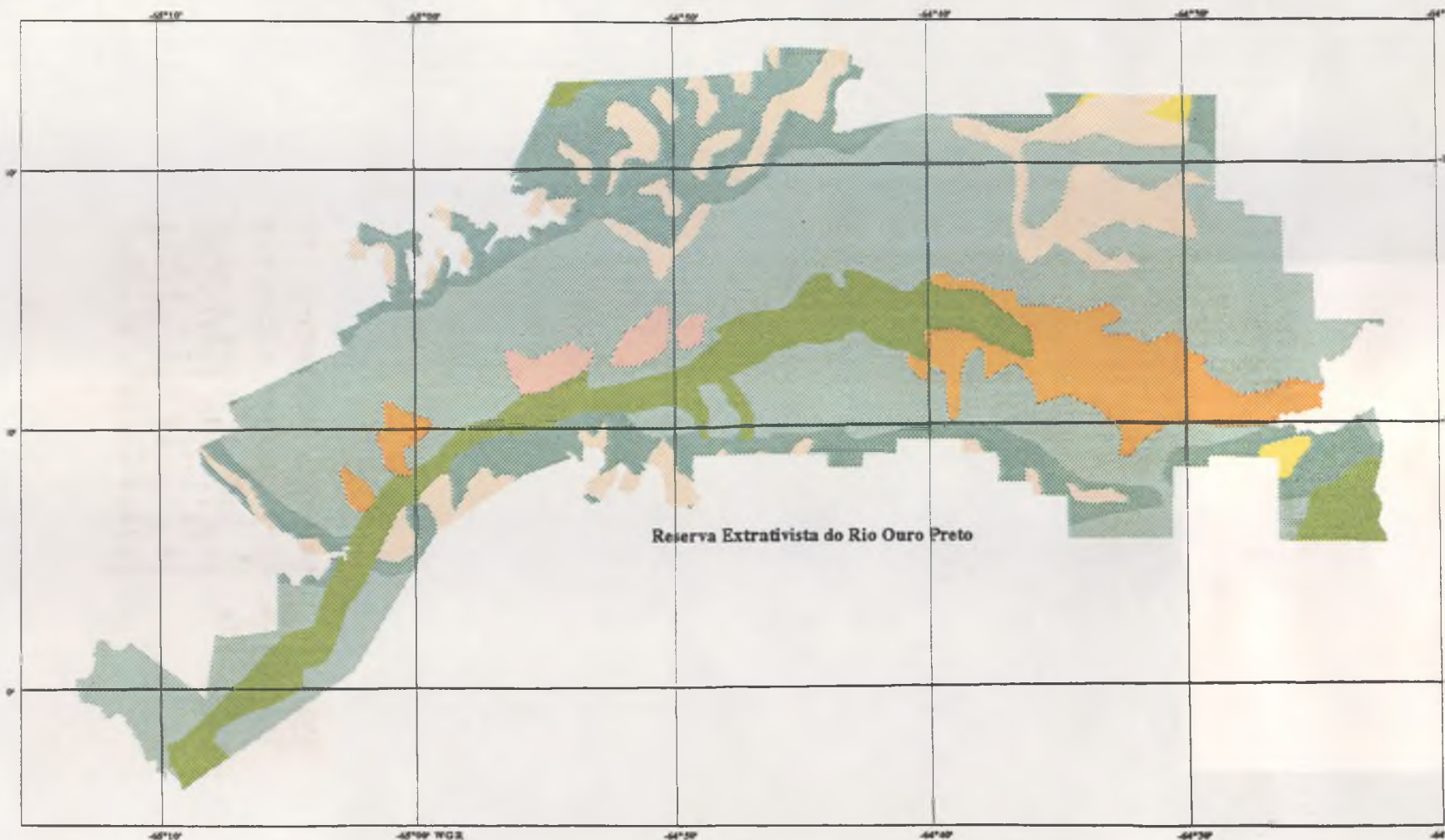


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS



RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO - VEGETAÇÃO



LEGENDA

- Floresta Aberta
- Floresta Aberta c/ Palmeiras
- Floresta Aberta c/ Palmeiras e F. de Cipó
- Formação Pioneira Arbustiva
- Formação Pioneira Arbórea
- Formação Pioneira Gramínea
- Savana Arbórea Aberta
- Savana Arbórea Densa



Escala: 1:450000
4500 0 4500 9000 13500 metros

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Datum Horizontal: Córrego Alegre - Minas Gerais

Nota: Mapa elaborado tendo por base as Cartas Planimétricas MI 1676, MI 1677, MI 1678, MI 1738, MI 1739 e MI 1740, Escala 1:100000, da DSG. Dados temáticos adaptados do projeto RADAMBRASIL, volume 16, folha SC 20 (Vegetação).



CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - CSR